

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS '13





BANCO INVEST

GRUPO ALVES RIBEIRO



Índice

1.	Órgãos Sociais	3
2.	Datas Relevantes	5
3.	Relatório do Conselho de Administração	7
	Enquadramento Macroeconómico	8
	Economia Internacional	8
	Economia Nacional.....	9
	Mercados	10
	Mercados Accionistas	11
	Mercado Cambial.....	12
	Mercados Obrigacionistas	13
	Mercado de Commodities	14
	Síntese da actividade desenvolvida	15
	Indicadores Consolidados	15
	Actividade Desenvolvida	17
	Clientes Empresas	17
	Clientes Particulares.....	18
	Clientes Institucionais	20
	Actividade de Carteira Própria	20
	Controlo de Riscos	23
	Risco de Mercado.....	23
	Risco de Crédito	24
	Risco de Liquidez.....	25
	Risco Operacional.....	25
	Agradecimentos Devidos	25
4.	Demonstrações Financeiras	27
5.	Anexos às Demonstrações Financeiras	33
6.	Certificação Legal de Contas	111
7.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	113

1. Órgãos Sociais





1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

Francisco Xavier Ferreira da Silva

Secretários

Teresa Penaguião Silva Alves Ribeiro Pereira de Sousa

Joana Rita da Silva Ribeiro Costa Morais Villas Boas

Conselho de Administração

Presidente

Afonso Ribeiro Pereira de Sousa

Vice-Presidente

António Miguel Rendeiro Ramalho Branco Amaral

Vogais

Manuel João de Matos Silva Alves Ribeiro

João Carlos Ribeiro Pereira de Sousa

José João Silva Ribeiro da Costa Morais

Francisco Manuel Ribeiro

Luís Miguel da Rocha Barradas Ferreira

Conselho Fiscal

Presidente

Artur Carmo Barreto

Vogais

Rosendo José

Victor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa

Vogal Suplente

Francisco Dias Martins

Revisor Oficial de Contas

João Carlos Henriques Gomes Ferreira

2. Datas Relevantes





2. Datas Relevantes

Fevereiro – 97	Constituição do Banco, com um capital social de 20 milhões de Euros
Abril – 97	Início de actividade, em Lisboa e no Porto
Dezembro – 97	Os Activos do Banco atingem os 27 milhões de Euros
Fevereiro – 98	Constituição da Alrimo, gestora de fundos do Banco
Maio – 98	Constituição da Probolsa, corretora do Banco
Setembro – 98	A Probolsa assume o estatuto de Membro Negociador e Liquidador da BVLP
Novembro – 98	Inauguração da Loja de Corretagem de Lisboa
Dezembro – 98	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 48 milhões de Euros
Janeiro – 99	Aumento de Capital para 25 milhões de Euros
Abril – 99	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas (Portugal)
Junho – 99	Inauguração da Loja de Corretagem de Leiria
Dezembro – 99	Aumento de Capital para 35 milhões de Euros Os Activos Consolidados do Banco atingem os 100 milhões de Euros
Agosto – 00	O Banco assume o estatuto de Membro Liquidador da BVLP
Outubro – 00	Aumento de Capital para 42,5 milhões de Euros
Dezembro – 00	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Acções Europa Os Activos Consolidados do Banco atingem os 150 milhões de Euros
Outubro – 01	Aumento de Capital para 47,5 milhões de Euros
Novembro – 01	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro FPR/E Lançamento do serviço de corretagem para mercados estrangeiros
Dezembro – 01	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 200 milhões de Euros
Janeiro – 02	O Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas é considerado o fundo de acções nacionais mais rentável em Portugal no ano 2001
Dezembro – 02	Inauguração da Loja de Corretagem do Porto
Setembro – 03	Lançamento do serviço de corretagem de derivados para mercados estrangeiros
Outubro – 03	O Banco obtém o estatuto de Global Clearing Member da Clearnet
Dezembro – 03	Titularização de 100 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco: Primeira operação de titularização de contratos de leasing imobiliário em Portugal Primeira intervenção do Fundo Europeu de Investimento numa emissão originada por um Banco português Primeira operação de securitização de contratos de crédito na Europa com garantia do Fundo Europeu de Investimento incluída na estruturação das obrigações emitidas
Janeiro – 04	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 300 milhões de Euros O Banco obtém o estatuto de Trading Member Firm do Euronext Lisboa A actividade de corretagem desenvolvida pela Probolsa é integrada no Banco, através de uma operação de fusão por incorporação
Março – 04	O Fundo Alves Ribeiro FPR/E é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2003
Dezembro – 04	Titularização de 42 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco Os Activos Consolidados do Banco atingem os 350 milhões de Euros
Junho – 05	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 400 milhões de Euros
Outubro – 05	O Banco Alves Ribeiro passa a denominar-se Banco Invest
Outubro – 05	Lançamento do site Banco Invest
Dezembro – 05	Emissão de um empréstimo obrigacionista de 50 milhões de Euros “Banco Invest 08 – Euribor + 0,425%”
Dezembro – 05	Os Activos do Banco atingem os 451 milhões de Euros
Outubro – 06	Desenvolvimento e implementação de um modelo de cálculo de probabilidade de default e perda esperada para a actividade de concessão de crédito
Dezembro – 06	Os Activos do Banco atingem os 545 milhões de Euros
Janeiro – 07	O Fundo Alves Ribeiro PPR é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2006
Dezembro – 07	Os Activos do Banco atingem os 627 milhões de Euros
Março – 08	Lançamento de um Programa de titularização de contratos da Carteira de Crédito do Banco, sob a modalidade de conduit, até ao montante de 125 milhões de Euros
Dezembro – 08	Lançamento da actividade de estruturação e gestão de produtos derivados para Clientes Empresa e Institucionais
Junho – 09	Inauguração do novo Centro de Investimento de Leiria
Dezembro – 09	O Fundo Alves Ribeiro PPR termina 2009 com uma valorização de 30,8%, a melhor entre todos os produtos comparáveis disponíveis no mercado
Janeiro – 10	Primeiro lugar na league table internacional “Structured Retail Products” de produtos estruturados emitidos, geridos e colocados em Portugal
Março – 10	Obtenção de membership do Euronext para os mercados de Amsterdão, Paris e Bruxelas
Dezembro – 10	O rácio de solvabilidade do Banco consolidado atingiu os 13,3%
Fevereiro – 11	Lançamento de um Cartão Multibanco
Abril – 11	Inauguração de um Centro de Investimento em Lisboa, na Rua Barata Salgueiro
Maio – 11	Lançamento de website transaccional (www.bancoinvest.pt)
Junho – 11	Lançamento de uma plataforma profissional de trading online – Invest Trader
Outubro – 11	Abertura da décima agência de Crédito Especializado
Novembro – 11	Prémio do Banco mais Rentável em Portugal atribuído pela Revista Exame, na categoria Pequeno e Médio Banco
Fevereiro – 12	Inauguração de um Centro de Investimento no Porto, na Rua Júlio Diniz
Outubro – 12	Prémio da revista Euromoney de Best Distributor for Performance of the Structured Products, distinguindo os produtos emitidos pelo Banco Invest como os mais rentáveis para o Cliente final
Outubro – 12	Abertura da décima primeira agência de Crédito Especializado
Janeiro – 13	O Fundo AR – PPR, gerido pela Invest – Gestão de Activos, é o fundo de alocação de activos nacional (fundo misto) com a maior rentabilidade em 2012 (48,9%)
Janeiro – 13	Abertura da décima segunda agência de Crédito Especializado
Fevereiro – 13	Dos três fundos mobiliários com rentabilidade mais elevada nos últimos doze meses em Portugal, dois são geridos pela Invest – Gestão de Activos: o mais rentável é o fundo AR – PPR, e o terceiro mais rentável é o AR – Médias Empresas
Dezembro – 13	A oferta de fundos de investimento estrangeiros atinge os 700 fundos, geridos pelas mais prestigiadas sociedades gestoras internacionais.
Dezembro – 13	O rácio de solvabilidade do Banco Invest ultrapassa os 20%.
Janeiro – 14	A Invest – Gestão de Activos é considerada a sociedade gestora nacional com maior rentabilidade média, em 2013: 26,3%. Os fundos AR – Médias Empresas Portugal e AR – PPR valorizam 32,8% e 19,8% em 2013, respectivamente
Janeiro – 14	O fundo AR – PPR regista a terceira maior rentabilidade anualizada, desde o início de 2004, entre todos os fundos de investimento nacionais
Fevereiro – 14	Entre todos os fundos de investimento nacionais, o fundo AR – PPR apresenta a terceira maior rentabilidade anualizada nos últimos três anos.

3. Relatório do Conselho de Administração





3. Relatório do Conselho de Administração

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A economia mundial manteve em 2013 a trajectória de recuperação, que deverá prosseguir em 2014. Com efeito, segundo as últimas estimativas do Fundo Internacional Monetário (FMI), a economia mundial deverá crescer 3% e 3,7%, em 2013 e 2014, respectivamente. Contudo, os riscos para este cenário permanecem consideráveis, com destaque para a reacção dos mercados ao fim do programa de compra de títulos pela Reserva Federal Norte-Americana e para o abrandamento das economias emergentes. Pela primeira vez em muitos anos, o contributo dos Estados- Unidos para o crescimento mundial deverá ser superior ao da China, em 2014.

Estados- Unidos

A economia norte-americana cresceu 3,2% (anualizados) no quarto trimestre deste ano. Em termos homólogos, a taxa de crescimento foi de 2,7%, mais 0,7 pontos percentuais do que o registado no segundo trimestre. A evolução do indicador avançado ISM Manufacturing, que atingiu os 57 pontos em Dezembro, o valor mais elevado desde o primeiro trimestre de 2011, confirmou o momento positivo da actividade económica nos Estados- Unidos.

EUA: Actividade Económica



Fonte: Bloomberg

Igualmente positiva manteve-se a trajectória da taxa de desemprego e do mercado imobiliário. A primeira terminou o ano nos 6,7%, um valor não verificado desde o final de 2008. Durante 2013, a taxa de desemprego diminuiu 1,2 pontos percentuais. Relativamente ao mercado imobiliário, os preços das habitações nas principais cidades norte-

-americanas registaram uma subida homóloga de 13,7%, em Novembro, e as vendas de casas cresceram 4,9% em Dezembro, relativamente ao mesmo período em 2012.

Reflexo, entre outros, do desempenho favorável dos mercados laboral e imobiliário, a confiança dos consumidores manteve-se robusta durante o último trimestre do ano, ainda que em valores mais baixos do que os verificados no terceiro trimestre. Por seu turno, a taxa de inflação manteve a tendência recente de queda, fixando-se nos 1,5% em Dezembro. Excluindo os custos com alimentação e bebidas, contudo, a taxa de inflação permaneceu estável nos 1,7%.

Concluindo, a economia norte-americana atravessa um bom momento, com os índices ISM a apontar para um crescimento acima da média, suportado por condições monetárias acomodáticas, que se deverão manter até meados de 2015. Segundo as últimas estimativas do FMI, publicadas em Janeiro último, os Estados- Unidos deverão crescer 1,9% este ano, e 2,8% e 3% em 2014 e 2015, respectivamente.

Zona Euro

Na Zona Euro a recuperação económica tem sido mais lenta e com uma elevada dispersão entre os países membros. No terceiro trimestre confirmou-se o fim da recessão, com um crescimento de 0,1%, inferior ao do trimestre anterior (0,3%). Os países que registaram os melhores desempenhos foram a Estónia e a Finlândia, ambos com crescimentos económicos de 0,4%. Pelo contrário, o Chipre e a Itália registaram os únicos desempenhos negativos da Zona Euro (-0,8% e -0,1%, respectivamente). Apesar das contracções económicas registadas, em ambos os casos, as economias contraíram significativamente menos do que no 2º trimestre do ano.

Zona Euro: Actividade Económica



Fonte: Bloomberg



A taxa de desemprego diminuiu ligeiramente em Dezembro, para os 12%, mas mantém-se perto do valor máximo histórico, sendo particularmente gravosa entre os mais jovens. Como tal, a confiança dos consumidores, embora em recuperação, mantém-se ainda longe dos máximos atingidos em meados de 2011. Em Dezembro, este indicador fixou-se nos -13,5 pontos.

A austeridade e os processos de ajustamento das contas externas, a par com as altas taxas de desemprego na generalidade dos países membros, têm mantido a taxa de inflação média em valores historicamente baixos. Em Dezembro, a taxa de inflação fixou-se nos 0,8%, 1,4 pontos percentuais abaixo do registado no final de 2012. Excluindo os custos com a alimentação e energia, este valor situou-se igualmente nos 0,8%. Ambos os valores situam-se, pois, muito abaixo do *threshold* dos 2% definidos pelo Banco Central Europeu (BCE) como limite para a inflação na Zona Euro.

As baixas taxas de inflação e de juro deverão potenciar o consumo privado, assim como a diminuição da pressão fiscal em muitos países, como a França, Espanha e Itália. Segundo as últimas estimativas do FMI, a Zona Euro deverá contrair 0,4% em 2013 e retomar o crescimento em 2014 e 2015, com variações positivas de 1% e 1,4%, respectivamente. Em suma, a recuperação económica da Zona Euro é ainda frágil, mas deverá acelerar em 2014 e 2015.

Economia Nacional

Em 2013, a economia nacional começou finalmente a evidenciar sinais positivos. No segundo trimestre, o Produto Interno Bruto (PIB) registou a maior subida entre os países do Euro, com um crescimento trimestral de 1,1%. No terceiro trimestre, a variação foi menor (0,2%), mas ainda assim acima da média dos 17 países membros. Para o conjunto de 2013, segundo as últimas previsões do Banco de Portugal, o PIB nacional deverá contrair 1,5%, o que compara favoravelmente com as anteriores estimativas, do Verão passado, que apontavam para uma queda de 2%.

Evolução do PIB Nacional

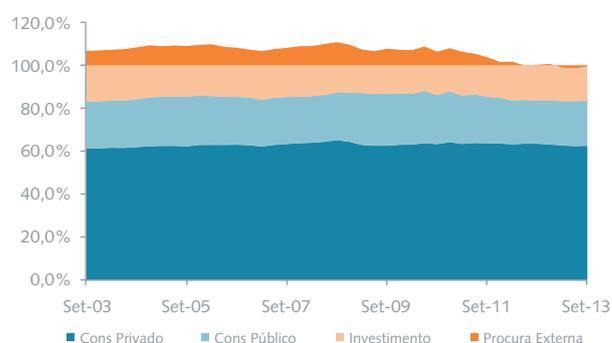


Fonte: Bloomberg

Ainda de acordo com o Banco de Portugal, a recuperação da actividade nos próximos dois anos será moderada, com taxas de crescimento de 0,8% e 1,3%, em 2014 e 2015, respectivamente. A confirmar-se esta inversão de tendência, 2013 poderá marcar o fim de uma contracção que, desde 2011, atingiu os 6% do PIB, em termos acumulados.

As actuais projecções englobam a recuperação progressiva do Consumo Privado, que deverá crescer 0,3% e 0,7%, em 2014 e 2015, e do Investimento, que deverá subir 1% e 3,7%, respectivamente. O consumo público é esperado, por sua vez, continuar a cair (-2,3% e -0,5%), deprimindo, assim, a Procura Interna, que deverá aumentar apenas 0,1% e 0,9%, no próximo ano e seguinte.

Composição do PIB



Fonte: INE

As Exportações deverão manter um crescimento forte nos próximos dois anos (5,5% e 5,4%, respectivamente), suportado pela recuperação da Procura Externa, embora com um ritmo inferior ao observado em 2013 (5,9%). De sublinhar o papel crucial que as exportações têm desempenhado no processo de ajustamento da economia portuguesa, num contexto de crescimento limitado da actividade económica mundial, em particular nos parceiros comerciais tradicionais. Nas projecções do Banco de Portugal, a procura externa deverá crescer 3,9% e 5%, em 2014 e 2015. Deste modo, a Balança de Bens e Serviços deverá atingir um saldo de 2,7% e 3,5% do PIB. A Balança Corrente e de Capital é esperada atingir um saldo de 3,8% e 4,7% do PIB.

A taxa de desemprego, no último trimestre baixou para os 15,3% (abaixo do máximo de 17,7%, registados em Março), mas é esperada permanecer elevada, segundo as previsões do Governo constantes no Orçamento de Estado para 2014.

Relativamente à taxa de inflação, o Banco de Portugal espera que a evolução dos preços se mantenha particularmente controlada. O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) deverá aumentar 0,8% e 1,2%, em 2014 e 2015. Em 2013, as estimativas indicam um aumento de apenas 0,5%.



Projeções para a economia nacional: 2013-2015

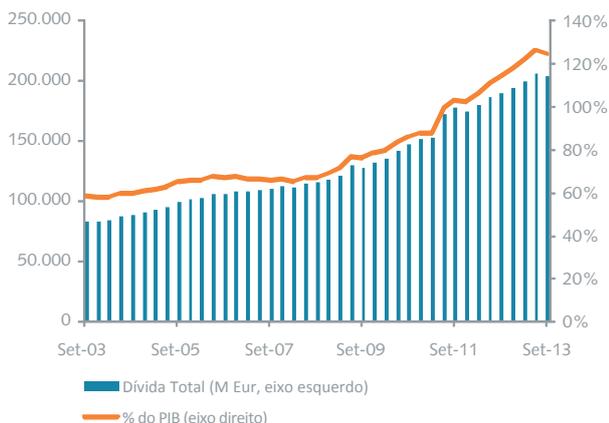
	Pesos			
	2012	2013	2014	2015
	(% PIB)			
Produto Interno Bruto	100%	-1,5%	0,8%	1,3%
Consumo Privado	65,7%	-2%	0,3%	0,7%
Consumo Público	18,2%	-1,5%	-2,3%	-0,5%
Formação Bruta de Capital Fixo	16%	-8,4%	1%	3,7%
Procura Interna	100,6%	-2,7%	0,1%	0,9%
Exportações	38,7%	5,9%	5,5%	5,4%
Importações	39,3%	2,7%	3,9%	4,5%
Balança Corrente e de Capital (% do PIB)		2,5%	3,8%	4,7%
Balança de Bens e Serviços (% do PIB)		1,7%	2,7%	3,5%

Fonte: Banco de Portugal, Relatório de Inverno 2013

Por fim, uma referência ao ajustamento orçamental do Estado em curso. Segundo o Ministério das Finanças, o saldo global das contas públicas deverá atingir os -5,9% do PIB, em 2013, e os -4% do PIB, em 2014. O saldo primário, por sua vez, deverá situar-se nos -1,6% e +0,3% do PIB, este ano e no próximo, respectivamente.

A Dívida Pública, em percentagem do PIB, ainda segundo as previsões do Ministério das Finanças, constantes no Orçamento de Estado para 2014, deverá situar-se nos 127,8% e 126,6%, em 2013 e 2014.

Dívida Pública Portuguesa



Fonte: INE, IGCP

Indicadores Económicos

	2013	2014	2015
Varição PIB			
Economia Mundial	3%	3,7%	3,9%
EUA	1,9%	2,8%	3%
Japão	1,7%	1,7%	1%
Zona Euro	-0,4%	1%	1,4%
Portugal	-1,5%	0,8%	1,3%
Taxa de desemprego			
EUA	7,5%	6,9%	6,3%
Japão	4%	3,9%	3,8%
Zona Euro	12%	12,1%	11,8%
Portugal	16,7%	16,1%	15,8%
Investimento			
EUA	3%	7,7%	9,3%
Japão	3,5%	1,4%	0,2%
Zona Euro	-3,5%	1,5%	3,2%
Portugal	-8,4%	1%	3,7%
Inflação (CPI var. face ao ano anterior)			
EUA	1,5%	1,8%	1,9%
Japão	0,2%	2,3%	1,8%
Zona Euro	1,4%	1,2%	1,2%
Portugal	0,5%	0,6%	0,4%
Consumo Privado			
EUA	1,9%	2,3%	2,9%
Japão	1,8%	1%	1,3%
Zona Euro	-0,6%	0,6%	1,2%
Portugal	-2%	0,3%	0,7%
Consumo Público			
EUA	-1,7%	-0,5%	-0,6%
Japão	1,4%	0,2%	-0,9%
Zona Euro	0,2%	0,3%	0,3%
Portugal	-1,5%	-2,3%	-0,5%

Fonte: FMI (Jan-14), OCDE (Nov-13), Banco de Portugal (Dez-13)

Mercados

As classes de activos com risco registaram ganhos assinaláveis em 2013, com destaque para as Acções, que valorizaram 24,1%, medidas pelo índice MSCI World; e para a Dívida Privada High Yield, que valorizou 7,3%, medida pelo índice Barclays Global High Yield. Na base destas subidas estiveram as políticas monetárias acomodáticas nas principais economias desenvolvidas e as perspectivas de aceleração do crescimento económico em 2014.

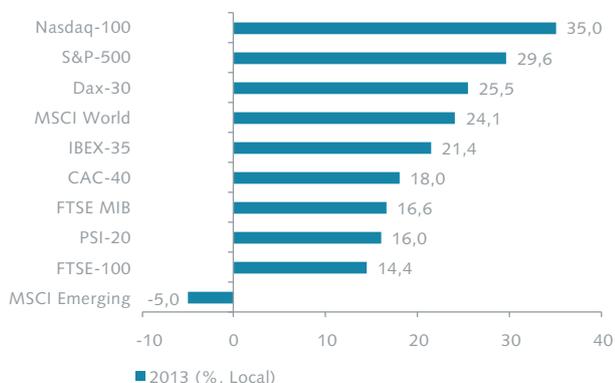
Mercados Accionistas

O índice norte-americano S&P-500 registou a maior valorização anual dos últimos dez anos, com uma subida de 29,6% em 2013. Igualmente forte foi o desempenho do índice tecnológico Nasdaq-100, com uma valorização de 35% desde o início do ano. Os ganhos foram, pois, significativos e impulsionados por crescimentos de resultados em linha com o esperado pelos analistas, manutenção da política monetária – taxas de juro baixas e programa mensal de compras de títulos – pela FED e perspectiva de aceleração do crescimento em 2014. Reflectindo o sentimento positivo vivido ao longo do ano, o índice de volatilidade VIX – importante barómetro da aversão ao risco dos investidores – manteve-se particularmente baixo ao longo do ano, com um valor médio de 14,3 pontos (a média dos últimos vinte anos ronda os 20 pontos).

Na Europa, os índices de referência Europe Stoxx-600 e EuroStoxx-50 valorizaram 17,4% e 17,9%, respectivamente, desde o início do ano. O maior desempenho foi o registado pelo mercado alemão, com uma valorização de 25,5%. Na periferia os ganhos foram igualmente assinaláveis: o índice italiano FTSEMIB subiu 16,6%; o espanhol IBEX-35 subiu 21,4%; e o nacional PSI-20 valorizou 16%. Tal como nos Estados- Unidos, a volatilidade do mercado, medida pelo índice VStoxx, terminou 2013 perto dos mínimos dos últimos dez anos.

O ano foi, contudo, mais difícil para os mercados accionistas emergentes, penalizados pela perspectiva do fim do programa de compras de títulos pela FED (*tapering*) e consequente depreciação das respectivas moedas e repatriamento de capitais para as economias avançadas. O índice geral MSCI *Emerging Markets* perdeu 5%, desde o início do ano, com as perdas lideradas pelos mercados brasileiro (-15,5%) e turco (-13,3%), entre outros. Pela positiva, destaque para o excelente desempenho dos mercados africanos, com uma subida de 25,9%.

Evolução dos Principais Índices Bolsistas

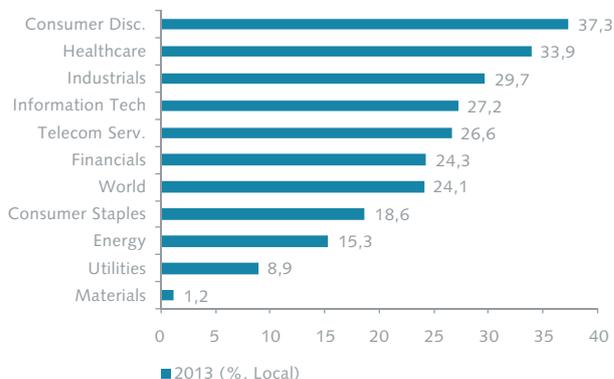


Fonte: Bloomberg

Os sectores que registaram as maiores subidas em 2013 foram o Consumo Discricionário (+37,3%), Farmacêutico (+33,9%) e Industrial (+29,7%). Por sua vez, os piores desempenhos foram os obtidos pelos Materiais (+1,2%), Utilities (+8,9%) e Energia (+15,3%), medidos pelos índices globais da MSCI, em dólares.



Evolução dos Índices Sectoriais Mundiais



Fonte: Bloomberg. Índices MSCI

Tal como referido, o mercado nacional, medido pelo índice PSI-20, valorizou 16%, em 2013. As maiores valorizações foram alcançadas pelas acções da Mota Engil (+175,9%), BCP (+121,8%), Zon Optimus (+81,8%) e Sonaecom SGPS (+73,5%). Pelo contrário, as acções da Cofina (-14,9%), da Portugal Telecom (-15,7%) e do Banif SGPS (-92,8%), registaram os piores desempenhos, entre os constituintes do índice nacional de referência.

Evolução do Índice PSI-20

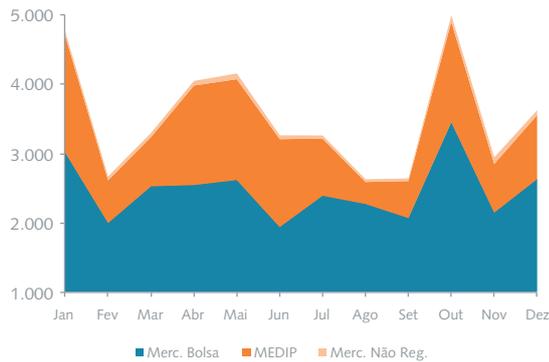


Fonte: Bloomberg

Em 2013, no total da Euronext Lisbon, o volume de transacções totalizou 40.6 mil milhões de euros, o que representa uma subida de 22,8% face a 2012. Os mercados regulamentados continuaram a ser os responsáveis pelo grosso do volume de transacções, com um valor de 39.8 mil milhões, mais 22% face a 2012. Nos sistemas de negociação multilateral o volume de transacções ascendeu a 778 milhões de euros, mais 93,8% do que o registado no ano anterior. A capitalização bolsista da Euronext Lisbon atingiu os 229.284,8 milhões de euros, menos 264,3 milhões (0,1%) do que no mês anterior e mais 8,9% do que no final de 2012.



Evolução do Volume de Transacções no Mercado Secundário da Euronext Lisboa



Unidade: Milhões de euros. Fonte: CMVM

Mercado Cambial

Uma das surpresas do ano foi a aceleração, de certa forma sincronizada, da actividade nas principais economias avançadas, com destaque para as economias europeias. Com efeito, a evolução dos índices PMI na Europa surpreendeu pela positiva, indiciando uma recuperação mais forte do que inicialmente esperado e reduzindo a urgência de novas medidas de injeção de liquidez nas economias da Zona Euro, pelo BCE. Estes factores, conjugados com o adiamento do fim programa de compra de títulos pela FED (*tapering*) e pela política ultra-expansionista do Banco do Japão, permitiram a forte apreciação do Euro face ao dólar norte-americano (USD), dos 1.28, em meados de Julho, para os finais 1.3791, e contra o Iene japonês (superior a 15%, desde meados de Junho).

A depreciação do USD foi contudo contrabalançada com fortes subidas face às moedas dos países emergentes e correlacionadas com a evolução das matérias-primas, penalizadas pela perspectiva de *tapering* do programa de compra de títulos pelo banco central norte-americano e subida das *yields* nos Estados Unidos, e consequente repatriamento de capitais. A título de exemplo, sublinha-se as fortes quedas, face ao USD, do real brasileiro (-13,2%), da lira turca (-17%) e do dólar australiano (-14,2%).

Evolução das Taxas de Câmbio



Fonte: Bloomberg

Taxas de Juro

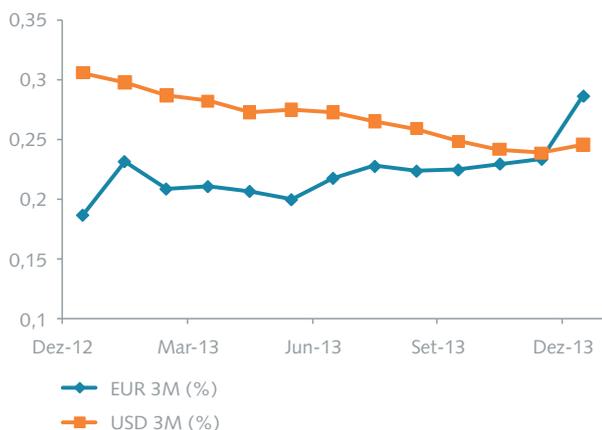
O ano de 2013 pode ter encetado o início da normalização das taxas de juro nos mercados monetários. Apesar do adiamento do *tapering*, inicialmente previsto para Setembro, as curvas de rendimentos (*yield curves*), em particular nos Estados Unidos, começaram a descontar uma progressiva normalização, com o aumento das respectivas inclinações, ie, com o aumento do diferencial entre as taxas de juro de longo prazo e as de curto prazo.

Nos Estados Unidos, as taxas *swap* a cinco e dez anos terminaram o ano nos 1,79% e 3,07%, respectivamente. Estes valores representam subidas, face ao início do ano, de 114 e 125 bps. E, considerando que as taxas de juro a 3 meses se mantiveram praticamente inalteradas, a inclinação da respectiva *yield curve* registou um aumento de 131 bps, descontando, pois, não só o fim do actual programa de estímulos monetários da FED, mas também a aceleração do ritmo de crescimento da actividade prevista para o próximo ano.

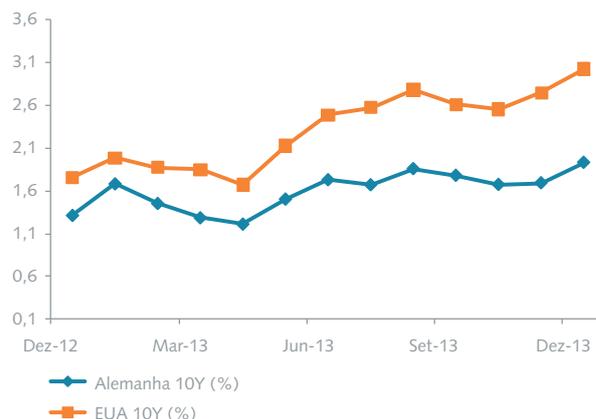
Na Zona Euro, o movimento foi idêntico, embora com menor amplitude, reflectindo o menor crescimento económico. Em Novembro último, o BCE surpreendeu com um novo corte de taxas de juro, o segundo deste ano, para os 0,25%. Nos prazos mais longos, as taxas *swaps* a 5 e 10 anos terminaram o ano nos 1,26% e 2,15%, mais 50 e 59 bps, relativamente ao final do ano passado, respectivamente. Por sua vez, a inclinação da *yield curve* sofreu um aumento 115 bps.



Evolução das Taxas de Juro de CP e LP



Yields a 10 anos: Alemanha e EUA

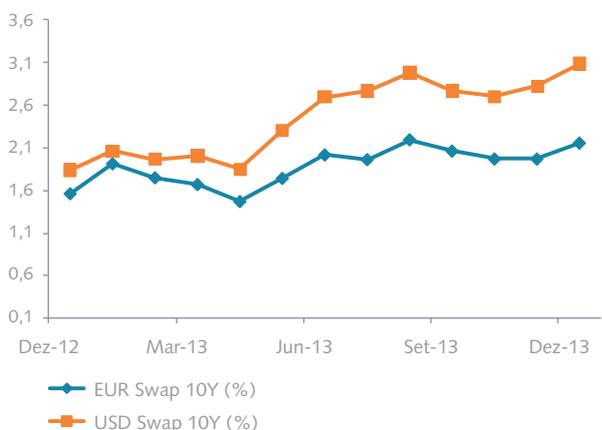


Fonte: Bloomberg

Uma nota ainda para a dívida pública dos países da periferia da Zona Euro. Em Espanha e Itália, as *yields* de dívida pública a 5 anos terminaram ambas o ano nos 2,73%. Os diferenciais face à dívida alemã estreitaram 197 e 52 bps, em 2013, respectivamente, reflectindo a menor aversão ao risco dos investidores e as perspectivas de recuperação económica no próximo ano.

Na Irlanda, que terminou o seu programa de assistência financeira abdicando de um programa intercalar, o regresso aos mercados não deverá suscitar grandes dificuldades, considerando a elevada cobertura das necessidades de financiamento em 2014 e o sentimento positivo de que beneficia por parte dos investidores, reflectido no actual *spread* face aos Bunds (125 bps, a 5 anos).

Por sua vez, as *yields* soberanas nacionais a 5 e 10 anos, encerraram o ano nos 5,04% e nos 6,13%, respectivamente. Por duas ocasiões o Estado ensaiou o regresso aos mercados, previsto para meados de 2014: a primeira com uma emissão de dívida a 10 anos, em Maio; e a segunda com a troca e prolongamento de prazos, no início de Dezembro, aproveitando, assim, a diminuição dos *spreads* para a dívida alemã ao longo do ano (82 e 149 bps, para os 412 e 420 bps, em 2013, a 5 e 10 anos).



Fonte: Bloomberg

Mercados Obrigacionistas

Dívida Pública

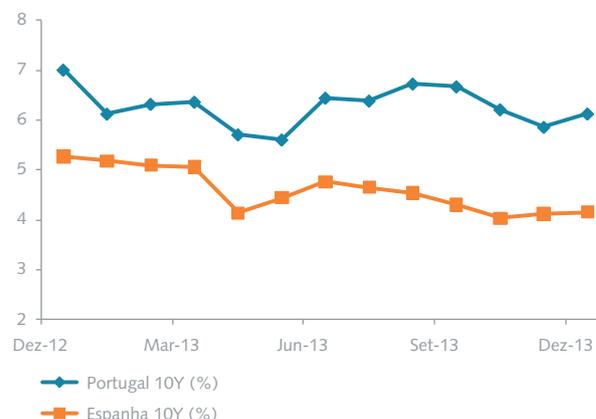
Tal como seria de esperar, a normalização das taxas de juro fez igualmente notar-se nas obrigações de dívida pública.

Nos Estados-Unidos, após o ‘choque’ de Maio e Junho, quando a FED sinalizou a possibilidade de abrandar, ou mesmo terminar, o programa mensal de compra de títulos (que inclui 45 mil milhões de USD de *Treasuries*), no segundo semestre, as *yields* estabilizaram, terminando o ano perto dos máximos então registados. As *yields* a 5 e 10 anos encerraram nos 1,74% (+102 bps, desde o início do ano) e nos 3,03% (+127 bps), respectivamente.

Na Zona Euro, a subida foi menor em virtude da diferente posição no ciclo económico. As *yields* dos Bunds alemães, principal referência, a 5 e 10 anos encerraram nos 0,92% (+63 bps, desde o início do ano) e nos 1,93% (+61 bps), respectivamente.

Tanto nos Estados-Unidos como na Zona Euro as *yields* reais, descontando a taxa de inflação, dos respectivos *benchmarks* a 10 anos, reentraram em território positivo ao longo de 2013, terminando o ano nos 2,01% e 1,02%, respectivamente. Estes valores não eram observados desde o final de 2010.

Yields a 10 anos: Portugal e Espanha



Fonte: Bloomberg



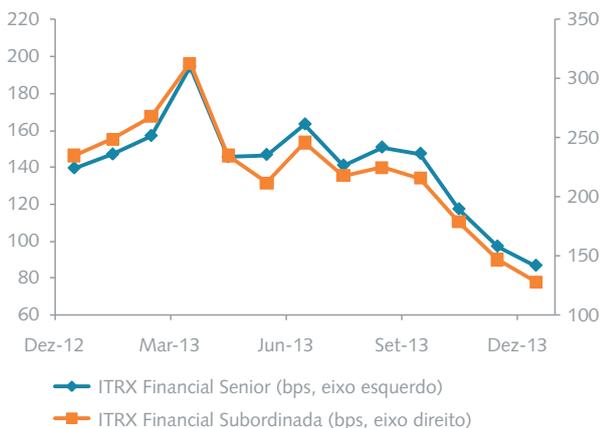
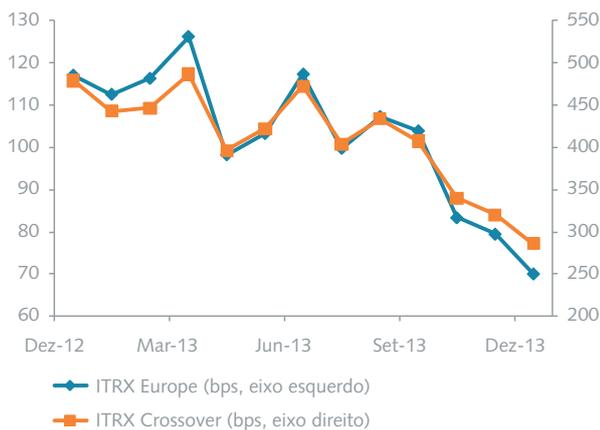
Dívida Privada

Em linha com os mercados accionistas, o ano foi igualmente positivo para a Dívida Privada, nomeadamente para o segmento *High Yield*.

Na Europa, os *spreads* de crédito recuaram para os valores de 2009, descontando a recuperação, gradual e moderada, da economia nos próximos anos, num cenário de taxas de juro e de *default* historicamente baixas. No final do ano, os *spreads* de obrigações Investment Grade situavam-se nos 70 bps, menos 47 bps do que no início do ano. Por sua vez, os *spreads* das obrigações *High Yield* diminuíram 193 bps, para os 286 bps.

Nos Estados-Unidos, o cenário foi idêntico. Os *spreads* de Investment Grade diminuíram 32 bps, para os 62 bps; e, no segmento *High Yield*, os *spreads* estreitaram 181 bps, para os 306 bps.

Evolução dos *spreads* de crédito na Europa



Fonte: Bloomberg

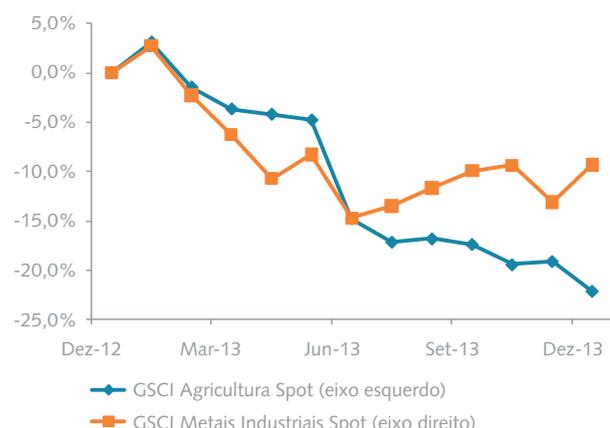
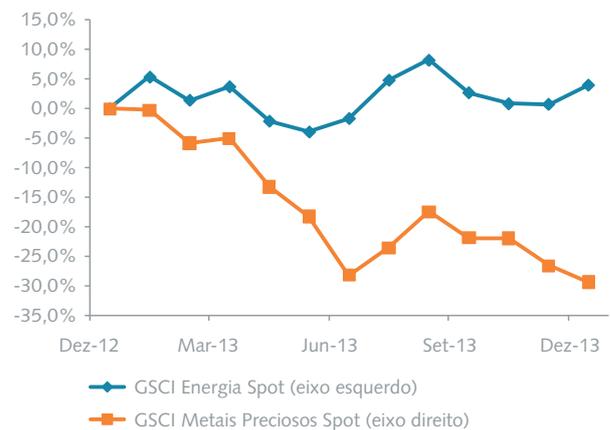
Commodities

Em 2013 foi um ano negativo para as matérias-primas, penalizadas pelo abrandamento do ritmo de crescimento das economias emergentes e, sobretudo, pelas perspectivas de *tapering* do programa de compra de títulos nos Estados-Unidos.

Os grupos mais afectados foram os Metais Preciosos, com destaque para o Ouro, que perdeu 26% desde o início do ano, e os Produtos Agrícolas, com uma perda média de 22,1% no mesmo período. Menos acentuada foi a queda das cotações dos Metais Industriais, com o impacto negativo da menor procura dos países emergentes contrabalançado com as melhores perspectivas para as economias avançadas, com uma queda de 9,3%.

O único grupo que registou ganhos foi, pois, o da Energia, com uma subida de apenas 4% desde o início do ano.

Evolução das Commodities



Fonte: Bloomberg

Síntese da actividade desenvolvida



Indicadores Consolidados

Indicadores (Euros)	2011	2012	2013
Margem Financeira	13.503.528	13.379.215	10.704.623
Resultados de Operações Financeiras	-3.774.262	6.152.895	5.122.478
Comissões Líquidas	1.675.254	1.304.210	1.633.127
Outros Proveitos de Exploração Líq.	-102.596	151.970	33.765.198
Produto Bancário	11.301.924	20.988.290	51.225.426
Custos com Pessoal	-4.802.194	-4.896.550	-4.882.233
Outros Gastos Administrativos	-3.606.725	-3.770.569	-4.201.582
Custos de Estrutura	-8.408.919	-8.667.119	-9.083.815
Amortizações	-642.021	-858.018	-853.662
Provisões e Imparidades Líquidas	-6.961.793	-6.860.479	-19.380.933
Resultados antes de Impostos	-4.710.809	4.602.674	21.907.016
Provisão para Impostos	1.185.200	-1.588.158	2.725.009
Resultados Líquidos	-3.537.882	3.022.241	24.631.263
Crédito Concedido Líquido	215.023.847	190.717.167	167.365.693
Recursos Captados	477.378.510	553.685.128	493.211.158
Capitais Próprios	50.830.060	65.393.377	92.777.806
Activo Líquido	536.756.330	628.231.910	595.172.391



Em 2013, a diminuição significativa dos prémios de risco nos mercados financeiros mundiais e a melhoria das perspectivas de crescimento para as principais economias desenvolvidas contribuíram para a progressiva estabilização do sector financeiro europeu. Ainda assim, os sistemas bancários dos países europeus do sul permaneceram penalizados pelos elevados níveis de endividamento, tanto público como privado, e pela persistente fragmentação financeira na Zona Euro, um dos principais obstáculos ao crescimento e ao fluxo do crédito, fundamentais para a recuperação destas economias.

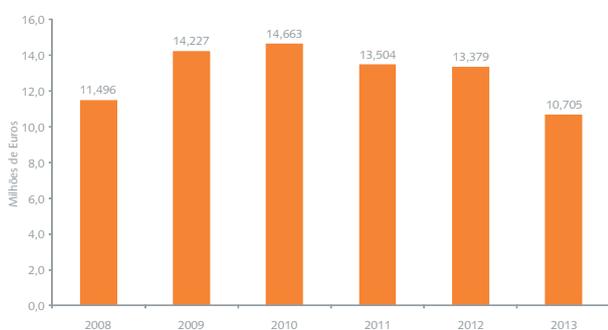
Em Portugal, apesar da melhoria dos indicadores económicos registada ao longo do ano e da forte diminuição do prémio de risco da República, os resultados dos maiores bancos nacionais mantiveram-se pressionados pela deterioração generalizada das respectivas carteiras de crédito e consequente aumento das imparidades e provisões. A esta realidade acresceu a tendência comum de diminuição das carteiras de crédito, factor que contribuiu para diminuição da margem financeira do sector em geral.

Neste contexto difícil, contudo, a actividade do Banco Invest registou um saldo muito positivo, com os resultados líquidos consolidados a atingirem os 24,6 milhões de euros.

Para este resultado concorreu maioritariamente o crescimento de 144% do produto bancário, para os 51,2 milhões de euros, por sua vez impulsionado pelo desempenho extremamente positivo da carteira de títulos, em particular da carteira de obrigações, e pela recompra das notes em circulação da operação de titularização Invest Finance 1. O efeito combinado destes dois factores, ascendeu a cerca de 38,9 milhões de euros.

A margem financeira diminuiu 20%, para os 10,7 milhões de euros, penalizada pelo efeito combinado da redução da carteira de crédito e aumento significativo do montante captado de depósitos de clientes.

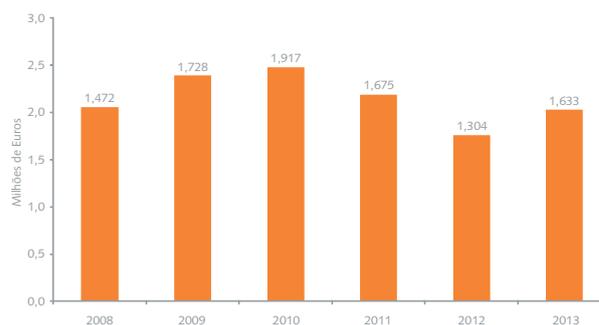
Evolução da Margem Financeira



Fonte: Banco Invest

As comissões líquidas cresceram 25%, atingindo os 1,6 milhões de euros. A subida dos mercados financeiros e a menor aversão ao risco dos investidores tiveram como consequência natural a recuperação dos proveitos de corretagem e o aumento da procura por alternativas de investimento com maior risco de capital e valor acrescentado, como por exemplo os fundos de investimento. Por outro lado, a maior apetência por estes produtos foi potenciada pelo aumento muito significativo do número de clientes do Banco, confirmando a tendência de crescimento dos últimos anos.

Evolução das Comissões Líquidas



Fonte: Banco Invest

O Activo Líquido diminuiu 5,3% devido à quebra da actividade de concessão de crédito e redução da exposição aos riscos de mercado, após a forte valorização da carteira de títulos do Banco, com destaque para a dívida pública portuguesa e espanhola. No final do exercício de 2013, o total do Activo Líquido ascendia a 595,2 milhões de euros.

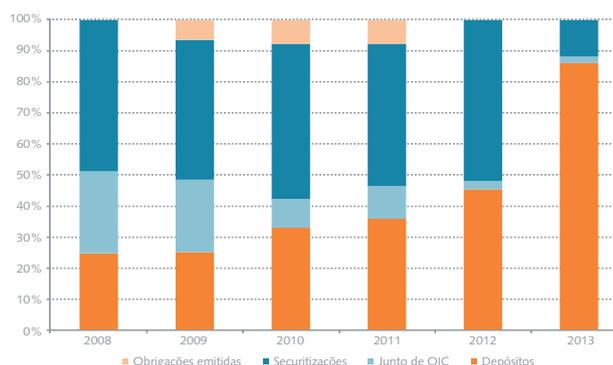
Os depósitos de Clientes cresceram 27,9%, para os 234 milhões de euros. Este crescimento expressivo reflecte a confiança dos Clientes na solidez do Banco, assim como o esforço do Banco no sentido de uma maior proximidade e qualidade de serviço, com propostas atractivas, tanto para clientes particulares como institucionais.

Resultado da forte subida do montante de depósitos captados, o rácio de transformação de depósitos em crédito (não titularizado) manteve-se estável em torno dos 23,5%, contrabalançando o crescimento do crédito não titularizado. Este rácio mantém-se como um dos melhores do sector bancário nacional, e espelha a manutenção de uma estrutura financeira robusta, assente na captação de recursos estáveis.

Por sua vez, os recursos obtidos junto do Banco Central Europeu fixaram-se nos 221,6 milhões de euros no final do ano, menos 3% do que o registado no final de 2012. O Banco apenas recorre a esta instituição para financiamento de parte da carteira de obrigações. A todo o momento, este financiamento pode ser reembolsado, através da venda dos títulos no mercado.



Evolução da Estrutura de Recursos (excluindo BCE)



Fonte: Banco Invest

No final do exercício, o rácio de solvabilidade do Banco Invest, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, atingiu os 21,3%. Os rácios *Core Tier I* e *Tier I* fixaram-se ambos nos 21,6%. O Banco Invest continua a estar entre as instituições mais sólidas do sector financeiro nacional.

Actividade Desenvolvida

Cientes Empresas

A especialização em serviços e produtos para as médias empresas nacionais procura acrescentar valor para o Cliente através de soluções não padronizadas.

Através de equipas multidisciplinares, o Banco oferece soluções tecnicamente sólidas e adequadas às necessidades de cada Cliente. O elevado grau de formação e experiência dos seus quadros e a rapidez dos processos internos de decisão asseguram a qualidade dos serviços prestados.

A integração no Grupo Alves Ribeiro, grupo com cerca de 80 anos de experiência no mercado nacional, proporciona ao Banco uma visão aprofundada do tecido económico português e o acesso a um conjunto de interlocutores de relevo, que se têm revelado de valor acrescentado em diversas operações.

Corporate Finance

A área de assessoria financeira e Corporate Finance mantém o seu enfoque na prestação de serviços às pequenas e média empresas nacionais, nomeadamente reestruturações financeiras e avaliações de empresas.

O Banco manteve a colaboração com o IAPMEI para disponibilizar aos clientes as linhas PME Invest / Invest QREN.

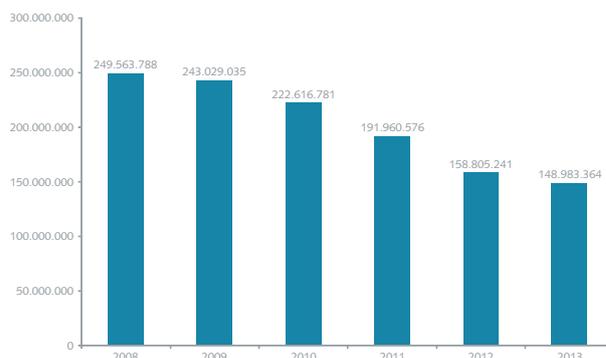
Gestão de Risco

A actividade de produtos financeiros derivados para Empresas, em 2013, à semelhança do sucedido no ano anterior, manteve-se concentrada nos segmentos de taxas de câmbio e *commodities*. Menos significativo manteve-se o volume transaccionado de coberturas de taxa de juro, reflexo natural da actual conjuntura económica e perspectiva de manutenção das taxas de juro em níveis historicamente baixos, nos próximos anos.

Crédito Especializado

Em 2013, o Banco manteve uma política restritiva na concessão de crédito de médio e longo prazo a empresas. Tal como no ano anterior, foram sendo realizadas apenas operações pontuais, regra geral a clientes do Banco, com um perfil de risco reduzido.

Evolução do Crédito Vincendo Actividade Empresarial



Fonte: Banco Invest

A carteira de crédito apresenta uma elevada dispersão, com um valor médio de 175.481 euros por operação, composta essencialmente por contratos validados por intervenção notarial e na sua maioria sujeitos a registo de natureza predial.

No final de 2013, o grau de cobertura da carteira de crédito por garantias reais situava-se nos 89,5%. No crédito com garantias reais, o montante do capital em dívida ascendia a 52,1% do valor de mercado das garantias totais associadas (*loan-to-value*).

Adicionalmente, o Banco dispõe ainda, na grande maioria das operações, de garantias pessoais dos respectivos devedores ou garantes.

As garantias imobiliárias são objecto de reavaliação periódica, por Técnicos Avaliadores credenciados e independentes, seguindo critérios prudentes que reflectem a evolução dos correspondentes mercados imobiliários regionais, natureza dos imóveis, potencial de utilização e de liquidez. As demais garantias são constituídas por penhores que incidem sobre carteiras de aplicações financeiras.



Garantias sobre Crédito Vincendo à Actividade Empresarial

Crédito à actividade empresarial - 2013

	Capital	Tipo de garantia			Total
		Imobiliária	Outras	Penhores	
Com garantia					
Mútuo	52.011.220	59.992.848	1.677.532	37.467.919	99.138.299
Leasing Imobiliário	76.962.774	152.979.311	229.127	589.697	153.798.135
Leasing Mobiliário	594.923	0	0	0	0
Contas Correntes	3.905.067	1.527.156	22.446	1.565.982	3.115.584
Sem garantia (1)	15.509.380	0	0	0	0
Total	148.983.364	214.499.315	1.929.105	39.623.598	256.052.018

Clientes Particulares

Especializado nos serviços financeiros que estão para além do relacionamento bancário do dia-a-dia, o Banco Invest oferece aos seus clientes Particulares um conjunto de soluções diversificadas, flexíveis e tecnicamente evoluídas, que a banca tradicional, com uma oferta mais padronizada, não está vocacionada para oferecer.

Private Banking

Nesta área, os Clientes têm à sua disposição um conjunto alargado de alternativas de investimento, podendo optar por diversas formas de relacionamento com o Banco, em função dos montantes, dos conhecimentos financeiros e da disponibilidade de tempo para dedicar à gestão das suas poupanças.

Durante o ano de 2013, o Banco alargou de forma significativa o número de fundos de investimento disponibilizados, com a assinatura de vários novos acordos de distribuição com as mais prestigiadas sociedades gestoras internacionais, como, por exemplo, a Goldman Sachs Funds, a Fidelity, a Schroders e a UBS, entre outras. A oferta total ascende presentemente a cerca 700 fundos de investimento, contemplando todas as classes de activos e mercados geográficos.

Adicionalmente, o Banco manteve uma oferta variada e completa de Exchange Traded Funds e, para clientes mais conservadores, de Depósitos Indexados, com capital garantido e remuneração indexada a acções. Em 2013, a estrutura mais utilizada foi o *Call Spread* sobre *baskets* de acções, visando beneficiar com a tendência positiva dos mercados accionistas.

Gestão de Activos

O Banco oferece aos seus Clientes Particulares um alargado conjunto de produtos, abrangendo diferentes categorias de risco, liquidez e horizonte temporal de investimento. A oferta disponibilizada vai desde a Gestão Discricionária ao investimento directo em produtos transaccionados em bolsa, passando pelos produtos estruturados e fundos de investimento próprios e estrangeiros. Para os Clientes que desejam uma maior intervenção na gestão das suas poupanças mantendo, contudo, um aconselhamento profissional, o Banco disponibiliza, ainda, um serviço de Advisory. Este produto permite o acesso à composição das carteiras geridas pelo Banco e às alterações efectuadas periodicamente, deixando ao Cliente a decisão da respectiva implementação.

Em 2013, os produtos geridos e originados pelo Banco atingiram rendibilidades excepcionais, tanto em termos absolutos como relativos, potenciadas pela robustez dos processos de alocação de activos e gestão de risco implementados.

Entre estes produtos, destaque para os seguintes:

- O fundo Alves Ribeiro PPR, cuja rendibilidade, em 2013, atingiu os 19,8%, mais uma vez a melhor na sua categoria (Fundos Mistos Defensivos EUR). Para este desempenho contribuíram a natureza estável do Fundo e a sua perspectiva de capitalização, permitindo a implementação de uma gestão que não está preocupada com as variações de curto prazo, mas sim com as tendências e oportunidades de longo prazo. Desde o lançamento do Fundo, a rendibilidade média anual ascende a 6,7%, igualmente a melhor na sua categoria.



- O fundo Alves Ribeiro Médias Empresas Portugal, igualmente gerido pela Invest Gestão de Activos, obteve uma rentabilidade de 32,8% em 2013, contra os 16% registados pelo índice PSI-20 no mesmo período. A recuperação do mercado nacional, no segundo semestre do ano, foi alavancada pelo acertado posicionamento da carteira do fundo, em empresas de elevada qualidade e exposição a mercados externos. Em 2013, o fundo registou a melhor rentabilidade entre os fundos directamente comparáveis.
- O serviço de Gestão Discricionária de carteiras, com rentabilidades compreendidas entre os 9,2% (Perfil Moderado) e os 17,9% (Perfil Dinâmico), líquidos de comissões de gestão.
- Também nas carteiras sob Advisory as rentabilidades foram bastante positivas, compreendidas entre os 6,3% (Perfil Conservador) e os 14,2% (Perfil Dinâmico).
- O produto "Invest Chemicals (Ser. 1/12)", um depósito indexado, com capital garantido, e remuneração indexada às acções de cinco empresas globais do sector químico. O produto, com uma maturidade máxima de 12 meses, foi reembolsado antecipadamente, no final do primeiro trimestre, com uma rentabilidade de 8,44% (TANB).
- O produto "Invest Global Sponsors (Ser. 2/12)", um depósito indexado, com capital garantido e remuneração indexada às cotações de cinco empresas patrocinadoras do campeonato europeu de futebol de 2012. Este produto foi reembolsado em Julho, com uma rentabilidade de 9,89% (TANB).
- O produto "Invest Selecção AAA (Ser. 2/12)", um depósito indexado, com capital garantido e remuneração indexada a três índices accionistas de países com o *rating* de crédito máximo. Com maturidade máxima de 12 meses, o produto foi reembolsado antecipadamente, conforme previsto nas respectivas condições, no final do terceiro trimestre com uma rentabilidade de 7,85% (TANB).
- O produto "Invest Global (Ser. 1/12)", um depósito indexado, com capital garantido e remuneração indexada aos mercados accionistas mundiais, com uma rentabilidade de 9,86% (TANB), no vencimento.

Durante o ano de 2013, o Banco emitiu 53 novos produtos estruturados, sob a forma de depósito, *notes* e *swaps*.

Corretagem

O Banco Invest está presente no segmento de Prime Brokerage e na Corretagem online.

No segmento de *Prime Brokerage*, com vista a garantir a qualidade do serviço prestado, o Banco privilegia o relacionamento directo dos Clientes com os *traders*, o aconselhamento activo com base em análise fundamental e técnica, a gestão de ordens, a análise de tendências e níveis de entrada e saída de títulos. Por outro lado, revela-se cada vez mais importante a gestão dos riscos envolvidos nas várias estratégias seguidas pelos investidores.

No segmento da corretagem online, os clientes do Banco Invest podem dar ordens através do *site – desktop* e *mobile* – ou através da plataforma de *trading* "Invest Trader". Nesta área, vale a pena destacar a total integração das ordens pelo telefone, *site* e plataforma de *trading*, que distingue o Banco da maior parte dos seus concorrentes.

Ao longo do ano de 2013, as principais bolsas europeias e norte-americanas registaram valorizações positivas, criando um ambiente mais favorável no mercado, que contribuiu para o ligeiro crescimento que se verificou no valor das ordens no segmento accionista. Em 2013, o Banco Invest alcançou um acréscimo do volume de negócios de cerca de 19%, aumentando a sua quota de mercado.

Finalmente, vale a pena referir que a actividade *online* tem ganho peso relativo no volume de negócios global. No final de 2013, o canal *online* suportava 25% do segmento accionista, e 44% do segmento de derivados.

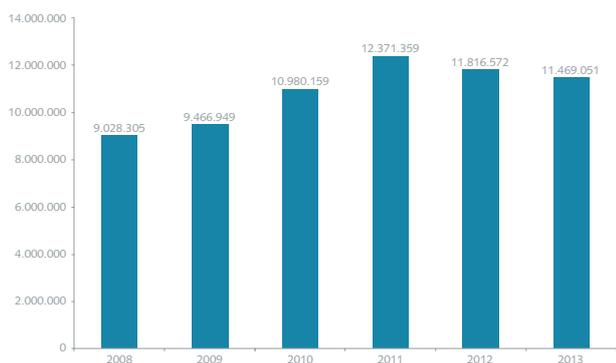
Crédito Especializado

Embora o Banco não tenha intervenção no designado crédito ao consumo, desenvolveu e tem em gestão corrente dois produtos específicos dirigidos a Clientes Particulares: as contas margem e o crédito com garantia de metais preciosos. Orientadas para investidores no mercado de valores mobiliários, as contas margem permitem aos Clientes alavancar os seus fundos próprios sob penhor das respectivas carteiras, sendo, para o efeito, exclusivamente elegíveis títulos com liquidez e cotação em mercados oficiais.

A concessão de crédito com garantia de metais preciosos é essencialmente dirigida a Clientes que dispõem de uma parte relevante das suas poupanças investida em metais preciosos, e que pretendem recorrer a esta reserva de valor para obter financiamento.



Evolução do Crédito Vincendo Clientes Particulares



Valores em euros. Fonte: Banco Invest

Clientes Institucionais

O ano de 2013 foi mais um ano de forte crescimento e reforço da actividade de prestação de serviços junto de Clientes Institucionais.

O Banco continua a apostar na qualidade de serviço e elevado grau de especialização, contando com a experiência dos seus quadros, uma estrutura organizacional com poucos níveis hierárquicos e uma Administração envolvida e próxima da condução corrente do negócio.

Nesta área, o Banco Invest oferece essencialmente serviços de corretagem, produtos estruturados, cobertura e gestão de riscos e custódia de fundos de investimento para operadores independentes de média dimensão.

Corretagem

Estruturado para responder a investidores muito activos, e com um grau de exigência elevado, o serviço de corretagem oferecido pelo Banco Invest tem vindo a ganhar quota de mercado junto dos Clientes Institucionais.

O Banco conjuga uma actividade proactiva na procura de oportunidades firmes de negócio que propõe aos seus clientes, tanto no *sell* como no *buy side*, com a disponibilização de uma plataforma de execução e de transmissão de informação rápida e eficiente.

Produtos Estruturados

O Banco posiciona-se como parceiro de vários Clientes Institucionais, na estruturação de soluções de investimento eficientes e inovadoras para os respectivos clientes. A oferta disponibilizada inclui produtos sobre acções e índices de acções, taxas de juro e câmbio e, ainda, *exchange traded funds* e matérias-primas. Ao longo do ano, foram originados vários produtos estruturados, na sua maioria sobre acções individuais. Pela conjuntura de mercado – elevada volatilidade nos mercados accionistas – a estrutura

que suscitou maior interesse foi, mais uma vez, o *Reverse Convertible*, um produto com um cupão fixo elevado, função da volatilidade do Indexante, mas com risco de perda de capital.

Durante o ano de 2013, esta área de negócio registou um crescimento significativo, tanto ao nível dos montantes colocados (+34%, relativamente ao ano anterior), como ao nível de novos clientes, nacionais e estrangeiros, resultado do esforço de diversificação e internacionalização, num cenário de elevada concorrência.

Gestão de Risco

A crescente complexidade e volatilidade dos produtos e mercados financeiros tornam cada vez mais importante a questão da gestão do risco, também, para os clientes Institucionais. Neste sentido, a oferta do Banco Invest procura responder a estes desafios com produtos personalizados e inovadores, em condições consideradas competitivas. O leque de produtos estende-se da fixação de preço aos produtos mais complexos, com opcionalidade e rendibilidade condicional, visando beneficiar das expectativas do Cliente para os mercados para obter um melhor nível de cobertura.

Custódia

O Banco Invest continuou a reforçar a sua actuação enquanto banco depositário de referência para as sociedades gestoras de fundos (mobiliários, imobiliários e de capital de risco) independentes a actuar no mercado nacional.

No âmbito dos serviços de custódia de fundos imobiliários, o Banco Invest põe à disposição dos seus Clientes o profundo *know-how* imobiliário do Grupo Alves Ribeiro, nomeadamente no apoio à estruturação e montagem dos fundos, procurando oferecer a solução mais adequada em função das especificidades de cada operação.

No término do exercício, o Banco Invest era depositário de mais de 50 fundos, com activos totais de aproximadamente 700 milhões de euros, um crescimento significativo face a 2012.

Actividade de Carteira Própria

Gestão de Riscos de Mercado

O Banco intervém de forma activa na gestão dos diversos riscos de mercado: acções, obrigações, fundos, câmbios e respectivos derivados.

A gestão de riscos de mercado tem como objectivo essencial o aproveitamento das oportunidades que vão surgindo, quer nos mercados financeiros internacionais,



quer no mercado doméstico. A Sala de Mercados não tem a obrigatoriedade de estar presente de forma contínua com posições no mercado.

O Comité de Investimentos do Banco, constituído por responsáveis das diferentes áreas envolvidas, define regularmente orientações globais sobre o posicionamento do Banco no plano interno e no plano internacional, cabendo depois à Sala de Mercados, dentro dos limites de risco definidos, a gestão da exposição do Banco a cada um dos segmentos de mercado.

A definição dos limites de risco, globais e parcelares, assenta em metodologias de *Value at Risk*, análise de risco de crédito – *rating*, *basis point value*, *stress tests* e limites de concentração por activo, por sector e por país.

As várias estratégias utilizadas, bem como a gestão dos limites de risco, têm em conta as correlações existentes entre as várias classes de activos e estilos de negociação, de forma a reduzir a volatilidade do resultado global desta actividade. O peso de cada estratégia na carteira global é gerido de forma dinâmica, em função das diferentes condições de mercado.

VaR 99,5% Total



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

No ano de 2013, o VaR médio anual total da Sala de Mercados foi de 19.2 milhões de euros. No final do ano registava o valor de 19.9 milhões de euros. O VaR apresentou valores historicamente elevados em resultado directo do investimento que foi sendo feito em títulos de dívida de médio e longo prazo, sobretudo em Espanha e Portugal, na medida em que a recuperação das respectivas economias o aconselhava. Em Espanha os investimentos foram efectuados em Dívida pública e em Portugal em Dívida de empresas.

Gestão de Risco Acções

O Banco intervém no mercado de acções através da Carteira de Investimento (Carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda) e da Carteira de Negociação.

As aplicações efectuadas no âmbito da gestão da Carteira de Investimento são definidas e aprovadas pelo Comité de Investimentos do Banco, depois de fundamentadas na conjugação de uma análise macroeconómica, global e por região, com uma análise fundamental dos sectores e das empresas. Além de uma bateria de indicadores macroeconómicos e sectoriais, são seguidos modelos de avaliação de acções e de comparação entre retorno esperado de acções e obrigações.

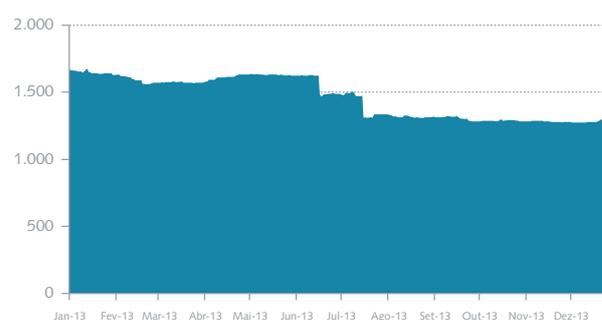
As estratégias, os limites de risco e o orçamento das carteiras são aprovados antes do início do ano pelo Comité de Investimentos do Banco, podendo o gestor intervir no mercado, ao longo do ano, dentro dos parâmetros estabelecidos.

Em termos de títulos, o objectivo é ter uma carteira longa, podendo esta, em ocasiões menos favoráveis, não existir. Em termos de futuros, o Banco pode ter posições longas ou curtas, de acordo com as expectativas de evolução do mercado.

Podem ser utilizadas diversas estratégias, entre as quais se destacam a Análise Técnica e o *Systematic Trading* – utilização de modelos sistemáticos para a identificação de oportunidades de *trading* – bem como a identificação de padrões de comportamento recorrente, assim como de indicadores que determinem movimentos significativos de mercado.

Durante o ano de 2013, o banco manteve a actividade de *trading* de acções em níveis reduzidos.

VaR 99,5% Acções



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

O VaR médio anual da carteira de acções do Banco foi de 1.4 milhões de euros. A diminuição do VaR ao longo do ano resultou da redução da volatilidade do mercado.

Gestão de Risco Taxa de Juro

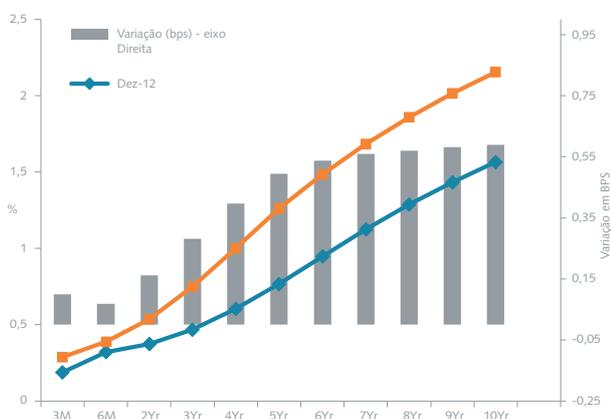
Ao longo do ano de 2013, o Banco deteve uma carteira de obrigações de empresas com um valor que oscilou entre os 230 e os 270 milhões de Euros.



Durante o ano as taxas de juro de médio e longo prazo baixaram até ao mês de Maio e subiram a partir desse mês. As expectativas de recuperação das principais economias mundiais estiveram na origem deste comportamento, sendo que os dados macroeconómicos confirmaram a melhoria da actividade económica internacional no 2º semestre, Portugal incluído.

Comportamento diverso foi observado nas taxas de juro de curto prazo, que praticamente não registaram variação anual significativa. De facto, as descidas sucessivas da taxa de referência do BCE para as operações de política monetária, para 0,5% em Maio e para 0,25% em Novembro, permitiram manter os níveis das taxas em mínimos históricos.

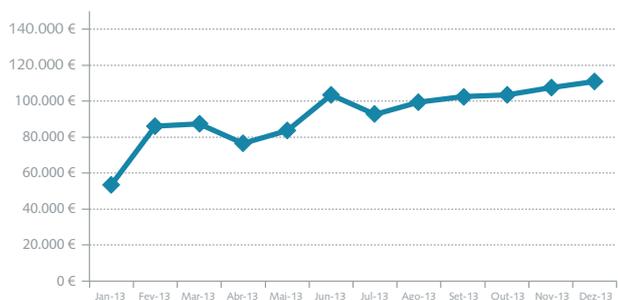
Evolução da curva de taxas de juro do Euro em 2013 face a 2012



Valores em %. Fonte: Bloomberg

Ao longo do exercício, o Banco aumentou a sua exposição ao risco de taxa de juro na mesma medida em que foi efectuando investimentos em títulos para a carteira, nomeadamente de dívida pública de médio e longo prazo em Portugal, Itália e Espanha, com especial incidência nesta última.

Evolução Risco Taxa de Juro



Valores em BPV.

Gestão de Risco Obrigações

No término do exercício, a carteira apresentava um *rating* médio BBB:

Rating	% da Carteira	% Acumulada
AAA	1%	1%
AA	2%	2,9%
A	20,4%	23,3%
BBB	43,2%	66,5%
BB	29,1%	95,6%
B	1,9%	97,5%
<B	2,5%	100%

Durante o ano de 2013, os *ratings* dos países e das respectivas instituições financeiras da zona Euro foram revistos pelas principais agências de no sentido da redução da qualidade creditícia atribuída. Este processo foi de alguma forma global, nem mesmo escapando os títulos emitidos pela União Europeia. O processo foi mais acentuado nas economias periféricas, nomeadamente no início do ano.

Notícias positivas nesta área apenas surgiram no 2º semestre do ano, com as agências a darem nota da tendência para uma estabilização dos *ratings* nos níveis actuais. Parece contudo consensual que o processo de melhoria gradual de *ratings* está ainda um pouco distante e dependente do crescimento da actividade económica após a redução de estímulos de natureza monetária e orçamental.

Como não podia deixar de acontecer, o *rating* médio da carteira do Banco desceu de A para BBB, em consonância com os investimentos efectuados ao longo do ano com a descida generalizada entretanto ocorrida. Sublinhe-se que mesmo assim a carteira apresenta um *rating* médio *investment grade*, significativamente melhor que o da república que neste momento se situa em BB.

Evolução do Risco Portugal (CDS)

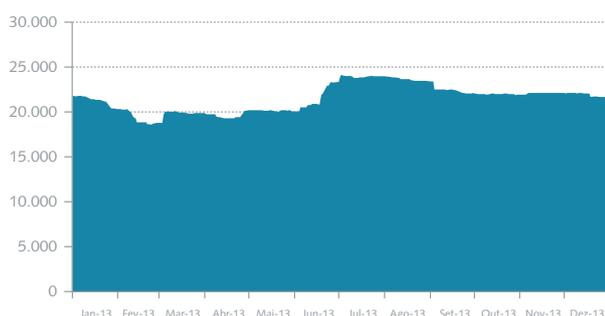


Valores em BPS. Fonte: Bloomberg

Em Portugal, o Banco efectuou investimentos em dívida de empresas de referência, nomeadamente REN, EDP, Galp, Portucel e Portugal Telecom, na medida em que ocorria uma dissociação entre as probabilidades de incumprimento/reestruturação das empresas e da República. De facto, ao fechar o ano, podemos afirmar que as principais empresas portuguesas já estão a beneficiar de um acesso ao mercado francamente menos condicionado do que a República.

Em 2013, o VaR médio anual da carteira de obrigações do Banco foi de 21.5 milhões de euros. No término do exercício, o valor de mercado da carteira ascendia a 263.3 milhões de euros.

VaR 99,5% Obrigações



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

Gestão de Risco Cambial

A gestão cambial centra-se, essencialmente, na cobertura das posições em dólares. Em termos de exposição do Balanço do Banco, a actividade do Banco em moeda estrangeira continuou a ser muito reduzida. Sumariamente, o Banco não detém exposição a risco cambial.

Gestão de Risco de Volatilidade

O Banco desenvolve uma actividade de gestão de opções e outros derivados, destinada a fazer a cobertura do risco dos Produtos Estruturados comercializados junto dos seus Clientes. Tratando-se de uma actividade de cobertura, o VaR das posições detidas tende a não oscilar significativamente.

No final do exercício de 2013, o montante global dos riscos geridos nesta actividade ascendia a 24 milhões de euros. O VaR médio mensal do "Livro de Derivados", com 99,5% de intervalo de confiança, ascendeu a 153 mil Euros.

VaR 99,5% Derivados



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

Controlo de Riscos

O controlo de riscos no Banco Invest é assumido ao mais alto nível, sendo todos os limites de risco – de mercado, de crédito, de liquidez e operacional – definidos e aprovados em Conselho de Administração do Banco. Paralelamente, existem órgãos funcionais – Comité de Investimentos, Direcção de Crédito, Direcção de Contabilidade e Controlo e Direcção de Auditoria Interna – que se articulam de forma a controlar os processos de aprovação, procedimentos e circuitos de informação previamente definidos, garantindo o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A trabalhar de forma mais autónoma, existe ainda a função de controlo de riscos, que reporta directamente ao Conselho de Administração, e cuja actividade se centra essencialmente na elaboração de auditorias sobre o cumprimento dos modelos de risco utilizados pelo Banco em diferentes áreas de negócio e na verificação da adequação destes modelos na valorização e mitigação dos riscos.

O sistema de controlo de riscos implementado no Banco permite monitorizar e avaliar continuamente o risco de cada área funcional através de matrizes de risco que asseguram, de forma tempestiva, a prevenção de situações indesejadas e a adopção de medidas correctivas. Os procedimentos de gestão e monitorização dos riscos existentes na Instituição estão descritos no Manual de Gestão de Riscos.

Risco de Mercado

O controlo do risco de mercado destina-se a avaliar e monitorizar a desvalorização potencial dos activos do Banco, e consequente perda de resultados, causada pela ocorrência de um movimento adverso nos valores de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de juro e / ou das taxas de câmbio.

As carteiras de títulos do Banco estão segmentadas de acordo com os objectivos de investimento e respectivo tratamento contabilístico. O Banco calcula e monitoriza o risco de mercado de todas as carteiras que detém,





definindo limites de risco por carteira, considerando os impactos potenciais de cada uma, quer nos resultados quer nos capitais próprios.

O risco global da actividade de *trading* é minorado através da utilização de estratégias de diversificação por classe de activos tendo em conta as correlações entre os vários mercados e activos.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições quanto à sua dimensão, composição, e níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para a exposição de crédito – concentração por país, sector de actividade e *rating* – como de mercado e de liquidez.

Para avaliação e quantificação do risco de mercado o banco utiliza os seguintes indicadores:

- *Value-at-Risk*, estimando para cada carteira, com um intervalo de confiança de 99%, a perda potencial máxima diária proveniente de variações adversas nos activos subjacentes. O *Value-at-Risk* tem em conta não só a volatilidade dos activos financeiros, mas também a correlação entre eles, e a distribuição das taxas de rentabilidade de cada um, determinando-se diariamente o risco assumido, por tipo de activo financeiro e pela carteira global do Banco;
- *Present Value of Basis Point (BPV)*, que consiste em determinar a perda potencial nos resultados do Banco originada por uma variação de um ponto base nas taxas de juro.

Os limites de VaR mensais, bem como os limites de concentração por mercado, por activo, por sector e por notação de *rating*, propostos pelo Comité de Investimentos e aprovados pelo Conselho de Administração, são diariamente monitorizados pela Direcção de Contabilidade e Controlo. Também numa base diária, o Comité de Investimentos acompanha o *mark to market* de cada carteira, bem como a evolução do seu *Value-at-Risk*.

Suplementarmente, o Banco recorre à realização periódica de *stress tests*, que consistem na simulação de cenários, históricos e/ou hipotéticos, adversos à carteira detida, e na análise de sensibilidade decorrente da alteração de diversos factores de forma a medir o seu impacto no valor dos activos, nos resultados e na solvabilidade. Os *stress tests* são também parte integrante do Processo Anual de Auto Avaliação do Capital Interno (ICAAP), no sentido de aferir a adequação do mesmo ao desenvolvimento da actividade económica.

Risco de Crédito

O controlo do risco de crédito consiste na avaliação dos graus de incerteza e monitorização de eventuais perdas quanto à capacidade de um cliente/contraparte cumprir as suas obrigações contratuais. O risco de crédito assume na

actividade bancária um carácter especial, não só pela sua materialidade mas também pela sua interligação com os outros riscos.

Na actividade de concessão de crédito, com vista a garantir uma correcta determinação do perfil de risco das operações, o processo de análise e deliberação perpassa, com pareceres autónomos, a área de análise de risco, a Direcção de Crédito e a Administração do Banco, sendo suportada numa bateria de elementos de informação externa e interna considerados pertinentes à fundamentada deliberação de qualquer proposta de crédito.

A consistência dos colaterais é determinada por avaliações sistemáticas conduzidas por técnicos externos devidamente credenciados, sendo sujeitas a reavaliações periódicas regulares. A integridade dos referidos colaterais é salvaguardada em apólices de seguro, cobrindo os riscos comuns, cuja suficiência em termos de capital e validade o Banco monitoriza em permanência.

As imparidades da carteira de crédito são apuradas mensalmente, com base numa análise colectiva da carteira de crédito, e na análise individual dos créditos de maior dimensão e daqueles que se encontram em situação de *default*. A imparidade nos créditos sujeitos à análise colectiva é apurada com base num modelo proprietário, devidamente validado pelos auditores externos, que estima as probabilidades de *default* e o montante das perdas esperadas, com base na informação relativa ao comportamento da carteira no passado.

Periodicamente, são também elaborados, nos termos instituídos pelo Banco de Portugal, testes de esforço à carteira de crédito, visando analisar o impacto nas contas do Banco do movimento adverso de algumas variáveis consideradas sensíveis, nomeadamente quanto à taxa de incumprimento, taxa de juro e preços do mercado imobiliário.

O risco de crédito da carteira de títulos é calculado e monitorizado com base na metodologia *Credit Value-at-Risk*. Através deste modelo, é calculada a perda máxima esperada, com um determinado nível de confiança, resultante da ocorrência de *defaults* na carteira. A perda máxima é calculada com base nas probabilidades de *default* e *recovery rate (loss given default)* históricas obtidas junto das principais agências de *rating* em títulos com notação de risco de crédito semelhante à dos títulos detidos em carteira.

No âmbito do risco de concentração de crédito, são efectuadas análises globais da carteira (crédito titulado e não titulado) mensurando-se a exposição por sectores de actividade e as maiores exposições individuais.

Risco de Liquidez

O controlo do risco de liquidez destina-se a avaliar e monitorizar a possibilidade da ocorrência de uma perda resultante da incapacidade do Banco, num determinado momento, financiar os seus activos de forma a satisfazer os seus compromissos financeiros nas datas previstas.

O risco de liquidez é avaliado com base nos mapas de activos e passivos, que permitem monitorizar a evolução da tesouraria do Banco e determinar as necessidades de caixa ao longo de um período previsional de cinco anos. São efectuadas análises de *mismatch* e realizados *stress tests* para determinação de níveis de liquidez de segurança para fazer face a eventos inesperados.

Para financiar a sua actividade de curto prazo, e de forma a garantir uma gestão de liquidez com níveis de segurança adequados, o Banco tem linhas de mercado monetário interbancário e linhas de reporte de títulos negociadas com diversos bancos, para além da captação permanente de recursos de clientes.

Risco Operacional

O controlo do risco operacional tem por objectivo evitar possíveis falhas nos sistemas de controlo interno que possam dar origem à ocorrência de fraudes ou à realização de operações não autorizadas, assim como evitar que o resultado do Banco possa ser prejudicado pela ocorrência de um evento não inerente à sua actividade.

A actividade do Banco Invest está sujeita a diversos mecanismos de prevenção e controlo que lhe permitem mitigar o risco da ocorrência de perdas de natureza operacional, entre os quais se destacam:

- Código de Conduta e Regulamento Interno do Banco;
- Manuais de Procedimentos;
- Controlos de acessos, físicos e lógicos;
- Relatórios de excepção;
- Planeamento de contingências.

O Banco dispõe de procedimentos que definem o âmbito de responsabilidade de cada uma das áreas envolvidas no funcionamento diário da instituição, os circuitos de informação e prazos a cumprir, mitigando a possibilidade de ocorrência de prejuízos operacionais.

Periodicamente, realizam-se auditorias internas com vista a avaliar os sistemas de controlo implementados, de forma a garantir o cumprimento dos Manuais de Procedimentos, e reduzir a probabilidade da ocorrência de erros no registo e contabilização das diversas operações.

Numa base diária, a Direcção de Contabilidade e Controlo avalia as responsabilidades de cada área funcional para com

as respectivas contrapartes, e confirma o cumprimento dos limites estabelecidos, e os níveis de autorização utilizados na aprovação das operações.



Agradecimentos Devidos

O Conselho de Administração entende deixar registada uma palavra de apreço e agradecimento:

- A todos os Clientes, pela preferência e confiança demonstradas, que constituem o maior estímulo para enfrentar os desafios que se lhe deparam;
- Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela atenção dispensada ao Banco;
- À Mesa da Assembleia Geral, em especial ao seu Presidente, pela disponibilidade demonstrada no desempenho de tão importantes funções;
- Ao Conselho Fiscal, e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração e apoio à condução das actividades do Banco;
- Àqueles colaboradores que se entregaram, com sentido de responsabilidade e espírito de dedicação, à consecução dos objectivos delineados e ao respeito pelos valores éticos, humanos e empresariais internamente assumidos e partilhados.

Lisboa, 24 de Março de 2014

O Conselho de Administração

4. Demonstrações Financeiras





Balanços Consolidados em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em Euros)

	2013		2012		Notas	2013	2012
	Activo Bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido			
ACTIVO							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	6.171.582	-	6.171.582	17	221.630.278	228.442.066
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	5.756.803	-	5.756.803	18	385.853	56.977
Activos financeiros detidos para negociação	7	54.865.367	-	54.865.367	19	5.389.248	7.255.214
Activos financeiros disponíveis para venda	8	239.672.432	(3.564.875)	236.107.557	20	233.850.358	182.835.822
Crédito a clientes	9	206.181.855	(31.070.327)	175.111.528	21	31.955.421	135.095.049
Investimentos detidos até à maturidade	10	63.787.169	-	63.787.169	22	600.000	500.000
Activos não correntes detidos para venda	11	39.970.320	(7.986.075)	31.984.245	15	68.187	2.416.785
Propriedades de investimento	12	5.234.446	(1.227.049)	4.007.397	15	827.965	99.415
Outros activos tangíveis	13	6.060.721	(3.683.096)	2.377.625	23	7.687.275	6.137.205
Activos intangíveis	14	1.891.187	(1.620.997)	270.190		502.394.585	562.838.533
Activos por impostos correntes	15	1.065.160	-	1.065.160			
Activos por impostos diferidos	15	7.851.658	-	7.851.658	25	59.500.000	59.500.000
Outros activos	16	5.816.110	-	5.816.110	26	2.938.936	154.229
					26	4.664.535	1.642.294
					26	24.631.263	3.022.241
					27	1.043.072	1.074.613
Total do Activo		644.324.810	(49.152.419)	595.172.391		92.777.806	65.393.377
						Total do Passivo e do Capital Próprio	595.172.391
							628.231.910

O Anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013.

Demonstrações dos resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012



(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2013	2012
Juros e rendimentos similares	28	21.063.703	23.293.314
Juros e encargos similares	29	(10.359.080)	(9.914.099)
MARGEM FINANCEIRA		10.704.623	13.379.215
Rendimentos de instrumentos de capital	30	22.793	12.783
Rendimentos de serviços e comissões	31	2.099.111	1.801.111
Encargos com serviços e comissões	32	(465.984)	(496.901)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	33	1.990.826	6.941.451
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	34	2.823.979	(927.618)
Resultados de reavaliação cambial	35	284.880	126.279
Resultados de alienação de outros activos	36	(451.563)	(37.643)
Outros resultados de exploração	37	34.216.761	189.613
PRODUTO BANCÁRIO		51.225.426	20.988.290
Custos com pessoal	38	(4.882.233)	(4.896.550)
Gastos gerais administrativos	39	(4.201.582)	(3.770.569)
Amortizações do exercício	13 e 14	(853.662)	(858.018)
Provisões liquidas de reposições e anulações	22	(100.000)	-
Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações	22	(15.412.576)	(5.589.151)
Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações	22	366.575	869.231
Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações	22	(4.234.932)	(2.140.559)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		21.907.016	4.602.674
Impostos			
Correntes	15	(421.290)	(2.551.606)
Diferidos	15	3.146.299	963.448
		2.725.009	(1.588.158)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS		24.632.025	3.014.516
Resultado atribuível a interesses minoritários	26 e 27	(762)	7.725
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		24.631.263	3.022.241

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.



Demonstrações dos resultados e outro rendimento integral consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em Euros)

	2013	2012
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	24.632.025	3.014.516
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados		
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	6.937.493	15.700.378
Impacto fiscal	(1.807.728)	(4.166.143)
Transferência para resultados por imparidade	(366.576)	(869.231)
Impacto fiscal	97.143	252.077
Transferência para resultados por alienação	(2.823.979)	927.618
Impacto fiscal	748.354	(269.009)
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	2.784.707	11.575.690
Rendimento integral consolidado antes de interesses minoritários	27.416.732	14.590.206
Interesses minoritários	(762)	(7.725)
Rendimento integral consolidado	27.415.970	14.582.481

O Anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral consolidado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Demonstrações das alterações no capital próprio consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Reservas de reavaliação			Outras reservas e resultados transitados					Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total	
	Capital	Reservas de justo valor	Impostos diferidos	Total	Reserva legal	Reserva livre	Reserva de fusão	Resultados transitados				Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	59.500.000	(15.539.396)	4.117.935	(11.421.461)	1.102.078	9.012.951	574.221	(5.481.892)	5.207.358	(3.537.882)	1.082.045	50.830.060
Aplicação do lucro do exercício de 2011												
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	623.435	-	-	(4.161.317)	(3.537.882)	3.537.882	-	-
Rendimento integral do exercício de 2012	-	15.758.765	(4.183.075)	11.575.690	-	-	-	-	-	3.022.241	(7.725)	14.590.206
Alteração na % detida pelos interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	293	293
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	(27.182)	(27.182)	-	-	(27.182)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	59.500.000	219.369	(65.140)	154.229	1.725.513	9.012.951	574.221	(9.670.391)	1.642.294	3.022.241	1.074.613	65.393.377
Aplicação do lucro do exercício de 2012												
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	14.650	-	-	3.007.591	3.022.241	(3.022.241)	-	-
Rendimento integral do exercício de 2013	-	3.746.938	(962.231)	2.784.707	-	-	-	-	-	24.631.263	-	27.415.970
Alteração na % detida pelos interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.541)	(31.541)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	59.500.000	3.966.307	(1.027.371)	2.938.936	1.740.163	9.012.951	574.221	(6.662.800)	4.664.535	24.631.263	1.043.072	92.777.806

O Anexo faz parte integrante da demonstração das alterações de capital próprio consolidado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.





Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em Euros)

	2013	2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	21.465.599	25.020.435
Pagamentos de juros e comissões	(10.102.359)	(7.946.951)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(9.009.677)	(8.368.629)
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento	(1.841.102)	288.007
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	(1.712.477)	834.605
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	(1.200.016)	9.827.467
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação	20.679.518	(30.935.591)
Activos financeiros disponíveis para venda	(27.113.220)	(111.537.394)
Crédito a clientes	8.845.647	28.745.392
Investimentos detidos até à maturidade	24.286.474	24.330.976
Activos não correntes detidos para venda	(5.630.752)	(1.284.476)
Outros activos	1.822.978	1.730.239
	22.890.645	(88.950.854)
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	(7.500.000)	80.000.000
Recursos de outras instituições de crédito	(1.865.945)	(27.481.796)
Recursos de clientes	51.051.038	61.209.576
Responsabilidades representadas por títulos	(68.703.843)	(41.997.074)
Outros passivos	1.239.248	286.031
	(25.779.502)	72.016.727
Caixa líquida das actividades operacionais	(4.088.873)	(7.106.650)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(110.300)	(594.005)
Caixa líquida das actividades de investimento	(110.300)	(594.005)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de capital	-	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	-	-
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(4.199.173)	(7.700.655)
Caixa e seus equivalentes no início do período	16.127.558	23.828.213
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.928.385	16.127.558
	(4.199.173)	(7.700.655)

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

5. Anexos às Demonstrações Financeiras





1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Invest, S.A. (Banco ou Banco Invest) é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, constituído em 14 de Fevereiro de 1997 com a denominação de Banco Alves Ribeiro, S.A., tendo iniciado a sua actividade em 11 de Março de 1997. A constituição do Banco foi autorizada pelo Banco de Portugal em 4 de Dezembro de 1996. Em 16 de Setembro de 2005, o Banco alterou a sua denominação social para a actual.

O Banco tem por objecto social a realização das operações e a prestação de serviços financeiros conexos com a latitude consentida por lei. Dedicar-se essencialmente à actividade de gestão de activos, mercado de capitais, crédito e capital de desenvolvimento.

Para a realização das suas operações o Banco dispõe de cinco balcões, localizados em Lisboa, Porto e Leiria.

O Banco detém a totalidade do capital social da Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Invest Gestão de Activos). Esta sociedade foi constituída em 11 de Fevereiro de 1998 e tem como objecto social a administração e gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento mobiliário.

Actualmente o Banco tem em actividade duas operações de titularização de créditos:

- AR Finance 1 - realizada no exercício de 2003, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance FTC) e o AR Finance 1 plc, sociedade de responsabilidade limitada sediada na República da Irlanda;
- Invest Finance 1 – realizada no exercício de 2008, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo (Invest Finance FTC) e o Invest Finance 1 Portugal BV, sociedade de responsabilidade limitada sediada na Holanda.

No exercício de 2008, foi constituído o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo (Fundo Tejo), gerido pela Invest Gestão de Activos, que tem como actividade principal a compra de imóveis para posterior alienação ou arrendamento.

No exercício de 2013, foi adquirida a Sociedade Saldanha Holdings Limited, detida integralmente pelo Banco. Esta Sociedade, com sede em Malta, foi adquirida para a concretização da operação de aquisição das “*Variable Funding Notes*” (VFN), dívida emitida pela Invest Finance 1 BV, no âmbito da operação de titularização de créditos Invest Finance 1. A aquisição das VFN foi concretizada através da Sociedade Saldanha Finance, sediada igualmente em Malta, e detida em 99,9% pela Saldanha Holdings Limited. O restante capital social da Saldanha Finance (0,1%) é detido directamente pelo Banco.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de Março de 2014.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 do Banco Invest e das entidades incluídas no seu perímetro de consolidação estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, o Conselho de Administração do Banco Invest entende que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2013 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro.



2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco Invest e as das entidades por si controladas, directa ou indirectamente (Nota 3) incluindo entidades com finalidade especial.

A nível das empresas participadas, são consideradas "filiais" aquelas nas quais o Banco Invest exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, o Banco inclui no seu perímetro de consolidação as entidades com finalidade especial criadas no âmbito das operações de titularização acima referidas, uma vez que sobre estas entidades é exercido um controlo financeiro e operacional efectivo e que o Banco detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das filiais foi efectuada pelo método da integração global, tendo sido eliminadas as transacções e os saldos significativos entre as entidades objecto de consolidação. Adicionalmente, quando aplicável, foram efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco Invest e das filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre entidades incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Grupo são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada "moeda funcional"), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido dos custos directamente atribuíveis à transacção. Aquando do reconhecimento inicial, estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".



ii) *Empréstimos e contas a receber*

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou pela alienação de bens, os quais se encontram registados em “Outros activos”.

Adicionalmente, esta rubrica inclui títulos que foram reclassificados em 2008 das rubricas de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda da IAS 39 (Nota 42). Estes activos foram transferidos pelo seu justo valor determinado com referência a 1 de Julho de 2008.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) *Activos financeiros disponíveis para venda*

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

iv) *Investimentos detidos até à maturidade*

São investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, tendo o Banco a possibilidade e a intenção de os manter até ao seu reembolso.

No reconhecimento inicial estes activos são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Esta categoria inclui um conjunto de activos financeiros que foram reclassificados das rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda ao IAS 39 (Nota 42). Estes activos foram registados ao justo valor com referência a 1 de Julho de 2008 e subsequentemente encontram-se valorizados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.



Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por entidades independentes (*bid prices*), difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e o índice denominado por Bloomberg Generic;
- Preços obtidos através de modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Reclassificação de activos financeiros

Após a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, o Banco passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Esta reclassificação apenas poderá ser efectuada em situações excepcionais, tendo sido considerado que a situação no final de 2008, onde os mercados eram caracterizados por uma significativa falta de liquidez, constituiu uma situação excepcional.

A reclassificação para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber apenas é possível se o Banco tiver intenção e capacidade para manter os activos até à sua maturidade ou num futuro previsível, respectivamente. A transferência para empréstimos e contas a receber só é permitida se o activo tivesse cumprido os requisitos para a classificação nesta categoria no reconhecimento inicial (entre outros, que não fosse transaccionado num mercado activo).

Na reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para outra categoria não são alterados os respectivos ganhos e perdas dos activos anteriormente registados em resultados. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o "*deemed cost*" do activo financeiro.

Na sequência da reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para as categorias de detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber, os mesmos passam a ser mensurados ao custo amortizado. O seu justo valor na data da reclassificação passa a ser o seu novo custo amortizado.

Com a alteração da IAS 39, também poderá ser efectuada a reclassificação de activos financeiros da categoria de disponíveis para venda para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber. Nestes casos, os anteriores ganhos e perdas acumulados dos activos reclassificados são mantidos na reserva de justo valor, sendo reclassificados para resultados: (i) de acordo com o método da taxa efectiva, no caso de activos financeiros com maturidade determinada, ou (ii) no momento em que os activos são vendidos ou quando é registada uma perda de imparidade associada aos mesmos. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o novo custo amortizado dos activos.



b) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) *Passivos financeiros detidos para negociação*

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) *Outros passivos financeiros*

Esta categoria inclui recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes, responsabilidades representadas por títulos e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

c) *Derivados*

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.



Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respectivamente.

d) Imparidade de activos financeiros

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente as aplicações em instituições de crédito, crédito a clientes (incluindo títulos de dívida) e os investimentos detidos até à maturidade, e activos registados ao justo valor, nomeadamente os activos financeiros disponíveis para venda.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual, de acordo com a natureza dos activos:

Crédito a clientes

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição seja significativo, e numa base colectiva quanto a activos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como sendo indícios de imparidade em activos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade, são igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Instrumentos de dívida

No que se refere aos instrumentos de dívida o Banco definiu os seguintes eventos que podem constituir indícios de imparidade:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 70% do valor nominal;



- *Rating* inferior a BBB-, ou seja, *Non investment grade*;
- Deterioração significativa dos activos subjacentes em emissões de “*Asset-backed Securities*” (ABS) sem *rating* sempre que valorizados através de modelos internos, nomeadamente:
 - Aumento das delinquências;
 - Redução do “*recover value*” esperado;
 - Diminuição do “*credit enhancement*” em mais de 5 pontos percentuais.

O registo de imparidade deve ser efectuado sempre que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- Evidente dificuldade financeira do emitente, nomeadamente quando se verificar qualquer dos seguintes acontecimentos:
 - Notação de *rating* igual ou inferior a CC na S&P e Fitch e Ca na Moody's.
 - Pela sua natureza particular, exceptuam-se os títulos de dívida subordinada, acções preferenciais, ou outras, em que ocorra a suspensão dos juros ou dos pagamentos de acordo com os termos e condições da emissão;
 - Reestruturação ou novação de dívida;
 - Não cumprimento de qualquer obrigação contratualmente definida no empréstimo;
 - Redução do “*credit enhancement*” em mais de 50 pontos percentuais, da tranche detida em emissões de ABS, quando se tratar da penúltima tranche existente.

O Banco poderá ainda determinar a existência de imparidade noutras situações, caso obtenha fortes indícios de incumprimento do emitente, e desde que devidamente documentados.

Instrumentos de capital

Existe imparidade em instrumentos de capital quando se verifica alguns dos seguintes acontecimentos:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 50% do valor de compra;
- Situações em que o justo valor do instrumento de capital se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses;
- Nacionalização da empresa;
- Processo de falência.

Para os instrumentos de capital foram ainda definidos os seguintes critérios para identificação de títulos com indícios de imparidade:

- Justo valor inferior a 60% do valor de compra;
- Deixar de estar admitido à cotação em Bolsa de Valores;
- Existência de oferta pública de aquisição inferior ao preço de compra;
- Suspensão de resgates de unidades de participação;
- Existência de fraude contabilística;
- Redução de capital.

Para os títulos com indícios de imparidade o Banco constitui imparidade quando o Comité de Investimentos do Banco (CIB) após a análise dos mesmos conclua pela necessidade da sua constituição.

Activos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na “Reserva de justo valor”.



Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na “Reserva de justo valor” devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na “Reserva de justo valor” até que o activo seja vendido.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.5. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Nos casos em que o activo não seja alienado no prazo de um ano, o Banco avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente a venda não ocorreu por razões alheias ao Banco, que desenvolveu todas acções necessárias para a venda se pudesse concretizar e que o activo continua a ser activamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.6. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

2.7. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.



As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	5 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – “Imparidade de activos” é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

2.8. *Locação financeira*

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como locatário

O Banco não realizou operações de locação financeira na óptica do locatário.

2.9. *Activos intangíveis*

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.10. *Impostos sobre lucros*

O Banco é detido em 99,13% pela Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A., sendo tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 63º e seguintes do respectivo código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido regime compreende as seguintes sociedades:



- Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Banco Invest, S.A.;
- Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.;
- Motor - Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.; e
- US - Gestar – Gestão de Imóveis, S.A..

O lucro tributável do Grupo do qual a Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente, sendo tributado a uma taxa de 25%. De acordo com o Artigo 14º da Lei das Finanças Locais, os municípios podem deliberar uma derrama anual, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Adicionalmente os lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis superiores e 7.500.000 Euros.

Para o exercício de 2014 o Grupo estará sujeito a tributação de IRC a uma taxa de 23% sobre a matéria colectável (excepto para os primeiros 15.000 Euros de matéria colectável, caso em que é aplicada uma taxa de 17%), e os referidos lucros tributáveis serão sujeitos a uma derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 e 35.000.000 Euros.
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros

As mais e menos valias realizadas pelo Banco mediante a transmissão onerosa de partes de capital detidas por um período não inferior a um ano, bem como os encargos financeiros suportados com a sua aquisição, não concorrem para a formação do respectivo lucro tributável, ou seja, não são tributadas, no primeiro caso, e não são dedutíveis, no segundo. Este regime não é aplicável relativamente às mais-valias realizadas e aos encargos financeiros suportados quando as partes de capital alienadas tenham sido adquiridas a entidades com as quais existam relações especiais e tenham sido detidas pela alienante por período inferior a três anos.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente corresponde ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como os gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

O imposto diferido respeita às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis no futuro.

Tal como está estabelecido no normativo contabilístico, são reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, condicionados à existência de expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem a imparidades e provisões não aceites para efeitos fiscais e valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base na taxa de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco utilizou para o cálculo dos impostos diferidos uma taxa de 26,5% e 29%, respectivamente.



Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.11. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.12. Benefícios a empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

O Banco não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, estando os seus trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral de Segurança Social. Por esse motivo, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no exercício a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.13. Comissões

As comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

2.14. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao justo valor em rubricas extrapatrimoniais.

2.15. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.16. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelos Conselhos de Administração do Banco e das suas filiais. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem as abaixo apresentadas.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS



De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.4.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.4., a valorização destes instrumentos financeiros é determinada através do recurso a cotações fornecidas por entidades independentes e preços obtidos através de modelos internos de valorização.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco Invest com base no reconhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco Invest considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos títulos registados nas rubricas “Crédito a clientes”, “Investimentos detidos até à maturidade” e “Activos financeiros disponíveis para venda”. A análise de imparidade é efectuada numa base individual, através da identificação de eventos que constituam indícios de imparidade e, quando aplicável, do cálculo da imparidade a registar (Nota 2.4. d)).



2.17. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

No exercício de 2013 o Banco adoptou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas, interpretações, emendas e revisões emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), respectivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: divulgações (Compensação entre activos financeiros e passivos financeiros)	01-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras (Outro rendimento integral)	01-Jan-13	“Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente, e (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.”
IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor (nova norma)	01-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2009-2011)	01-Jan-13	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente IFRS 1 (aplicação repetida da norma), IAS 1 (informação comparativa), IAS 16 (equipamento de serviço), IAS 32 (efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio) e IAS 34 (informação de segmentos).

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, decorrentes da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Em 31 de Dezembro de 2013, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, endossadas pela União Europeia:



Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 - Consolidação - Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	01-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 - Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 - Entidades Controladas Conjuntamente - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 - Divulgações sobre Participações noutras Entidades	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IFRS 12 - Divulgações sobre Participações noutras Entidades	01-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito da aplicação das IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 - investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 - Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 - Acordos Conjuntos.
Emenda às normas: - IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas; - IFRS 12 - Divulgações sobre Participações noutras Entidades (Entidades de Investimento)	01-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 - Compensação entre activos e passivos financeiros	01-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 - Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros)	01-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.
Emenda à norma IAS 36 - Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros)	01-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como Instrumento de cobertura é reformulado.



Estas normas, apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros.
Emendas às normas: - IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2013); - IFRS 7 - Instrumentos Financeiros e Divulgações	A emenda à IFRS 9 insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda.
Melhoramento das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.
Melhoramento das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.
IFRIC 21 - Pagamentos ao Estado	Esta emenda vem estabelecer condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens e serviços especificados.

Estas normas não foram ainda adoptadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

3. EMPRESAS DO GRUPO

Os principais dados sobre a actividade das subsidiárias do Banco, bem como o método de consolidação utilizado podem ser resumidos como segue:

Sociedade	Actividade	Sede	Participação efectiva (%)	Método de consolidação
Banco Invest, S.A.	Banco	Lisboa	n.a.	n.a.
Invest Gestão de Activos - SGFIM, S.A.	Gestão de Fundos de Inv. Mobiliário	Lisboa	100%	Integral
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	Fundo de titularização de créditos	Lisboa	n.a.	Integral
AR Finance 1, plc	Emissão de dívida	Irlanda	n.a.	Integral
Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo	Fundo de titularização de créditos	Lisboa	n.a.	Integral
Invest Finance BV	Emissão de dívida	Holanda	n.a.	Integral
Fundo Tejo	Compra e venda de imóveis	Lisboa	86,5%	Integral
Saldanha Holdings	Sociedade Financeira	Malta	100%	Integral
Saldanha Finance	Sociedade Financeira	Malta	100%	Integral





Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os dados financeiros mais significativos retirados das respectivas demonstrações financeiras estatutárias podem ser resumidos da seguinte forma:

Sociedade	2013			2012		
	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido
Banco Invest, S.A.	657.179.974	51.368.462	(4.955.394)	628.070.582	54.297.759	146.500
Invest Gestão de Activos - SGFIM, S.A.	1.781.727	1.768.738	103.313	1.698.190	1.665.425	86.171
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	34.100.533	27.713.617	(247.432)	38.839.779	32.683.626	(2.053.549)
AR Finance 1, plc	34.267.945	(4.070.355)	(473.438)	43.157.376	(5.221.095)	(1.896.131)
Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo	99.974.439	93.682.378	(502.276)	105.685.962	99.901.961	(3.035.039)
Invest Finance BV	94.453.861	18.000	17.200	103.246.522	18.000	17.200
Fundo Tejo	8.106.257	7.785.897	3.986	7.958.670	7.781.911	224.775
Saldanha Holdings	52.752.630	2.629	1.130	-	-	-
Saldanha Finance	52.941.490	163.719	162.219	-	-	-

No exercício de 2013, foi adquirida a Sociedade Saldanha Holdings Limited, detida integralmente pelo Banco. Esta Sociedade foi adquirida para a concretização da operação de aquisição das "Variable Funding Notes" (VFN), dívida emitida pela Invest Finance 1 BV, no âmbito da operação de titularização de créditos Invest Finance 1. A aquisição das VFN foi concretizada através da Sociedade Saldanha Finance que é detida em 99,9% pela Saldanha Holdings Limited. O restante capital social da Saldanha Finance (0,1%) é detido directamente pelo Banco.

Em Novembro de 2013, o Banco concedeu um financiamento à Saldanha Holdings no montante de 54.100.000 Euros, tendo esta entidade concedido um financiamento à sua participada Saldanha Finance pelo mesmo montante para a aquisição das VFN. O preço de aquisição das VFN foi de 54.041.214 Euros, correspondentes a 61% do valor nominal das VFN que ascendiam nessa data a 88.460.993 Euros.

4. RELATO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO



O Banco Invest adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Comercial – Crédito a clientes;
- Mercados – Restantes áreas de negócio, que inclui as áreas de:
Mercados financeiros, corretagem, gestão discricionária de carteiras de clientes e custódia de títulos.

Nos exercícios de 2013 e 2012, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2013		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	8.563.698	2.140.925	10.704.623
Rendimentos de instrumentos de capital	-	22.793	22.793
Resultados de serviços e comissões	1.633.127	-	1.633.127
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	1.990.826	1.990.826
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	2.823.979	2.823.979
Outros resultados de exploração e outros	(451.563)	34.501.641	34.050.078
Produto bancário	9.745.262	41.480.164	51.225.426
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos (1)	(6.822.334)	(2.261.481)	(9.083.815)
Amortizações do exercício (1)	(640.245)	(213.417)	(853.662)
Provisões e imparidade	(19.083.526)	(297.407)	(19.380.933)
Resultado antes de impostos	(16.800.843)	38.707.859	21.907.016
Impostos	3.146.299	(421.290)	2.725.009
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	(13.654.544)	38.286.569	24.632.025
Resultado atribuível a interesses minoritários	-	(762)	(762)
Resultado consolidado do exercício	(13.654.544)	38.285.807	24.631.263
Activos financeiros detidos para negociação	-	54.865.367	54.865.367
Activos financeiros disponíveis para venda	-	236.107.555	236.107.555
Crédito a clientes	167.437.244	7.674.284	175.111.528
Investimentos detidos até à maturidade	-	63.787.169	63.787.169
Recursos de Bancos Centrais	-	221.630.278	221.630.278
Recursos de outras instituições de crédito	-	5.389.248	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	233.850.358	233.850.358
Responsabilidades representadas por títulos	31.955.421	-	31.955.421

(1) Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.



	2012		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	10.747.243	2.631.972	13.379.215
Rendimentos de instrumentos de capital	-	12.783	12.783
Resultados de serviços e comissões	1.304.210	-	1.304.210
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	6.941.451	6.941.451
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	(927.618)	(927.618)
Outros resultados de exploração e outros	151.970	126.279	278.249
Produto bancário	12.203.423	8.784.867	20.988.290
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos (1)	(6.509.377)	(2.157.742)	(8.667.119)
Amortizações do exercício (1)	(643.512)	(214.506)	(858.018)
Provisões e imparidade	(7.484.925)	624.446	(6.860.479)
Resultado antes de impostos	(2.434.391)	7.037.065	4.602.674
Impostos	235.639	(1.823.797)	(1.588.158)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	(2.198.752)	5.213.268	3.014.516
Resultado atribuível a interesses minoritários	-	7.725	7.725
Resultado consolidado do exercício	(2.198.752)	5.220.993	3.022.241
Activos financeiros detidos para negociação	-	73.168.206	73.168.206
Activos financeiros disponíveis para venda	-	200.653.682	200.653.682
Crédito a clientes	190.685.886	8.992.958	199.678.844
Investimentos detidos até à maturidade	-	88.073.643	88.073.643
Recursos de bancos centrais	-	228.442.066	228.442.066
Recursos de outras instituições de crédito	-	7.255.214	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	182.835.822	182.835.822
Responsabilidades representadas por títulos	135.095.049	-	135.095.049

(1) Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.

A totalidade da actividade do Banco Invest é desenvolvida em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Caixa	552.582	314.972
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	5.619.000	4.519.774
	6.171.582	4.834.746

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO



Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<i>Depósitos à ordem</i>		
- No país	1.770.088	3.162.403
- No estrangeiro	3.986.715	8.130.409
	5.756.803	11.292.812

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro incluem 864.226 Euros e 5.700.919 Euros, respectivamente, relativos ao saldo da "Cash reserve account" mantida pelo AR Finance 1, plc junto do Bank of New York Mellon, para garantia do pagamento do capital e juros das "Floating rate notes" das Classes A e B emitidas no âmbito da operação de titularização de créditos realizada pelo Banco (Notas 9 e 21).

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<i>Instrumentos de dívida</i>		
Divida pública portuguesa	36.551	-
De outros residentes		
- De outros emissores públicos nacionais	50.845	1.975.000
- Instituições de crédito	359.716	1.678.124
- Papel comercial	10.429.595	25.224.110
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	4.366.654	1.035.960
- Instituições de crédito	28.711.486	27.075.627
- Empresas	5.474.264	12.977.194
	49.429.111	69.966.015
<i>Juros a receber</i>	454.986	854.799
	49.884.097	70.820.814
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
- Acções	1.008.974	333.437
De não residentes		
- Acções	2.088.030	283.039
- Unidades de participação	143.516	158.306
	3.240.520	774.782
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
Swaps		
- Taxa de juro	398.600	799.173
- Crédito	-	50.537
- Outros	1.094.326	573.520
Opções	247.824	149.380
	1.740.750	1.572.610
	54.865.367	73.168.206



Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	2013	2012
Dívida pública portuguesa	43.000	-
De outros residentes		
- Outros emissores públicos	51.000	2.000.000
- Instituições de crédito	350.000	1.670.000
- Papel comercial	10.500.000	25.420.802
De não residentes		
. Emissores públicos Estrangeiros	4.290.000	1.000.000
. Instituições de crédito	29.455.029	27.594.723
. Empresas	5.630.982	13.500.000
	50.320.011	71.185.525

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as operações com instrumentos financeiros derivados encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.. Nestas datas, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2013			
	Montante nominal	Valor contabilístico		
		Derivados de negociação	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação
				(Nota 18)
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>				
Mercado de balcão (OTC)				
- Swaps				
De taxa de juro	56.257.019	398.600	-	398.600
Outros	5.878.247	1.094.326	(17.375)	1.076.951
- Opções embutidas em depósitos estruturados	10.711.626	247.824	(367.804)	(119.980)
- Opções				
De cotações	66.710	-	(674)	(674)
	72.913.602	1.740.750	(383.853)	1.354.897
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
- Futuros				
De taxa de juro	8.969.975	-	-	-
De cotações	1.960.252	-	-	-
De divisas	4.686.222	-	-	-
	15.616.449	-	-	-
	88.530.051	1.740.750	(385.853)	1.354.897



	2012			
	Montante nocial	Valor contabilístico		
		Derivados de negociação	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação
(Nota 18)				
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
- Swaps				
De taxa de juro	206.236.922	799.173	(32.342)	766.831
Sobre eventos de crédito	15.000.000	50.537	(690)	49.847
Outros	3.945.247	573.520	-	573.520
- Opções embutidas em depósitos estruturados	4.651.473	149.380	(23.945)	125.435
	229.833.642	1.572.610	(56.977)	1.515.633
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
- Futuros				
De taxa de juro	20.371.445	-	-	-
De cotações	1.529.135	-	-	-
De divisas	2.903.060	-	-	-
	24.803.640	-	-	-
	254.637.282	1.572.610	(56.977)	1.515.633

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o montante nocial de *swaps* de taxa de juro inclui 43.379.100 Euros e 191.196.364 Euros, respectivamente, relativos a operações contratadas no âmbito das securitizações de créditos efectuadas pelo Banco (Nota 9).



A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, por prazos residuais, apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

2013						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
Mercado de balcão (OTC)						
- Swaps						
De taxa de juro	3.250.000	2.350.000	3.462.919	3.815.000	43.379.100	56.257.019
Outros	-	-	-	5.878.247	-	5.878.247
	3.250.000	2.350.000	3.462.919	9.693.247	43.379.100	62.135.266
- Opções embutidas em depósitos estruturados	3.673.246	2.077.829	4.331.551	629.000	-	10.711.626
- Opções						
De cotações e câmbios	-	-	66.710	-	-	66.710
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
- Futuros						
De taxa de juro	3.739.500	1.994.200	1.993.475	1.242.800	-	8.969.975
De cotações	1.960.252	-	-	-	-	1.960.252
De divisas	4.686.222	-	-	-	-	4.686.222
	10.385.974	1.994.200	1.993.475	1.242.800	-	15.616.449
	17.309.220	6.422.029	9.854.655	11.565.047	43.379.100	88.530.051
2012						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
Mercado de balcão (OTC)						
- Swaps						
De taxa de juro	-	1.000.000	-	153.101.006	52.135.916	206.236.922
Sobre eventos de crédito	10.000.000	5.000.000	-	-	-	15.000.000
Outros	-	-	-	3.945.247	-	3.945.247
	10.000.000	6.000.000	-	157.046.253	52.135.916	225.182.169
- Opções embutidas em depósitos estruturados	2.028.719	981.979	1.157.869	482.906	-	4.651.473
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
- Futuros						
De taxa de juro	18.875.370	-	249.425	1.246.650	-	20.371.445
De cotações	1.529.135	-	-	-	-	1.529.135
De divisas	2.903.060	-	-	-	-	2.903.060
	23.307.565	-	249.425	1.246.650	-	24.803.640
	35.336.284	6.981.979	1.407.294	158.775.809	52.135.916	254.637.282

A distribuição por tipo de contraparte das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 apresenta o seguinte detalhe:



	2013	2012
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>		
Swaps		
De taxa de juro		
- Instituições financeiras	43.379.100	191.196.364
- Clientes	12.877.919	15.040.558
Sobre eventos de crédito		
- Instituições financeiras	-	15.000.000
Outros		
- Clientes	5.878.247	3.945.247
Opções embutidas em depósitos estruturados		
- Clientes	10.711.626	4.651.473
Opções		
- De cotações	66.710	-
	72.913.602	229.833.642
<i>Transaccionados em bolsa</i>		
Futuros		
- De taxa de juro	8.969.975	20.371.445
- De cotações	1.960.252	1.529.135
- De divisas	4.686.222	2.903.060
	15.616.449	24.803.640
	88.530.051	254.637.282



8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	18.598.740	15.038.745
De outros residentes		
- Emissores públicos nacionais	1.993.460	1.809.680
- Instituições de crédito	19.447.089	10.627.113
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	90.255.701	91.225.950
- Outras obrigações	96.204.765	78.078.382
	226.499.755	196.779.870
<i>Juros a receber</i>	3.312.241	1.456.982
	229.811.996	198.236.852
<i>Instrumentos de capital</i>		
Emitidos por residentes		
- Valorizados ao justo valor	7.984.635	5.393.042
Emitidos por não residentes		
- Valorizados ao justo valor	1.875.799	1.465.370
	9.860.434	6.858.412
	239.672.432	205.095.264
Imparidade (Nota 22):	(3.564.875)	(4.441.582)
	236.107.555	200.653.682

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 22.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Instrumentos de capital – Emitidos por residentes”, inclui a participação no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Inspirar, no montante de 5.233.000 Euros e 3.426.367 Euros, respectivamente. Relativamente a esta participação, o Banco celebrou um contrato de venda a prazo, por um valor superior ao custo de aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:



	2013	2012
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	20.100.000	15.100.000
De outros residentes		
- Emissores públicos nacionais	2.000.000	2.000.000
- Instituições de crédito	2.500.000	10.500.000
- Outras obrigações	16.100.000	-
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	90.500.100	93.000.100
- Outras obrigações	93.708.996	78.323.651
	224.909.096	198.923.751

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as mais e menos-valias potenciais em instrumentos de dívida apresentavam o seguinte detalhe:

	2013	2012
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	(277.441)	26.482
De outros residentes		
- Emissores públicos nacionais	(9.902)	(196.472)
- Outras obrigações	718.728	145.226
- Instituições de crédito	32.793	20.142
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	1.658.043	686.167
- Outras obrigações	1.258.359	(300.416)
	3.380.580	381.129
Instrumentos de capital	392.447	11.107
Valias potenciais em títulos transferidos para as carteiras de empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade	(26.088)	(172.867)
Mais-valias potenciais líquidas (Nota 26)	3.746.939	219.369



9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<i>Crédito interno securitizado:</i>		
- Operações de locação financeira imobiliária	62.334.070	73.715.521
- Empréstimos a médio e longo prazo	43.234.903	54.375.066
	105.568.973	128.090.587
<i>Crédito interno não securitizado:</i>		
- Operações de locação financeira imobiliária	14.628.704	11.440.130
- Empréstimos a médio e longo prazo	11.541.726	9.617.891
- Créditos em conta corrente	19.078.649	12.143.720
- Operações de locação financeira mobiliária	594.924	329.971
- Descobertos em depósitos à ordem	3.121.177	1.529.174
- Outros créditos	5.582.465	7.071.521
	54.547.645	42.132.408
<i>Crédito ao exterior:</i>		
Empréstimos a médio e longo prazo	532.897	-
Descobertos em depósitos à ordem	335.798	398.817
	160.985.313	170.621.812
Juros a receber	442.285	522.077
<i>Outros créditos e valores a receber – títulos de dívida:</i>		
De outros residentes		
- Empresas	2.530.575	-
De não residentes		
- Instituições de crédito	1.000.000	1.101.140
- Empresas	5.900.077	8.867.184
- Juros a receber	30.303	44.491
	9.460.955	10.012.815
<i>Comissões associadas ao custo amortizado:</i>		
- Despesas com encargo diferido	204.615	291.637
- Receitas com rendimento diferido	(87.076)	(103.744)
	117.539	187.893
Crédito e juros vencidos	35.175.763	34.141.074
	206.181.855	215.485.672
Imparidade (Nota 22):		
- Para crédito concedido	(29.355.207)	(14.755.690)
- Para crédito a clientes – títulos de dívida	(1.715.120)	(1.051.138)
	175.111.528	199.678.844

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 22.



Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Crédito interno securitizado” refere-se às operações de securitização realizadas pelo Banco e cujos detalhes dos créditos em carteira podem ser apresentados da seguinte forma:

	2013	2012
Operações de securitização:		
- AR Finance	25.622.227	31.767.303
- Invest Finance - Conduit	79.946.746	96.323.284
	105.568.973	128.090.587

As operações de securitização realizadas pelo Banco têm as seguintes características:

- *AR Finance*:

Em 19 de Dezembro de 2003 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de “*cross default*”, pelo montante de 100.007.912 Euros. Em Dezembro de 2004, de acordo com os termos da operação inicial, o Banco procedeu à venda de créditos adicionais no montante de 42.000.017 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance 1 FTC), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 19 de Dezembro de 2003. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao AR Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%.

O financiamento do AR Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de duas séries de unidades de titularização de créditos, fungíveis entre si, nos montantes de 100.000.000 Euros e 42.000.000 Euros, respectivamente, as quais foram integralmente subscritas pela Sociedade AR Finance 1 plc, sediada na República da Irlanda.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo AR Finance 1 FTC ao AR Finance 1 plc, após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no AR Finance 1 plc, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo AR Finance 1 FTC.

O financiamento do AR Finance 1 plc foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

	Montante emitido	Montante em circulação		Data de reembolso	Data do “Step up”	Remuneração	
		2013	2012			Até à data do “Step up”	Após a data do “Step up”
Classe A	106.500.000	-	2.665.080	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,32%	Euribor 3 m + 0,64%
Classe B	35.500.000	29.068.820	35.500.000	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,09%	Euribor 3 m + 0,18%
Classe C	11.360.000	7.850.158	7.850.158	Setembro de 2036	-	Taxa fixa de 19%	Taxa fixa de 19%
Certificados residuais	1.200.000	1.200.000	1.200.000	Setembro de 2036	-	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada, líquida das restantes classes de obrigações	
	154.560.000	38.118.978	47.215.238				



As obrigações das Classes A e C emitidas em 2004 foram colocadas com prémios face aos respectivos valores nominais, nos montantes de 81.046 Euros e 218.452 Euros, respectivamente.

As obrigações das Classes A, B e C vencem juros trimestralmente em 20 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

Conforme previsto no contrato da operação de securitização os "Spreads" das obrigações das Classes A e B aumentaram a partir de Setembro de 2008, originando um incremento do custo do financiamento a partir desta data.

Em 31 de Dezembro de 2012, as obrigações das Classes A apresentam "Rating" A- atribuído pelas agências Standard & Poor's e Moody's. No decorrer do exercício de 2013, as obrigações da Classe A foram reembolsadas. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as obrigações da Classe B apresentam "Rating AAA" atribuído pelas agências Standard & Poor's e Moody's. Adicionalmente, o reembolso de capital e os juros das obrigações da Classe B encontram-se garantidos pelo "European Investment Fund".

O AR Finance 1, plc tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações das Classes A e B em qualquer data de pagamento de juros a partir de Setembro de 2006. Nesta situação, a carteira de créditos seria também recomprada antecipadamente. Adicionalmente, o Banco tem também a opção de recomprar antecipadamente a carteira de crédito a partir do momento em que o valor do capital em dívida seja igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

As obrigações da Classe C, às quais não foi atribuído "Rating", e os certificados residuais foram integralmente adquiridos pelo Banco. O reembolso das obrigações da Classe C está dependente da variação da carteira de créditos, sendo efectuado o reembolso à medida que a carteira de créditos diminui, desde que o rácio entre o montante das obrigações por reembolsar e o montante da carteira de créditos não fique inferior a 12%. O valor de subscrição das obrigações da Classe C destinou-se à constituição de uma "Cash reserve account", cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo AR Finance 1, plc para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores das obrigações das Classes A e B.

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital vincendo e vencido resultante dos créditos cedidos ascendia a 25.622.227 Euros e 7.135.528 Euros, respectivamente (em 31 de Dezembro de 2012 ascendia a 31.767.303 Euros e 6.079.651 Euros, respectivamente).

- Invest Finance - Conduit

Em 13 de Março de 2008 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de "cross default", pelo montante de 100.009.526 Euros. No exercício de 2009 o Banco reforçou a carteira de créditos securitizados, ascendendo a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a 79.946.746 Euros e 96.323.284 Euros, respectivamente.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal (Invest Finance 1 FTC), o qual é desde Janeiro de 2011 gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 13 de Março de 2008. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao Invest Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%. Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de depositário do Invest Finance 1 FTC que corresponde a uma taxa anual de 1%.

O financiamento do Invest Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de papel comercial realizada pela Sociedade Invest Finance 1 Portugal BV, sediada na Holanda, no montante inicial de 93.008.859 Euros, reforçado posteriormente em 26.573.854 Euros. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o papel comercial emitido ascende a 87.204.148 Euros e 93.812.361 Euros, respectivamente. A emissão de papel comercial tem montante máximo de 125.000.000 Euros.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo Invest Finance 1 FTC à Invest Finance 1 Portugal BV (Invest Finance BV), após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no Invest Finance, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo Invest Finance 1 FTC.



No âmbito desta operação o Banco realizou uma aplicação subordinada junto do Invest Finance 1 Portugal BV, que corresponde a uma “Cash reserve account”, cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo Invest Finance BV para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores do papel comercial. A aplicação deve corresponder a pelo menos 7% do montante da carteira de créditos cedidos. Esta aplicação tem uma remuneração mensal, que corresponde essencialmente aos valores das receitas da Invest Finance BV após dedução de todas as despesas decorrentes das operações da sociedade. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta aplicação ascendia a 10.565.552 Euros.

Em Novembro de 2013 foi adquirida a Sociedade Saldanha Holdings Limited para a concretização da operação de aquisição das “Variable Funding Notes” (VFN), dívida emitida pela Invest Finance 1 BV, no âmbito da operação de titularização de créditos Invest Finance 1. Desta forma, o Banco concedeu um financiamento à Saldanha Holdings no montante de 54.100.000 Euros, tendo esta entidade concedido um financiamento à sua participada Saldanha Finance pelo mesmo montante para a aquisição das VFN. Desta forma, em 31 de Dezembro de 2013 o papel comercial é integralmente detido pela Sociedade Saldanha Holdings Limited, tendo o Grupo registado um ganho com a recompra no montante de 34.419.779 Euros (Nota 37).

Dado a estrutura das operações de securitização realizadas implicar a manutenção pelo Banco da maior parte dos riscos associados à carteira de créditos cedidos e dos resultados gerados pela mesma, os créditos cedidos não foram desreconhecidos. O passivo financeiro originado pelos fundos recebidos no âmbito destas operações encontra-se reflectido no passivo, na rubrica “Passivos financeiros associados a activos transferidos” (Nota 21).

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade durante os exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 22.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais do crédito sobre clientes, incluindo o crédito securitizado e excluindo o crédito titulado e o crédito vencido, apresentam a seguinte composição:

	2013	2012
Até três meses	16.492.688	9.683.888
De três meses a um ano	6.306.478	8.039.296
De um ano a cinco anos	18.651.416	18.527.382
Mais de cinco anos	119.534.731	134.371.246
	160.985.313	170.621.812

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a antiguidade do crédito vencido tem a seguinte composição:

	2013	2012
Até três meses	318.376	542.182
De três meses a um ano	2.466.203	7.398.026
Mais de um ano	32.391.184	26.200.866
	35.175.763	34.141.074

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito vincendo associado ao crédito vencido com antiguidade superior a 3 meses ascende a 53.343.845 Euros e 38.565.715 Euros, respectivamente.



Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição do crédito vencido de acordo com o tipo de garantia associada é a seguinte:

	2013	2012
Garantia hipotecária ou locação financeira (propriedade)	31.902.908	31.151.101
Outras garantias reais	670.844	821.883
Garantia pessoal	1.936.086	1.425.674
Sem garantia	638.925	742.416
	35.175.763	34.141.074

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição do crédito vincendo e vencido, excluindo o crédito titulado, e o justo valor das garantias subjacentes de acordo com o tipo de crédito é a seguinte:

	2013			Justo valor das garantias associadas
	Vincendo	Vencido	Total	
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	76.962.774	4.398.053	81.360.827	153.798.135
Empréstimos a médio e longo prazo	54.209.429	27.299.255	81.508.684	105.625.530
Créditos em conta corrente	20.178.746	2.644.607	22.823.353	3.115.584
Operações de locação financeira mobiliária	594.924	7.917	602.841	-
Outros créditos	5.582.465	825.931	6.408.396	2.978.095
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	9.460.955	-	9.460.955	-
Descobertos em depósitos à ordem	3.456.975	-	3.456.975	9.830.956
	170.446.268	35.175.763	205.622.031	275.348.300

	2012			Justo valor das garantias associadas
	Vincendo	Vencido	Total	
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	85.155.652	5.133.263	90.288.915	168.780.233
Empréstimos a médio e longo prazo	62.889.547	25.201.265	88.090.812	131.921.141
Créditos em conta corrente	13.247.131	2.687.491	15.934.622	5.190.584
Operações de locação financeira mobiliária	329.971	9.037	339.008	-
Outros créditos	7.071.522	1.110.018	8.181.540	9.653.638
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	10.012.815	-	10.012.815	-
Descobertos em depósitos à ordem	1.927.990	-	1.927.990	5.886.527
	180.634.628	34.141.074	214.775.702	321.432.123

A quebra verificada na taxa de cobertura do crédito vincendo e vencido por colaterais valorizados ao seu justo valor entre os exercícios de 2012 e 2013 é essencialmente explicada pela revisão das práticas e critérios de avaliação dos mesmos, reflectindo de forma mais prudente o comportamento do mercado imobiliário.



A composição da carteira de crédito sobre clientes, excluindo o crédito titulado, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, por sectores de actividade é a seguinte:

	2013		
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	45.408.538	6.771.074	52.179.612
Particulares	35.578.269	8.664.768	44.243.037
Actividades imobiliárias	16.659.059	7.963.737	24.622.796
Construção	9.431.118	7.766.554	17.197.672
Indústrias transformadoras	14.790.889	1.479.517	16.270.406
Actividades financeiras e de seguros	12.078.609	139.510	12.218.119
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7.441.753	212.986	7.654.739
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5.283.280	715.173	5.998.453
Alojamento, restauração e similares	3.003.946	220.443	3.224.389
Actividades de saúde humana e apoio social	2.880.412	340.004	3.220.416
Outras actividades de serviços	2.663.534	297.653	2.961.187
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2.003.893	17.264	2.021.157
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.748.220	199.647	1.947.867
Transportes e armazenagem	880.151	122.356	1.002.507
Educação	318.490	265.077	583.567
Actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	509.069	-	509.069
Actividades de informação e de comunicação	306.083	-	306.083
Total Crédito	160.985.313	35.175.763	196.161.076

	2012		
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	47.742.597	8.491.837	56.234.434
Particulares	37.750.255	8.516.926	46.267.181
Actividades imobiliárias	21.493.695	6.519.472	28.013.167
Indústrias transformadoras	16.877.518	1.527.773	18.405.291
Construção	10.178.968	6.382.533	16.561.501
Actividades financeiras e de seguros	10.580.089	105.105	10.685.194
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5.747.083	199.266	5.946.349
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	3.836.892	690.946	4.527.838
Alojamento, restauração e similares	3.669.592	592.566	4.262.158
Outras actividades de serviços	3.213.611	14.444	3.228.055
Educação	2.103.661	272.539	2.376.200
Actividades de saúde humana e apoio social	1.981.565	321.634	2.303.199
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2.074.340	7.780	2.082.120
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.749.312	158.450	1.907.762
Transportes e armazenagem	756.131	199.258	955.389
Actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	541.032	-	541.032
Actividades de informação e de comunicação	325.471	-	325.471
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	-	140.545	140.545
Total Crédito	170.621.812	34.141.074	204.762.886



Por forma a dar cumprimento com os requisitos de divulgação da IAS 17 – Locações, o Banco preparou para a carteira de crédito em operações de locação financeira, com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a reconciliação entre os pagamentos mínimos da locação e o seu valor presente, para cada um dos períodos definidos na norma, e que apresenta no seguinte quadro:

	2013	2012
<i>Pagamentos mínimos da locação</i>		
Até 1 ano	10.270.288	10.839.877
Entre 1 ano e 5 anos	35.187.593	39.474.709
Mais de 5 anos	52.639.644	61.182.978
	98.097.525	111.497.564
Rendimentos financeiros não obtidos	(20.159.077)	(26.011.943)
	77.938.448	85.485.621
<i>Valor presente dos pagamentos mínimos da locação</i>		
Até 1 ano	7.356.662	7.191.706
Entre 1 ano e 5 anos	26.429.948	28.244.881
Mais de 5 anos	44.151.837	50.049.034
	77.938.447	85.485.621
Provisões para crédito de locação financeira	(4.244.571)	(3.864.578)
	73.693.876	81.621.043

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a carteira de operações de locação financeira do Banco não contém contratos cujo valor residual esteja garantido por entidades terceiras, nem existem rendas contingentes.

No exercício de 2008, no âmbito da alteração ao IAS 39, o Banco reclassificou activos financeiros das rubricas de "Activos financeiros detidos para negociação" e "Activos financeiros disponíveis para venda" para a rubrica de "Empréstimos e contas a receber" (Nota 42).

Os títulos reclassificados estão registados na rubrica "Crédito a clientes – títulos a receber" e apresentam a seguinte composição por tipo de títulos/sectores de actividade em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Diversos (<i>Asset-Backed Securities</i>)	5.916.394	7.930.426
Actividades financeiras	1.000.645	1.173.153
Outros	-	909.236
	6.917.039	10.012.815

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os títulos reclassificados apresentam a seguinte composição de acordo com o prazo até à sua maturidade final:

	2013	2012
Até um ano	1.031.941	-
De um ano a cinco anos	3.009.344	6.116.846
Mais de cinco anos	2.875.754	3.895.969
	6.917.039	10.012.815

10. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE



Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
- Dívida pública portuguesa	14.461.469	14.376.560
- Outros	7.154.450	12.960.285
De não residentes		
- Dívida pública	20.748.448	12.995.989
- Outros	19.985.845	45.796.002
	62.350.212	86.128.836
Juros a receber	1.436.957	1.944.807
	63.787.169	88.073.643

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 22.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o justo valor dos investimentos detidos até à maturidade, incluindo juro corrido, ascendia a 65.734.968 Euros e 88.257.219 Euros, respectivamente (Nota 41).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os investimentos detidos até à maturidade apresentam a seguinte composição de acordo a sua maturidade:

	2013	2012
Até um ano	13.423.848	34.676.129
De um ano a cinco anos	20.323.222	33.541.529
Mais de cinco anos	30.040.099	19.855.985
	63.787.169	88.073.643

No exercício de 2008, o Banco transferiu para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um conjunto de títulos que estavam registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, bem como activos financeiros detidos para negociação ao abrigo da alteração efectuada ao IAS 39 (Nota 42). Adicionalmente desde o exercício de 2010 o Banco tem vindo a adquirir um conjunto de títulos adicionais, no âmbito da política de investimentos definida internamente.



11. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Activos não correntes detidos para venda:		
- Imóveis	39.970.320	34.572.738
- Imparidade (Nota 22)	(7.986.073)	(4.650.722)
	31.984.247	29.922.016

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 22.

O movimento desta rubrica durante os exercícios de 2013 e 2012 pode ser apresentado da seguinte forma:

2013									
31 de Dezembro de 2012						31 de Dezembro de 2013			
	Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Transferência	Alterações	Reposições / (Dotações) de Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
		(Nota 22)				(Nota 22)		(Nota 22)	
Imóveis	34.572.738	(4.650.722)	9.785.227	(263.312)	(4.387.645)	(3.072.041)	39.707.008	(7.722.763)	31.984.245

2012									
31 de Dezembro de 2011						31 de Dezembro de 2012			
	Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Transferência	Alterações	Reposições / (Dotações) de Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
		(Nota 22)				(Nota 22)		(Nota 22)	
Imóveis	33.351.262	(2.837.627)	6.329.202	-	(5.107.726)	(1.813.095)	34.572.738	(4.650.722)	29.922.016

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os activos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Grupo:



Ano de aquisição	2013			2012		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2005	469.237	(169.237)	300.000	469.237	(184.809)	284.428
2005	344.653	(145.010)	199.643	344.653	(157.653)	187.000
2006	730.041	(43.540)	686.501	730.041	(43.540)	686.501
2007	701.389	(163.924)	537.465	1.038.489	(152.008)	886.481
2008	367.886	(208.590)	159.296	655.953	(117.247)	538.706
2009	3.518.265	(924.988)	2.593.277	3.518.265	(679.988)	2.838.277
2010	4.867.516	(1.383.060)	3.484.456	5.666.565	(855.592)	4.810.973
2011	14.507.025	(3.351.783)	11.155.242	15.933.641	(2.120.551)	13.813.090
2012	5.828.811	(796.079)	5.032.732	6.215.894	(339.334)	5.876.560
2013	8.635.497	(799.862)	7.835.635	-	-	-
	39.970.320	(7.986.073)	31.984.247	34.572.738	(4.650.722)	29.922.016

Os imóveis em carteira com antiguidade superior a um ano correspondem a imóveis que apesar da actividade comercial desenvolvida pelo Banco para proceder à sua venda imediata, ainda não foram alienados, devido essencialmente à conjuntura actual do mercado imobiliário. O Banco continua a desenvolver esforços no sentido destes imóveis serem alienados a curto prazo.

Durante os exercícios de 2013 e 2012, o Grupo registou perdas líquidas com a alienação de imóveis recebidos em dação no montante total de 94.968 Euros e 150.404 Euros, respectivamente (Nota 36).

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo desta rubrica corresponde a imóveis que no exercício de 2012 foram transferidos da rubrica "Activos não correntes detidos para venda", que se encontram arrendados pelo Grupo e para os quais não existem perspectivas de alienação a curto prazo. Nos exercícios de 2013 e 2012 o Banco reconheceu uma imparidade de 1.162.891 Euros e 327.464 Euros, respectivamente, resultante da actualização das avaliações para estes activos (Nota 22).

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, pelo que o seu valor se aproxima do justo valor.



13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

2013							
Descrição	31 de Dezembro de 2012		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Valor líquido 31-12-2013
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
<i>Imóveis</i>							
- De serviço próprio	705.226	(176.533)	-	-	(10.302)	-	518.391
- Despesas em edifícios arrendados	2.342.814	(1.085.171)	-	182.847	(190.046)	-	1.250.444
	3.048.040	(1.261.704)	-	182.847	(200.348)	-	1.768.835
<i>Equipamento</i>							
- Mobiliário e material	406.773	(288.042)	3.039	-	(27.491)	-	94.279
- Máquinas e ferramentas	107.477	(85.871)	6.304	-	(5.655)	-	22.255
- Equipamento informático	688.563	(620.067)	35.680	-	(54.538)	-	49.638
- Instalações interiores	511.076	(315.968)	1.269	105.409	(60.347)	-	241.439
- Material de transporte	973.973	(671.209)	34.900	-	(178.965)	(4.442)	154.257
- Equipamento de segurança	23.759	(16.453)	-	-	(1.748)	-	5.558
	2.711.621	(1.997.610)	81.192	105.409	(328.744)	(4.442)	567.426
<i>Outros activos tangíveis</i>							
- Património artístico	41.364	-	-	-	-	-	41.364
Activos tangíveis em curso	286.502	-	1.754	(288.256)	-	-	-
	6.087.527	(3.259.314)	82.946	-	(529.092)	(4.442)	2.377.625
2012							
Descrição	31 de Dezembro de 2011		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Valor líquido 31-12-2012
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
<i>Imóveis</i>							
- De serviço próprio	705.226	(166.231)	-	-	(10.302)	-	528.693
- Despesas em edifícios arrendados	2.064.987	(925.982)	-	277.827	(159.189)	-	1.257.643
	2.770.213	(1.092.213)	-	277.827	(169.491)	-	1.786.336
<i>Equipamento</i>							
- Mobiliário e material	397.408	(260.525)	9.365	-	(27.517)	-	118.731
- Máquinas e ferramentas	101.694	(80.773)	5.783	-	(5.098)	-	21.606
- Equipamento informático	662.669	(560.410)	-	25.894	(59.658)	-	68.495
- Instalações interiores	486.289	(280.705)	14.341	10.446	(35.262)	-	195.109
- Material de transporte	973.973	(473.130)	-	-	(198.079)	-	302.764
- Equipamento de segurança	23.759	(14.705)	-	-	(1.748)	-	7.306
	2.645.792	(1.670.248)	29.489	36.340	(327.362)	-	714.011
<i>Outros activos tangíveis</i>							
- Património artístico	41.364	-	-	-	-	-	41.364
Activos tangíveis em curso	102.295	-	498.374	(314.167)	-	-	286.503
	5.559.664	(2.762.461)	527.863	-	(496.853)	-	2.828.214

14. ACTIVOS INTANGÍVEIS



O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

2013						
Descrição	31 de Dezembro de 2012		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Acumuladas				
<i>Activos intangíveis</i>						
Software	1.889.757	(1.327.379)	885	20.992	(324.570)	259.685
Activos intangíveis em curso	5.029	-	26.468	(20.992)	-	10.505
	1.894.786	(1.327.379)	27.353	-	(324.570)	270.190

2012						
Descrição	31 de Dezembro de 2011		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Acumuladas				
<i>Activos intangíveis</i>						
Software	1.822.251	(966.214)	43.270	24.236	(361.165)	562.378
Activos intangíveis em curso	6.393	-	22.872	(24.236)	-	5.029
	1.828.644	(966.214)	66.142	-	(361.165)	567.407



15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 eram os seguintes:

	2013	2012
<i>Activos por impostos diferidos</i>		
- Por outras diferenças temporárias	7.851.658	4.931.079
<i>Passivos por impostos diferidos</i>		
- Por diferenças temporárias	(827.965)	(99.415)
	7.023.693	4.831.664
<i>Activos / (Passivos) por impostos correntes</i>		
- Imposto imputado	(321.919)	(1.881.479)
- Pagamentos por conta	1.142.990	49.804
- Pagamento adicional por conta	198.726	-
- Pagamentos especiais por conta	49.495	-
- Retenções na fonte	32.936	4.016
- Derrama estadual	-	(351.926)
- Derrama	(17.373)	(180.310)
- Tributação autónoma	(87.882)	56.890
Imposto sobre o rendimento a (pagar)/receber	996.973	(2.416.785)

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. As principais situações geradoras desses ajustamentos estão relacionadas com as variações de justo valor dos Activos disponíveis para venda reconhecidas na "Reserva de justo valor" e a diferença entre as Provisões constituídas nas contas individuais do Banco, relevantes para efeitos fiscais e as imparidades registadas nas contas consolidadas.

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013					
	Saldo em 31-12-2012	Variação em Resultados		Variação em Reservas		Saldo em 31-12-2013
		Alteração da taxa	Do exercício	Alteração da taxa	Do exercício	
<i>Activos por impostos diferidos</i>						
- Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:						
- Provisões para crédito	3.878.509	(96.963)	3.291.492	-	-	7.073.038
- Provisões para risco país	81	(2)	(79)	-	-	-
- Valorização de derivados de negociação	42.448	(1.061)	(29.852)	-	-	11.535
- Imparidade para títulos	627.280	(15.682)	294.592	(15.682)	(123.423)	767.085
- Imparidade activos não correntes detidos para venda	382.761	(9.569)	(278.226)	(9.569)	(85.397)	-
	4.931.079	(123.277)	3.277.927	(25.251)	(208.820)	7.851.658
<i>Passivos por impostos diferidos</i>						
- Activos disponíveis para venda	(99.415)	2.485	(10.836)	2.485	(722.684)	(827.965)
	4.831.664	(120.792)	3.267.091	(22.766)	(931.504)	7.023.693



	2012			
	Saldo em 31-12-2011	Varição em Resultados	Varição em Reservas	Saldo em 31-12-2012
<i>Activos por impostos diferidos</i>				
- Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:				
- Provisões para crédito	2.175.071	1.703.438	-	3.878.509
- Provisões para risco país	(123.931)	124.012	-	81
- Valorização de derivados de negociação	108.494	(66.046)	-	42.448
- Imparidade de títulos	358.068	256.839	12.373	627.280
- Por prejuízos fiscais	1.171.473	(1.171.473)	-	-
- Imparidade activos não correntes detidos para venda	-	382.761	-	382.761
	3.689.175	1.229.531	12.373	4.931.079
<i>Passivos por impostos diferidos</i>				
- Activos disponíveis para venda	4.349.743	(266.083)	(4.183.075)	(99.415)
	8.038.918	963.448	(4.170.702)	4.831.664

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2013	2012
<i>Impostos correntes</i>		
Do exercício	(421.290)	(2.551.606)
	(421.290)	(2.551.606)
<i>Impostos diferidos</i>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	3.146.299	2.134.921
Prejuízos fiscais reportáveis	-	(1.171.473)
	3.146.299	963.448
Total de impostos reconhecidos em resultados	2.725.009	(1.588.158)
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	21.907.016	4.602.674
Carga fiscal	12,44%	34,51%

No exercício de 2011 o Banco alterou a política de reconhecimento fiscal das mais e menos valias potenciais registadas na "Reserva de justo valor" que vinha a adoptar desde 2008. Essa alteração foi ainda reflectida na entrega da declaração Modelo 22 referente ao exercício de 2010 e teve como consequência um aumento do imposto a pagar de 1.148.454 Euros. Este montante foi maioritariamente compensado com o registo de activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias que passaram a ser originados pela referida alteração da política.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco e da Invest Gestão de Activos relativas aos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Contudo, na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2013.



A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como segue:

	2013		2012	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		21.907.016		4.602.674
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	5.805.359	26,50%	1.219.709
Imparidades não aceites fiscalmente	1,10%	240.723	(3,47%)	(159.675)
Efeito de alteração de taxa de imposto	0,55%	120.792	-	-
Custos não aceites fiscalmente:				
- Seguros	-	-	0,26%	12.062
- Reintegrações	0,02%	4.420	0,11%	4.997
Benefícios fiscais	(0,02%)	(4.399)	(0,08%)	(3.789)
Mais e menos valias	0,01%	3.199	-	-
Tributação autónoma	0,23%	49.341	1,24%	56.890
Derrama estadual	-	-	7,64%	351.504
Contribuição sobre o sector bancário	0,15%	33.671	0,75%	34.361
Efeito do ganho com a aquisição das "Variable Funding Notes" no âmbito da operação Invest Finance 1	(41,44%)	(9.078.253)	-	-
Outros	0,46%	100.138	1,57%	72.099
	(12,44%)	(2.725.009)	34,51%	1.588.158

16. OUTROS ACTIVOS



Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<i>Devedores e outras aplicações</i>		
Devedores por operações sobre futuros	1.012.047	680.275
Outros devedores diversos	72.160	85.898
	1.084.207	766.173
<i>Outros activos</i>		
Ouro e outros Metais Preciosos	549.116	126.434
<i>Rendimentos a receber</i>		
Comissões	342.938	445.102
<i>Despesas com encargo diferido</i>		
Despesas com operação de securitização – Conduit	12.355	86.692
Rendas	56.086	56.086
Outras	133.372	125.600
	201.813	268.378
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações de bolsa a liquidar	2.965.624	2.189.042
Operações fora de bolsa a liquidar	77.632	3.117.371
Outras	594.780	751.664
	3.638.036	6.058.077
	5.816.110	7.664.164

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas “Operações de bolsa a liquidar” e “Operações fora de bolsa a liquidar” correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.



17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Recursos do Banco de Portugal	220.000.000	227.500.000
Juros a pagar	1.630.278	942.066
	221.630.278	228.442.066

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Recursos do Banco de Portugal” corresponde a recursos obtidos por desconto de títulos junto do Banco Central Europeu.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais dos recursos obtidos junto do Banco de Portugal, apresentavam a seguinte estrutura:

	2013	2012
Até três meses	110.000.000	117.500.000
De um ano a cinco anos	110.000.000	110.000.000
	220.000.000	227.500.000

Os recursos obtidos junto do Banco de Portugal em vigor em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 24).

18. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica refere-se a derivados registados ao justo valor por contrapartida de resultados e apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
<i>Swaps</i>		
- De taxa de juro	17.375	32.342
- Sobre eventos de crédito	-	690
Opções	368.478	23.945
	385.853	56.977



19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Depósitos a prazo e outros recursos:		
- Instituições de crédito no país	5.387.085	7.255.194
- Instituições de crédito no estrangeiro	2.163	-
	5.389.248	7.255.194
Encargos a pagar:		
- Juros de recursos de instituições de crédito no país	-	20
	-	20
	5.389.248	7.255.214

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os "Recursos de outras instituições de crédito" têm vencimento no primeiro trimestre de 2014 e 2013, respectivamente.

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
À vista:		
- Depósitos à ordem	30.409.135	22.332.575
A prazo:		
- Depósitos a prazo	192.464.691	155.832.507
- Depósitos estruturados	7.868.508	1.522.038
	200.333.199	157.354.545
	230.742.334	179.687.120
Encargos a pagar:		
- Juros de recursos de clientes	3.108.024	3.148.702
	233.850.358	182.835.822

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais dos recursos a prazo de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2013	2012
Até três meses	58.048.690	40.312.107
De três meses a um ano	135.462.809	113.494.504
De um a cinco anos	6.821.700	3.537.934
A mais de cinco anos	-	10.000
	200.333.199	157.354.545



21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Títulos de dívida de clientes	2.843.117	3.129.435
<i>"Floating rate notes"</i> emitidas pelo AR Finance 1, plc (Nota 9)		
- Classe A	-	2.665.080
- Classe B	29.068.820	35.500.000
	29.068.820	38.165.080
<i>"Variable funding loan notes"</i> emitidas pela Invest Finance 1 Portugal B.V.	-	93.741.043
Juros a pagar	43.484	59.491
	31.955.421	135.095.049

Em Novembro de 2013 foi adquirida a Sociedade Saldanha Holdings Limited para a concretização da operação de aquisição da totalidade das *"Variable Funding Notes"* (VFN), dívida emitida pela Invest Finance 1 BV, no âmbito da operação de titularização de créditos Invest Finance 1. Desta forma, o Banco concedeu um financiamento à Saldanha Holdings no montante de 54.100.000 Euros, tendo esta entidade concedido um financiamento à sua participada Saldanha Finance pelo mesmo montante para a aquisição das VFN.

22. PROVISÕES E IMPARIDADE



O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco Invest durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013				Saldos em 31-12-2013
	Saldos em 31-12-2012	Dotações líquidas	Utilizações	Transferências	
Provisões	500.000	100.000	-	-	600.000
<i>Imparidade do crédito a clientes (Nota 9):</i>					
- Crédito concedido	14.755.690	14.748.594	(149.077)	-	29.355.207
- Crédito a clientes - títulos de dívida	1.051.138	663.982	-	-	1.715.120
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	4.441.582	(366.575)	(500.000)	(10.132)	3.564.875
<i>Imparidade de outros activos:</i>					
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	4.650.722	3.072.041	-	263.312	7.986.075
- Propriedades de investimento (Nota 12)	327.464	1.162.891	-	(263.306)	1.227.049
	25.726.596	19.380.933	(649.077)	(10.126)	44.448.326

	2012				Saldos em 31-12-2012
	Saldos em 31-12-2011	Dotações líquidas	Utilizações		
Provisões	500.000	-	-		500.000
<i>Imparidade do crédito a clientes (Nota 9):</i>					
- Crédito concedido	9.320.015	5.451.073	(15.398)		14.755.690
- Crédito a clientes - títulos de dívida	913.060	138.078	-		1.051.138
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	5.668.861	(869.231)	(358.048)		4.441.582
Imparidade em investimentos detidos até à maturidade (Nota 10)	3.263.288	-	(3.263.288)		-
<i>Imparidade de outros activos:</i>					
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	2.837.627	1.813.095	-		4.650.722
- Propriedades de investimento (Nota 12)	-	327.464	-		327.464
	22.502.851	6.860.479	(3.636.734)		25.726.596

No decorrer do exercício de 2013 foi realizada a transferência de imparidade da rubrica "Propriedades de investimento" para "Activos não correntes detidos para venda" no montante de 263.306 Euros, associada aos imóveis do Fundo Tejo que deixaram de estar arrendados neste período.



23. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<i>Credores e outros recursos</i>		
Credores por operações sobre futuros	641.606	316.543
Sector Público Administrativo		
- Retenção de impostos na fonte	508.941	407.850
- IVA a pagar	130.808	205.634
- Contribuições para a Segurança Social	86.185	93.723
Cobranças por conta de terceiros	13.115	8.694
Credores diversos		
- Outros credores	1.587.729	856.657
	2.968.384	1.889.101
<i>Encargos a pagar</i>		
Por gastos com pessoal		
- Provisão para férias e subsídio de férias	607.751	598.401
Por gastos gerais administrativos	38.879	20.693
Outros	9.314	8.071
	655.944	627.165
<i>Receitas com rendimento diferido</i>		
Outras	87.076	84.657
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações fora de bolsa a liquidar	77.498	802.987
Operações de bolsa a liquidar	3.066.994	545.029
Outras operações a regularizar	831.379	2.188.266
	3.975.871	3.536.282
	7.687.275	6.137.205

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas "Operações de bolsa a liquidar" e "Operações fora de bolsa a liquidar" correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.

24. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS



Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os passivos contingentes e compromissos encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2013	2012
<i>Garantias prestadas e outros passivos eventuais:</i>		
Garantias e avales prestados	3.539.613	3.234.378
Activos dados em garantia	273.260.000	266.797.466
	276.799.613	270.031.844
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Responsabilidades por prestação de serviços		
- Activos cedidos em operações de titularização		
Crédito à habitação	3.285.425	4.731.726
Crédito hipotecário	40.946.415	51.159.190
Leasing imobiliário	61.337.133	72.199.671
- Outros valores		
Gestão de carteiras	2.186.949	1.220.484
Clientes - Acções	123.137.220	96.099.870
Clientes - Obrigações diversas	83.393.786	52.437.467
Clientes - Outros	315.565	331.589
Fundos - Alves Ribeiro	28.622.971	24.185.461
	343.225.464	302.365.458
	620.025.077	572.397.302

A rubrica "Activos dados em garantia" diz respeito a títulos entregues pelo Banco como garantia de tomadas de fundos realizadas com Bancos Centrais ou outras Instituições de Crédito. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a totalidade desta rubrica corresponde a títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (Nota 17).

25. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

Entidade	Número de acções	Montante	%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Ordinárias)	9.396.000	46.980.000	78,96%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Preferenciais)	2.400.000	12.000.000	20,17%
Outros	104.000	520.000	0,87%
	11.900.000	59.500.000	100%

Em 2 de Dezembro de 2008 o Banco efectuou um aumento de capital, através da emissão de 2.400.000 acções preferenciais remíveis ao valor nominal de 5 Euros, tendo sido subscrito e realizado na totalidade pelo accionista Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A..

As acções preferenciais remíveis sem data fixa, são susceptíveis de pagamento de dividendos prioritários a deliberar em Assembleia Geral, que correspondem a 7% do seu valor nominal. Este dividendo só poderá ser liquidado, caso existam fundos distribuíveis de acordo com o normativo aplicável e caso o seu pagamento não implique o não cumprimento dos requisitos de capital do Banco. O pagamento do dividendo prioritário será efectuado, anual e postecipadamente, no dia 30 de Junho de cada ano.

No exercício de 2011, o accionista minoritário do Banco alienou 15.000 acções de valor nominal de 75.000 Euros à Alves Ribeiro – IF, SGPS, S.A., passando esta a deter uma participação de 99,13%.

Nos exercícios de 2013 e 2012, o Banco não distribuiu dividendos aos accionistas.



26. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2013	2012
<i>Reservas de reavaliação</i>		
- Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda	3.966.307	219.369
- Reservas por impostos diferidos e correntes		
De activos financeiros disponíveis para venda	(1.027.371)	(65.140)
	2.938.936	154.229
Reserva legal	1.740.165	1.725.513
Reserva livre	9.012.951	9.012.951
Reserva de fusão	574.221	574.221
Resultados transitados	(6.662.800)	(9.670.391)
	4.664.535	1.642.294
Resultado do exercício	24.631.263	3.022.241
	32.234.734	4.818.764

Reservas de reavaliação

Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 as reservas de justo valor incluem cerca de 26.000 Euros e 173.000 Euros, respectivamente, de menos valias em títulos reclassificados de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Investimentos detidos até à maturidade e de Empréstimos e contas a receber (Notas 7 e 41). Este montante encontra-se a ser reconhecido em resultados de acordo com o método da taxa efectiva até à maturidade dos correspondentes títulos.

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, o Banco deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. A reserva legal não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

Reserva de fusão

Em 22 de Dezembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão, por incorporação no Banco, da Probolsa – Sociedade Corretora S.A. (Probolsa). Na sequência deste processo, a sociedade incorporada foi extinta, tendo sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus direitos e obrigações. A fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2004, tendo os activos e passivos da Probolsa sido transferidos para o Banco com base no respectivo valor líquido de Balanço nessa data. A diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos transferidos e o valor de balanço da participação detida pelo Banco no capital da Probolsa foi registada na rubrica “Reserva de Fusão”. Esta reserva não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.



Nos exercícios de 2013 e 2012, o resultado consolidado do Banco foi apurado da seguinte forma:

	2013	2012
Resultados individuais:		
Banco Invest	(4.955.394)	146.500
Invest Gestão de Activos	103.313	86.171
AR Finance 1, PLC	(473.438)	(1.896.131)
AR Finance 1, FTC	(247.432)	(2.053.549)
Invest Finance FTC	(502.276)	(3.035.039)
Invest Finance BV	17.200	17.200
Fundo Tejo	3.986	224.775
Saldanha Holding	1.130	-
Saldanha Finance	162.219	-
	(7.523.484)	(6.510.073)
Ajustamentos, líquidos de efeitos fiscais:		
Diferenças entre NCA e IAS/IFRS (imparidade)	(5.847.030)	2.337.738
Anulação de movimentos registados nas contas individuais:		
Provisão para crédito vencido do AR Finance 1, FTC	247.432	2.053.549
Provisão para crédito vencido do Invest Finance 1, FTC	108.802	3.035.039
Provisão para activos financeiros AR Finance PLC	1.148.231	793.607
Registo de <i>Write-off</i> no AR Finance PLC	-	771.800
Rendimentos de juros recebidos	1.217.073	699.440
Outros ajustamentos:		
Reforço de imparidade do Fundo Tejo e interesses minoritários	(863.676)	(224.775)
Correcção no consolidado da amortização dos custos de montagem da operação de titularização	92.888	92.888
Ganho com aquisição das " <i>Variable Funding Notes</i> " ao abrigo da operação de securitização		
Invest Finance 1 (Nota 37)	34.419.779	-
Outros	(782)	(34.697)
Resultados após impostos e antes de interesses minoritários	24.632.025	3.014.516
Resultado atribuível a interesses minoritários	(762)	7.725
Resultado consolidado do exercício	24.631.263	3.022.241



27. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.025.072	1.056.613
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000	18.000
	1.043.072	1.074.613

O movimento ocorrido na rubrica de "Interesses minoritários" durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013			
	Saldos em 31-12-2012	Outras variações	Resultado líquido	Saldos em 31-12-2013
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.056.613	(32.303)	762	1.025.072
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000	-	-	18.000
	1.074.613	(32.303)	762	1.043.072

	2012			
	Saldos em 31-12-2011	Outras variações	Resultado líquido	Saldos em 31-12-2012
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.064.045	293	(7.725)	1.056.613
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000	-	-	18.000
	1.082.045	293	(7.725)	1.074.613

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Juros de disponibilidades	13.938	17.425
Juros de aplicações em instituições de crédito	81.222	2.343
Juros de crédito a clientes:		
- Crédito interno	2.689.465	3.693.617
- Crédito ao exterior	175.079	13.838
- Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	438.947	661.564
- Activos titularizados	4.134.283	6.246.859
Juros de crédito vencido	1.260.421	624.901
Juros de activos financeiros detidos para negociação:		
- Títulos	1.955.290	1.852.435
- Instrumentos derivados	828.465	1.479.033
Juros de activos financeiros disponíveis para venda:		
- Títulos	6.515.819	4.424.136
Juros de investimentos detidos até à maturidade	2.958.258	4.266.995
Juros de devedores e outras aplicações	-	1.954
Outros juros e rendimentos similares	12.516	8.214
	21.063.703	23.293.314

29. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Juros de recursos de Bancos Centrais	1.286.728	1.563.590
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
- no país	15.589	536.575
- no estrangeiro	11.076	14.403
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	7.092.630	6.374.063
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	1.838.359	1.690.768
Juros de passivos financeiros de negociação		
- Instrumentos financeiros derivados	-	(232.088)
Outros juros e encargos similares	114.698	(33.212)
	10.359.080	9.914.099





30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos de acções registadas em "Activos financeiros disponíveis para venda".

31. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Por garantias prestadas	47.549	44.517
Por serviços prestados	1.333.137	1.129.957
Por operações realizadas por conta de terceiros	718.425	536.637
	2.099.111	1.801.111

32. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Por operações de crédito	93.022	78.394
Por serviços bancários prestados por terceiros	352.730	391.254
Outras comissões pagas	20.232	27.253
	465.984	496.901

33. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS



Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<i>Títulos</i>		
Emitidos por residentes		
- Obrigações	164.171	1.702.015
- Acções	86.022	15.606
Emitidos por não residentes		
- Obrigações	1.850.461	5.178.557
- Acções	399.040	471
- Outros instrumentos de capital	(5.298)	25.396
	2.494.396	6.922.045
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
- Swaps		
Divisas	(1.523)	(24.544)
Taxa de juro	(233.025)	(714.758)
Crédito	(44.837)	540.202
Outros	(20.000)	395.247
- Futuros		
Sobre cotações	307.282	215.277
Sobre taxas de juro	24.064	(283.400)
Divisas	(160.630)	(114.552)
Outros	(1.245)	-
- Opções		
Sobre cotações	(383.656)	63.434
Sobre taxa de juro	-	(57.500)
	(503.570)	19.406
	1.990.826	6.941.451



34. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
- Dívida pública portuguesa	52.191	(160.841)
- Outras obrigações	94.827	65.706
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	1.612.492	(1.013.021)
- Outras obrigações	1.059.169	212.603
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
- Acções	5.305	(38.911)
- Outros	(5)	-
De não residentes		
- Acções	-	6.846
	2.823.979	(927.618)

35. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica corresponde integralmente aos resultados apurados na reavaliação das posições à vista em moeda estrangeira mantidas pelo Banco.

36. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2013 e 2012 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Ouro e metais preciosos	(518.946)	94.651
Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	(94.968)	(150.404)
Rendas de imóveis arrendados	136.543	18.110
Outros	25.808	-
	(451.563)	(37.643)

37. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO



Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<i>Outros rendimentos de exploração</i>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
- Ganho com aquisição das "Variable Funding Notes" ao abrigo da operação de securitização Invest Finance 1	34.419.779	-
- Reembolso de despesas	150.168	79.420
- Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.843	3.460
- Outros	24.473	400.094
	34.598.263	482.974
<i>Outros encargos de exploração</i>		
Outros impostos:		
- Contribuição especial sobre o Sector Bancário	137.432	129.665
- Outros impostos indirectos	79.194	105.071
Outros encargos e perdas operacionais:		
- Contribuições para o Fundo de Resolução	57.460	-
- Quotizações e donativos	39.704	32.196
- Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	36.822	24.666
- Outros encargos e gastos operacionais	30.890	1.763
	381.502	293.361
	34.216.761	189.613

No decorrer do exercício de 2013, o Grupo concretizou a operação de aquisição das "Variable Funding Notes" (VFN), dívida emitida pela Invest Finance 1 BV, ao abrigo da operação de titularização de créditos Invest Finance 1. A aquisição das VFN foi concretizada através da sociedade Saldanha Finance detida em 99,9% pela Saldanha Holdings Limited que, por sua vez, é detida em 100% pelo Banco Invest (Nota 3). O preço de aquisição das VFN foi de 54.041.214 Euros, montante correspondente a 61% do valor nominal das VFN que ascendia a 88.460.993 Euros à data de aquisição. Neste âmbito, o Grupo registou um ganho de 34.419.779 Euros respeitante ao diferencial entre o valor nominal e o valor pago pelas VFN referidas.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas e;
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cujo posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são 0,05% e 0,00015%, respectivamente, em função do valor apurado.

No decorrer do exercício de 2013, o Banco iniciou a sua contribuição para o Fundo de Resolução, que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro, e que veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.



38. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Salários e vencimentos		
- Órgãos de Gestão e Fiscalização	720.543	603.089
- Empregados	3.203.470	3.403.248
	3.924.013	4.006.337
Encargos sociais obrigatórios		
- Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	785.582	775.143
- Outros encargos sociais obrigatórios:		
Outros	17.849	24.685
	803.431	799.828
Outros custos com pessoal:		
- Outros	154.789	90.385
	4.882.233	4.896.550

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:

	2013	2012
Administradores	7	6
Directores e chefias	15	16
Quadros técnicos	96	96
Administrativos	5	5
	123	123

39. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS



Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Com fornecimentos	229.189	265.043
Com serviços	2.298.797	1.904.428
Com serviços especializados	1.085.049	922.073
Outros serviços de terceiros	588.547	679.025
	4.201.582	3.770.569

40. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco Invest as entidades pertencentes ao Grupo Alves Ribeiro e a colaboradores pertencentes aos órgãos sociais do Banco.

Saldos com entidades relacionadas, excluindo órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	2013	2012
<i>Activos financeiros disponiveis para venda</i>		
Fundo Inspirar	5.233.000	3.426.367
<i>Crédito a clientes</i>		
Alves Ribeiro, SGPS	5.810.630	2.717.875
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	2.025.000	2.089.748
Provisão Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	(1.750.000)	(1.750.000)
US Gestar	836.000	920.000
Monvest, SGPS, S.A.	585.452	585.452
Alves Ribeiro, S.A.	3.100.000	10.000
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.	4 900 000	2.900.000
<i>Recursos de clientes</i>		
Mundicenter, SGPS, S.A.	8.965.044	8.356.523
Fundo Inspirar	635.298	35.388
Alves Ribeiro, S.A.	84.604	50.502
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	13.120	14.014
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.	6.051	7.145
Mundicenter II - Gestão de Espaços Comerciais, S.A.	1.287	1.136
US Gestar	1.929	12.162



Transacções com entidades relacionadas, excluindo órgãos sociais

Nos exercícios de 2013 e 2012, os principais saldos da demonstração dos resultados consolidados com entidades relacionadas são os seguintes:

	2013	2012
<i>Juros e rendimentos similares</i>		
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	31.647	46.036
Us Gestar	10.678	17.971
Monvest - SGPS, SA	14.393	19.947
Alves Ribeiro, SA	89.083	99.028
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, SA	199.145	168.692
<i>Juros e encargos similares</i>		
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	45.666	219.761
Fundo Inspirar	-	706
<i>Rendimentos de serviços e comissões</i>		
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	985	1.045
<i>Gastos gerais administrativos</i>		
Alrisa	270.309	295.813

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Colaboradores pertencentes aos órgãos sociais

À data de 31 de Dezembro de 2013 o montante de empréstimos concedidos a membros do Conselho de Administração é de 546.709 Euros, tendo sido aplicadas as mesmas condições que aos restantes colaboradores.

Política de Remuneração

A Comissão de Remunerações, constituída por três representantes dos accionistas e eleita em Assembleia Geral, determina a política de remunerações dos membros dos órgãos sociais do Banco Invest, bem como os esquemas de segurança social e de outras prestações suplementares.

A política de remunerações foi submetida a aprovação da Assembleia Geral, assim consignando o desejável alinhamento de interesses entre os membros dos órgãos sociais e a sociedade, traduzindo-se sumariamente no seguinte:

- A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável;
- A componente variável, que não pode exceder 5% dos lucros do exercício, depende da obtenção de resultados consentâneos, da devida remuneração dos capitais próprios e da efectiva criação de valor, assim assegurando a sustentabilidade do modelo de negócio a médio e longo prazo;
- Quando existente, a componente variável é apurada com base nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício anterior;
- Não se encontrava vigente, no exercício de 2012, qualquer plano de atribuição de acções ou de opção para a sua aquisição que abrangesse membros dos órgãos de administração ou de fiscalização;
- Os membros não executivos do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável, termos em que as alíneas precedentes se têm como não aplicáveis.

O montante anual da remuneração auferida pelos membros executivos do Conselho de Administração foi de 747.682 euros.

41. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS



Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco Invest

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco Invest e a sua posição no mercado.

O processo de gestão dos riscos da instituição respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas. Existe a adequada articulação entre o Comité de Investimentos, a direcção de Crédito e a direcção de Planeamento e Controlo que assegura o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Banco.

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco Invest.

Da identificação, avaliação e acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito resulta uma monitorização atempada, que permite antecipar possíveis situações de incumprimento, estando abrangidos os riscos decorrentes de todas as actividades da instituição, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

	2013		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Activos</i>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.619.000	-	5.619.000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.756.803	-	5.756.803
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	49.884.097	-	49.884.097
- Instrumentos financeiros derivados	1.740.750	-	1.740.750
Activos financeiros disponíveis para venda	229.811.998	(3.564.877)	226.247.121
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	196.720.900	(29.355.207)	167.365.693
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	9.460.955	(1.715.120)	7.745.835
Investimentos detidos até à maturidade	63.787.169	-	63.787.169
Outros activos:			
- Devedores e outras aplicações	1.084.207	-	1.084.207
	563.865.879	(34.635.204)	529.230.675
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Garantias prestadas	3.539.613	-	3.539.613
	567.405.492	(34.635.204)	532.770.288



	2012		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Activos</i>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.519.774	-	4.519.774
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.292.812	-	11.292.812
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	70.820.814	-	70.820.814
- Instrumentos financeiros derivados	1.572.610	-	1.572.610
Activos financeiros disponíveis para venda	198.236.852	(4.441.582)	193.795.270
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	205.472.857	(14.755.690)	190.717.167
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	10.012.815	(1.051.138)	8.961.677
Investimentos detidos até à maturidade	88.073.643	-	88.073.643
Outros activos:			
- Devedores e outras aplicações	766.173	-	766.173
	590.768.350	(20.248.410)	570.519.940
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Swaps - eventos de crédito (montante notional)	15.000.000	-	15.000.000
Garantias prestadas	3.234.378	-	3.234.378
	609.002.728	(20.248.410)	588.754.318

Qualidade de crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Como resulta das Notas anteriores, o Banco opera em termos de crédito, com colaterais que têm referencial em termos de mercado, como é o caso do mercado imobiliário não habitacional e o sector das farmácias, sujeitos a alguma imprecisão determinada pela falta de dinâmica dos seus mercados secundários, ainda que, no caso dos imóveis, numa situação actual de liquidez mais reduzida.

Desta forma, e ainda que a concretização de novas operações de crédito se revele moderada, os critérios de análise e deliberação pautam-se por princípios de aferição do seu risco potencial, claramente mais conservadores, em linha com o mercado.

Com efeito, os processos de análise de risco e concessão de crédito baseiam-se em princípios universais de prudência, fiabilidade da informação utilizada, alternância e complementaridade das fontes de informação, processo de deliberação vertical com intervenção universal da Administração, tentativa de adequação do serviço da dívida à situação económica e financeira actual e, previsivelmente, futura dos Devedores e, complementarmente, da consistência e valia, em termos de mercado, dos colaterais.

As deliberações das novas operações de crédito orientam-se, por seu turno, por preocupações de adequação do serviço da dívida à situação económica e financeira actual e, previsivelmente, futura dos Clientes, acautelando, na medida do possível, a consistência e a valia, em termos de mercado, dos colaterais.

Os prazos de reembolso autorizados para novas operações de crédito, bem como as margens financeiras aplicáveis, reflectem a evolução sofrida pelas condições de financiamento da actividade.

Sempre que necessária, a implementação de medidas de reestruturação de operações de crédito em curso, determinadas por dificuldades financeiras dos Devedores, ou do mero ajustamento preventivo às condições do mercado em que operam, tem sido orientada na procura de soluções de natureza extra-judicial, adequando o conhecimento objectivo do quadro económico em que os Devedores operam, com a preservação de um perfil de risco que permita o cumprimento das obrigações de crédito, em condições aceitáveis e sem negligenciar a integridade e consistência das garantias associadas.



Ainda que não se vislumbre, no horizonte imediato, sinais consistentes que permitam antecipar que o quadro macroeconómico interno e externo, no futuro imediato, será impulsionador da retoma da actividade económica, há, ainda assim, a percepção de que o nível de incumprimento na carteira de crédito do Banco, estará a desacelerar, podendo estabilizar no curto prazo (salvo alteração das circunstâncias envolventes).

Não obstante, o Banco manterá e continuará a reforçar as medidas tendentes à preservação da qualidade e integridade da sua carteira de crédito.

1. *seja numa perspectiva de prevenção, mediante*

- a atribuição de uma notação de risco a todos os Devedores, sujeitando-a a revisão dinâmica com frequência semestral;
- a monitorização permanente dos vários sinais de risco implícitos à relação dos Devedores com o universo bancário em que intervêm;
- o acompanhamento quotidiano de eventuais sinais de degradação da sua envolvente empresarial e financeira;
- a revisão regular do perfil de risco (por análise dos indicadores económico-financeiros, bancários e empresariais) do universo de Devedores com maior exposição individual e sectorial;
- a identificação precoce de situações que justifiquem a reformulação das condições de reembolso dos créditos, de forma a acomodá-las, quando possível e devidamente justificado, à situação económica e financeira do Devedor.

2. *seja, na intervenção oportuna em todas as situações de incumprimento ou não cumprimento completo e atempado, através*

- de meios adequados de monitorização do incumprimento ou cumprimento irregular;
- de uma interpelação imediata e frequente a todos os Devedores em situação não regular;
- do diagnóstico objectivo dos fundamentos do incumprimento e dos eventuais meios para o superar;
- do registo e acompanhamento permanente das acções desenvolvidas e sua eficácia;
- da intervenção colegial da Área de Recuperação de Crédito e da Administração, na decisão sobre a tomada de medidas extra-judiciais ou judiciais que visem a efectiva recuperação dos créditos em risco;
- do controlo e salvaguarda da integridade dos colaterais do crédito.

3. *seja, na definição de princípios rigorosos e transparentes, para a correcta avaliação das imparidades potenciais da carteira de crédito.*

Um dos critérios que o Banco utiliza para análise do risco de crédito da carteira de crédito é a divisão da carteira consoante o número de rendas em atraso. As categorias de risco utilizadas são as seguintes:

- [0,1] – Créditos com zero ou uma renda em atraso;
- [2,3] – Créditos com duas ou três rendas em atraso;
- [4,5] – Créditos com quatro ou cinco rendas em atraso;
- [6,+] – Créditos com seis ou mais rendas em atraso.



Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a carteira de crédito do Banco de acordo com as categorias de risco acima definidas é a seguinte:

2013					
Categoria de risco					
Tipo de contrato	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	Total
Leasing Imobiliário	61.824.945	3.858.709	3.195.938	13.462.748	82.342.340
Crédito Imobiliário	33.932.213	1.590.529	2.161.143	26.669.479	64.353.364
Contas Correntes	19.968.556	-	-	2.854.798	22.823.354
Crédito Mútuo	10.277.832	195.437	1.361.252	4.339.285	16.173.806
Outros Créditos	1.227.032	1.319.468	1.990.055	1.871.842	6.408.397
Descobertos em depósitos à ordem	3.456.975	-	-	-	3.456.975
Leasing Mobiliário	594.923	-	-	7.917	602.840
	131.282.476	6.964.143	8.708.388	49.206.069	196.161.076

2012					
Categoria de risco					
Tipo de contrato	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	Total
Leasing Imobiliário	65.975.609	3.816.432	6.218.843	14.278.027	90.288.911
Crédito Imobiliário	32.304.519	9.075.576	3.205.358	25.371.102	69.956.555
Contas Correntes	12.734.678	202.722	-	2.997.224	15.934.624
Crédito Mútuo	10.393.355	1.209.976	72.399	6.458.529	18.134.259
Outros Créditos	883.198	1.515.664	1.459.159	4.323.519	8.181.540
Descobertos em depósitos à ordem	1.927.991	-	-	-	1.927.991
Leasing Mobiliário	331.090	-	-	7.917	339.007
	124.550.440	15.820.370	10.955.759	53.436.318	204.762.887

Na elaboração destes mapas não foram considerados os títulos registados em crédito a clientes, os juros corridos e as comissões associadas ao crédito.

Os principais colaterais recebidos pelo Banco relativamente aos activos financeiros acima identificados são os seguintes:

- No caso das operações de *leasing* imobiliário, a garantia efectiva é constituída pela propriedade jurídica do imóvel.
- No caso dos empréstimos de médio e longo prazo, o colateral é geralmente constituído por primeira hipoteca de imóveis de natureza urbana, situação igualmente comum nos financiamentos em regime de conta-corrente.

Em situações pontuais, o Banco obtém igualmente penhores mercantis sobre activos financeiros, constituídos por liquidez ou valores mobiliários cotados em mercados oficiais, bem como, de activos intangíveis líquidos e subordinados a valorização corrente no mercado como, por exemplo, direitos de *trespasse* sobre estabelecimentos de farmácia.

- Em geral e atendendo à maturidade das operações, independentemente da forma da sua titulação, é usual a prática de obtenção de garantias de natureza pessoal (avales ou fianças).

Os activos adquiridos para operações de locação financeira, ou recebidos em garantia hipotecária, têm salvaguardada a sua integridade em caso de acidente, evento fortuito ou de força maior, por seguro de multi-riscos com os correspondentes direitos a favor do Banco.



Relativamente ao controlo do risco de crédito associado ao mercado de capitais, às transacções em produtos derivados e cambiais, o Banco mantém procedimentos instituídos através do processo de aprovação de investimentos, do controlo do cumprimento das estratégias definidas pela Administração e pelo Comité de Investimento e do acompanhamento regular da composição e evolução da carteira de títulos, que permitem a monitorização adequada do risco de crédito associado aos títulos em carteira.

O Banco procede à reavaliação *mark-to-market*, em cada momento, da sua exposição em produtos derivados, cambiais e mercado de capitais, permitindo assim avaliar a exposição potencial e global em determinado momento e o cumprimento dos limites de exposição definidos por sector e por país.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o risco de crédito associado à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrado através da graduação de risco (*rating*) atribuída por uma sociedade especializada em avaliação de risco, sendo apresentado da seguinte forma:

	2013										
	Ratings										Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R.	
<i>Activos</i>											
Activos financeiros detidos para negociação	-	2.500.896	13.144.681	21.828.040	1.419.193	161.185	-	-	-	10.830.102	49.884.097
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4.889.724	75.009.468	79.994.908	58.750.890	3.026.264	1.610.666	-	-	2.965.201	226.247.121
Investimentos detidos até à maturidade	2.566.049	-	12.494.597	31.905.663	16.820.860	-	-	-	-	-	63.787.169
Outros créditos e valores titulados	-	2.453.239	1.000.645	256.412	422.516	-	811.015	-	314.310	2.487.698	7.745.835
	2.566.049	9.843.859	101.649.391	133.985.023	77.413.459	3.187.449	2.421.681	-	314.310	16.283.001	347.664.222

	2012										
	Ratings										Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R.	
<i>Activos</i>											
Activos financeiros detidos para negociação	-	462.139	17.743.664	17.703.572	3.634.704	3.566.097	904.926	-	-	26.805.712	70.820.814
Activos financeiros disponíveis para venda	539.349	3.118.986	80.957.292	69.786.643	32.711.579	3.853.150	1.690.410	-	1.292.565	5.379.226	199.329.200
Investimentos detido até à maturidade	5.114.649	-	36.372.609	28.819.801	17.766.584	-	-	-	-	-	88.073.643
Outros créditos e valores titulados	-	2.549.380	1.072.002	1.319.929	437.353	1.660.825	1.203.332	-	718.856	-	8.961.677
	5.653.998	6.130.505	136.145.567	117.629.945	54.550.220	9.080.072	3.798.668	-	2.011.421	32.184.938	367.185.334

N.R. - Not Rated



Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição por país associada à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrada como segue:

	2013				2012			
	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total
Espanha	34.883.058	92.122.307	6.005.016	133.010.381	28.460.906	81.444.425	3.658.445	113.563.776
Portugal	10.365.017	33.644.493	23.777.968	67.787.478	22.653.599	33.692.483	25.305.371	81.651.453
Holanda	2.500.896	-	34.132.970	36.633.866	10.637.821	-	18.002.116	28.639.937
Itália	14.645.441	12.919.022	5.150.848	32.715.311	6.987.515	12.521.723	5.460.955	24.970.193
Irlanda	8.153.094	10.587.373	11.431.323	30.171.790	13.610.730	10.321.548	7.281.592	31.213.870
E.U.A.	21.082.603	-	-	21.082.603	30.837.912	-	-	30.837.912
França	5.901.141	990.586	1.185.370	8.077.097	17.349.079	539.349	1.526.887	19.415.315
Grã-Bretanha	6.359.253	-	1.150.596	7.509.849	16.403.950	-	3.622.619	20.026.569
Alemanha	3.077.051	-	-	3.077.051	2.992.294	-	909.236	3.901.530
Dinamarca	1.498.995	-	-	1.498.995	3.695.751	-	-	3.695.751
Outros	3.647.661	-	2.452.140	6.099.801	5.147.945	1.041.694	3.079.389	9.269.028
	112.114.210	150.263.781	85.286.231	347.664.222	158.777.502	139.561.222	68.846.610	367.185.334

Na elaboração destes mapas não foram considerados os instrumentos de capital, os instrumentos financeiros derivados e as provisões regulamentares.

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo do risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação da folga de liquidez.

As políticas e procedimentos que permitem controlar e limitar o risco de liquidez revêm regularmente os limites das posições de liquidez para diferentes horizontes temporais, analisando simulações com base em diversos cenários, o que permite uma efectiva gestão da liquidez.

É o Departamento Financeiro que se encarrega de cumprir e executar, de uma forma efectiva, a estratégia e todas as políticas de risco de liquidez definidas e aprovadas pela Administração.

Prazos residuais



Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2013							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)	
<i>Activo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6.171.582	-	-	-	-	-	-	6.171.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.756.803	-	-	-	-	-	-	5.756.803
Activos financeiros detidos para negociação	-	10.752.460	1.045.274	24.828.450	14.943.289	3.295.894	-	54.865.367
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	77.307.417	70.192.637	78.471.598	10.135.903	-	236.107.555
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	3.456.975	15.395.225	6.796.441	16.371.673	118.964.999	35.175.763	559.824	196.720.900
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	-	211.369	4.658.711	2.875.755	-	-	7.745.835
Investimentos detidos até à maturidade	-	12.494.597	929.251	20.323.222	30.040.099	-	-	63.787.169
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	1.046.107	-	1.084.207
	15.385.360	38.642.282	86.289.752	136.374.693	245.333.840	49.653.667	559.824	572.239.418
<i>Passivo</i>								
Recursos de Bancos Centrais	-	110.000.000	-	110.000.000	-	-	1.630.278	221.630.278
Passivos financeiros detidos para negociação	-	113.890	264.412	3.601	3.950	-	-	385.853
Recursos de outras instituições de crédito	5.389.248	-	-	-	-	-	-	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	30.409.135	58.048.690	135.462.809	6.821.700	-	-	3.108.024	233.850.358
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.757.035	845.227	7.507.154	21.802.521	-	43.484	31.955.421
	35.798.383	169.919.615	136.572.448	124.332.455	21.806.471	-	4.781.786	493.211.158
Gap de liquidez	(20.413.023)	(131.277.333)	(50.282.696)	12.042.238	223.527.369	49.653.667	(4.221.962)	79.028.260

	2012							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)	
<i>Activo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.834.746	-	-	-	-	-	-	4.834.746
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.292.812	-	-	-	-	-	-	11.292.812
Activos financeiros detidos para negociação	-	25.547.324	9.613.308	22.424.027	14.808.765	774.783	-	73.168.206
Activos financeiros disponíveis para venda	-	12.385.033	91.367.354	63.374.038	27.438.525	6.088.732	-	200.653.682
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	1.927.991	10.947.577	9.950.270	16.207.817	131.588.158	34.141.074	709.970	205.472.857
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	-	-	5.065.708	3.895.969	-	-	8.961.677
Investimentos detidos até à maturidade	-	16.318.726	18.357.403	33.541.529	19.855.985	-	-	88.073.643
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	728.073	-	766.173
	18.055.549	65.198.660	129.288.335	140.613.119	197.625.502	41.732.662	709.970	593.223.797
<i>Passivo</i>								
Recursos de Bancos Centrais	-	117.500.000	-	110.000.000	-	-	942.066	228.442.066
Passivos financeiros detidos para negociação	-	690	24.252	32.035	-	-	-	56.977
Recursos de outras instituições de crédito	4.255.131	3.000.063	-	-	-	-	20	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	22.332.575	40.312.107	113.494.504	3.537.934	10.000	-	3.148.701	182.835.822
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.621.081	1.702.316	11.082.204	117.629.801	-	59.647	135.095.049
	26.587.706	165.433.941	115.221.072	124.652.173	117.639.801	-	4.150.434	553.685.128
Gap de liquidez	(8.532.157)	(100.235.281)	14.067.263	15.960.946	79.985.701	41.732.662	(3.440.464)	39.538.669

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.



Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- não foram considerados os fluxos de caixa contratuais projectados de juros associados aos activos e passivos financeiros;
- a coluna "Outros" corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- para os instrumentos de capital foi considerado que a sua maturidade era indeterminada, tendo sido incluídos na coluna "Indeterminado";
- nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda foi considerado que os instrumentos de dívida apenas eram liquidados na data da sua maturidade; e
- nos créditos a clientes foi considerado que a amortização do capital era efectuada na sua totalidade na data da última prestação do crédito.

O *Gap* de liquidez de curto prazo é financiado com recurso ao mercado interbancário, onde o Banco tem acesso a linhas de crédito que permitem financiar este *Gap*, e através de desconto de títulos no ECB, que lhe permite ter acesso a liquidez imediata.

A taxa de renovação dos depósitos tem oscilado em torno dos 90%, pelo que é expectável que grande parte dos recursos de clientes se mantenham inalteráveis.

Durante o ano de 2013 registou-se um crescimento muito assinalável da base de depósitos do Banco, apresentando um incremento de 23% relativamente ao final de 2012.

A captação de depósitos durante o ano de 2013 foi baseada numa estratégia de remuneração forte de depósitos de baixo montante, o que reduziu de forma muito expressiva o risco de concentração dos mesmos. Esta maior dispersão dos depósitos permitiu "normalizar" o seu comportamento em termos de oscilações mensais do volume dos mesmos, contribuindo para uma grande estabilidade da tesouraria do Banco.

O *Gap* de liquidez de curto prazo está associado ao financiamento da carteira de obrigações do Banco. O valor total da carteira de títulos é superior ao *Gap* de curto prazo, podendo o Banco em qualquer momento reduzi-lo, realizando vendas de títulos no mercado. O referido *Gap*, resulta assim de uma decisão estratégica do Banco de financiar a sua carteira de títulos de um modo eficiente em termos económicos e não de uma deficiência estrutural de liquidez. A carteira tem sido essencialmente financiada através de operações de reporte junto do Banco Central Europeu, tendo no entanto o Banco contratos de reporte com diferentes instituições bancárias.

Para fazer face a eventuais necessidades de liquidez o Banco complementarmente às linhas de curto prazo no mercado monetário interbancário dispõe de uma linha de crédito com uma instituição financeira contratada a 3 anos, com condições de pricing estáveis durante a vigência do contrato.

Risco de mercado

A actividade do Banco Invest realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

O controlo de risco de mercado tem por objectivo avaliar e monitorizar a perda potencial associada a alterações dos preços dos activos do Banco, da gestão discricionária de carteiras, e a consequente perda de resultados, inerentes a um movimento adverso dos valores de mercado. Esta avaliação é efectuada pela definição prévia de procedimentos e limites relativamente às carteiras globais e por produto. Diariamente são avaliadas as estratégias, posições e limites, que permitem a geração de receitas através das suas actividades de *trading* e gestão de activos e passivos, gerindo simultaneamente a exposição ao risco de mercado.

Risco cambial



O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

A actividade cambial do Banco Invest é acessória e residual. Os saldos diários em divisas e as transacções efectuadas em moeda estrangeira são diariamente controlados pelo Departamento de Operações e pela Sala de Mercados.

Apenas as operações em dólares têm alguma relevância, sendo praticamente inexistentes as transacções efectuadas noutras divisas.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2013				
	Moeda				
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Outros	Total
<i>Activo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6.171.582	-	-	-	6.171.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.632.369	1.560.376	277.761	286.297	5.756.803
Activos financeiros detidos para negociação	53.545.735	1.239.670	79.962	-	54.865.367
Activos financeiros disponíveis para venda	231.643.951	390.782	4.072.822	-	236.107.555
Crédito a clientes	206.118.117	63.738	-	-	206.181.855
Investimentos detidos até à maturidade	63.787.169	-	-	-	63.787.169
Devedores e outras aplicações	323.479	758.814	-	1.914	1.084.207
	565.222.402	4.013.380	4.430.545	288.211	573.954.538
<i>Passivo</i>					
Recursos de Bancos Centrais	221.630.278	-	-	-	221.630.278
Passivos financeiros detidos para negociação	384.150	1.703	-	-	385.853
Recursos de outras instituições de crédito	5.057.592	331.656	-	-	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	227.252.681	6.242.645	182.871	172.161	233.850.358
Responsabilidades representadas por títulos	31.955.421	-	-	-	31.955.421
	486.280.122	6.576.004	182.871	172.161	493.211.158
Exposição líquida (Posição Cambial)	78.942.280	(2.562.624)	4.247.674	116.050	80.743.380



	2012				
	Moeda				
	Euros	Dólares	Libra	Outros	Total
	Bruto	Norte Americanos			
<i>Activo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.834.746	-	-	-	4.834.746
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.602.564	2.333.356	174.514	182.378	11.292.812
Activos financeiros detidos para negociação	73.097.871	70.335	-	-	73.168.206
Activos financeiros disponíveis para venda	200.183.999	215.031	254.652	-	200.653.682
Crédito a clientes	215.451.888	33.730	54	-	215.485.672
Investimentos detidos até à maturidade	88.073.643	-	-	-	88.073.643
Devedores e outras aplicações	359.153	407.020	-	-	766.173
	590.603.864	3.059.472	429.220	182.378	594.274.934
<i>Passivo</i>					
Recursos de Bancos Centrais	228.442.066	-	-	-	228.442.066
Passivos financeiros detidos para negociação	56.977	-	-	-	56.977
Recursos de outras instituições de crédito	6.960.071	295.143	-	-	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	178.097.175	4.726.144	12.503	222.305	182.835.822
Responsabilidades representadas por títulos	135.095.049	-	-	-	135.095.049
	548.651.338	5.021.287	12.503	222.305	553.685.128
Exposição líquida (Posição Cambial)	41.952.526	(1.961.815)	416.717	(39.927)	40.589.806

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o aumento de 5% nas taxas de câmbio de mercado nas principais moedas a que o Banco se encontra exposto originaria um impacto negativo nos resultados do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 de cerca de 18.358 Euros e um impacto negativo nos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 de cerca de 79.000 Euros.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade, face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro. Desta forma, o risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos *cash-flows* futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A gestão do risco de taxa de juro subordina-se à estratégia geral da Instituição e tem como objectivo minimizar o impacto das variações das taxas de juro nos resultados globais do Banco.

O risco de taxa de juro de curto prazo resulta fundamentalmente do *mismatch* de pagamentos entre os passivos da instituição e os seus activos de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:



	2013			
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	552.582	-	5.619.000	6.171.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.655.306	-	4.101.497	5.756.803
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	3.240.519	34.575.715	15.308.383	53.124.617
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	1.740.750	1.740.750
Activos financeiros disponíveis para venda	10.135.903	218.436.114	7.535.538	236.107.555
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	196.720.900	196.720.900
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	2.555.092	5.190.743	7.745.835
Investimentos detidos até à maturidade	-	51.292.572	12.494.597	63.787.169
Devedores e Outras Aplicações	-	-	1.084.207	1.084.207
	15.584.310	306.859.493	249.795.615	572.239.418
<i>Passivo</i>				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	221.630.278	221.630.278
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	385.853	385.853
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	5.389.248	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	6.821.700	227.028.658	233.850.358
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	31.955.421	31.955.421
	-	6.821.700	486.389.458	493.211.158
	15.584.310	300.037.793	(236.593.843)	79.028.260
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor notional)				
- Swaps	-	-	56.257.019	56.257.019
- Opções	-	-	10.778.336	10.778.336
- Futuros	-	-	15.616.449	15.616.449
	-	-	82.651.804	82.651.804



	2012			
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	314.972	-	4.519.774	4.834.746
Disponibilidades em outras instituições de crédito	826.900	-	10.465.912	11.292.812
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	774.782	64.384.880	6.435.934	71.595.596
- Instrumentos financeiros derivados	-	50.537	1.522.073	1.572.610
Activos financeiros disponíveis para venda	6.088.732	179.373.296	15 191 654	200.653.682
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	205.472.857	205.472.857
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	892.462	8.069.215	8.961.677
Investimentos detidos até à maturidade	-	65.727.926	22.345.717	88.073.643
Devedores e Outras Aplicações	-	-	766.173	766.173
	8.005.386	310.429.101	274.789.309	593.223.796
<i>Passivo</i>				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	228.442.066	228.442.066
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	690	56.287	56.977
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	7.255.214	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.315.028	179.520.794	182.835.822
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	135.095.049	135.095.049
	-	3.315.718	550.369.410	553.685.128
	8.005.386	307.113.383	(275.580.101)	39.538.668
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor nocional)				
- Swaps	-	-	206.236.922	206.236.922
- Opções	-	-	4.651.473	4.651.473
- Futuros	-	-	24.803.640	24.803.640
	-	-	235.692.035	235.692.035

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:



	2013						Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros (1)	
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6.171.582	-	-	-	-	-	6.171.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.756.803	-	-	-	-	-	5.756.803
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	3.240.519	14.674.936	1.529.479	19.124.425	14.555.258	-	53.124.617
- Instrumentos financeiros derivados	-	623.608	416.519	700.623	-	-	1.740.750
Activos financeiros disponíveis para venda	10.135.903	7.213.084	77.307.417	64.509.725	76.941.426	-	236.107.555
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	3.456.975	142.329.657	15.198.681	-	-	35.735.587	196.720.900
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	4.190.097	1.011.821	2.543.917	-	-	7.745.835
Investimentos detidos até à maturidade	-	12.494.597	929.251	20.323.222	30.040.099	-	63.787.169
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	1.046.107	1.084.207
	28.761.782	181.525.979	96.393.168	107.201.912	121.574.883	36.781.694	572.239.418
<i>Passivo</i>							
Recursos de Bancos Centrais	-	110.000.000	-	110.000.000	-	1.630.278	221.630.278
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	382.632	3.221	-	-	-	385.853
Recursos de outras instituições de crédito	5.389.248	-	-	-	-	-	5.389.248
Recursos de clientes e outros empréstimos	30.409.135	63.993.795	129.517.704	6.821.700	-	3.108.024	233.850.358
Responsabilidades representadas por títulos	-	29.137.891	2.145.045	629.000	-	43.485	31.955.421
	35.798.383	203.514.318	131.665.970	117.450.700	-	4.781.787	493.211.158
	(7.036.601)	(21.988.339)	(35.272.802)	(10.248.788)	121.574.883	31.999.907	79.028.260
<i>2012</i>							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros (1)	Total
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.834.746	-	-	-	-	-	4.834.746
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.292.812	-	-	-	-	-	11.292.812
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	774.782	29.303.178	5.969.976	20.934.028	14.613.632	-	71.595.596
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.540.775	31.835	-	-	-	1.572.610
Activos financeiros disponíveis para venda	6.088.732	19.072.998	95.487.309	55.882.746	24.121.897	-	200.653.682
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	1.927.991	152.082.159	16.611.663	-	-	34.851.044	205.472.857
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	6.759.001	1.909.920	292.756	-	-	8.961.677
Investimentos detidos até à maturidade	-	31.672.824	15.371.336	21.173.497	19.855.986	-	88.073.643
Devedores e Outras Aplicações	-	-	-	-	38.100	728.073	766.173
	24.919.063	240.430.935	135.382.039	98.283.027	58.629.615	35.579.117	593.223.796
<i>Passivo</i>							
Recursos de bancos centrais	-	117.500.000	-	110.000.000	-	942.066	228.442.066
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	52.413	4.564	-	-	-	56.977
Recursos de outras instituições de crédito	4.255.131	3.000.063	-	-	-	20	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	22.332.575	40.312.107	113.494.504	3.547.934	-	3.148.702	182.835.822
Responsabilidades representadas por títulos	-	123.985.851	10.799.707	250.000	-	59.491	135.095.049
	26.587.706	284.850.434	124.298.775	113.797.934	-	4.150.279	553.685.128
	(1.668.643)	(44.419.499)	11.083.264	(15.514.907)	58.629.615	31.428.838	39.538.668

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.



O Banco considera que o impacto do aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

Justo valor

Na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros o Banco tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos baseados em determinados pressupostos que variam consoante os instrumentos financeiros a valorizar. Em situações excepcionais, quando não é possível determinar de forma fiável o justo valor, os activos são valorizados ao custo histórico.

As principais considerações na determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”: Dado o prazo curto destes activos, entende-se que o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor;
- “Aplicações e recursos de outras instituições de crédito” e “Recursos de Bancos Centrais”: O apuramento do justo valor pressupõe que as operações são liquidadas nas datas de vencimento e são actualizados os “*cash-flows*”, utilizando a curva de taxas formada nos últimos dias do ano. Tendo em conta as maturidades das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco Invest estima que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativa;
- “Crédito a clientes”. O crédito a clientes é quase na sua totalidade remunerado a taxas indexadas à taxa Euribor, tendo na sua maioria refixação no curto prazo. No que se refere aos *spreads* em vigor na carteira, o Banco considera que actualmente a actividade de crédito se desenrola a um ritmo e valores residuais face à dimensão da carteira, e que as operações realizadas, bem como os respectivos *spreads* atribuídos, estão afectadas pelas características específicas de cada uma das operações, não sendo representativo da restante carteira de crédito.

De qualquer forma, atendendo a que os *spreads* actualmente em vigor são superiores ao spread médio da carteira de crédito, o Banco calculou o justo valor da carteira considerando um *spread* adicional de 1%. Desta análise resultou que a aplicação do justo valor na rubrica de “Crédito a clientes” implica uma diminuição da mesma em cerca de 7.194.491 Euros (7.992.473 Euros em 31 de Dezembro de 2012).

De realçar que nesta análise não foram incluídas operações de crédito com penhores de activos financeiros, e créditos atribuídos a colaboradores e a Empresas do Grupo.

Adicionalmente, na rubrica “Crédito a clientes” encontram-se registados títulos de dívida, cujo justo valor é apurado de acordo com a metodologia definida para os “Activos e passivos financeiros detidos para negociação” (ver abaixo).

- “Recursos de clientes e outros empréstimos”: Para os depósitos com prazo inferior a um ano, assume-se o valor contabilístico como uma razoável estimativa do justo valor. Para os restantes consideramos que os *spreads* contratualizados não diferem muito dos que estão a ser praticados nas operações mais recentes;
- “Activos e passivos financeiros detidos para negociação” e “Activos disponíveis para venda”: Tratam-se de instrumentos já registados na contabilidade ao justo valor, determinado de acordo com:
 - Preços de um mercado activo;
 - Preços indicativos fornecidos por meios de difusão financeira, nomeadamente a Bloomberg, maioritariamente através do índice denominado Bloomberg Generic.
 - Métodos e técnicas de avaliação, nos casos em que não existe mercado activo, que tenham subjacente:
 - cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - preços calculados com base em activos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos;
 - Preços indicativos fornecidos por emitentes, essencialmente para os casos em que atendendo às características específicas do título, não era possível a utilização dos métodos de avaliação descritos anteriormente;
 - Custo de aquisição quando se considera que este se aproxima do justo valor.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a forma de apuramento do justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco pode ser resumida como se segue:



2013						
Activos	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor				Total	Valor contabilístico
	valorizados ao custo de aquisição	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			
			Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	10.459.054	3.097.005	39.425.042	143.516	53.124.617	53.124.617
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	1.740.750	1.740.750	1.740.750
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.608.754	229.019.410	5.479.391	236.107.555	236.107.555
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	65.734.968	-	65.734.968	63.787.169
Créditos a clientes - títulos de dívida	-	-	-	7.591.479	7.591.479	7.745.835
	10.459.054	4.705.759	334.179.420	14.955.136	364.299.369	362.505.926
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						-
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	385.853	385.853	385.853

2012						
Activos	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor				Total	Valor contabilístico
	valorizados ao custo de aquisição	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			
			Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	25.305.371	616.477	45.474.548	199.200	71.595.596	71.595.596
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	1.572.610	1.572.610	1.572.610
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.131.410	195.396.299	4.125.973	200.653.682	200.653.682
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	88.257.219	-	88.257.219	88.073.643
Créditos a clientes - títulos de dívida	-	-	-	8.832.677	8.832.677	8.961.677
	25.305.371	1.747.887	329.128.066	14.730.460	370.911.784	370.857.208
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	56.977	56.977	56.977

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital cotados em Bolsa (Nível 1);
- Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a bids indicativos fornecidos por contribuidores externos ao Banco ou cotações difundidas através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente Bloomberg, foram também considerados em "Técnicas de valorização – Dados de mercado" (Nível 2);
- Os títulos valorizados com base em modelos internos do Banco são apresentados em "Técnicas de valorização – Outros" (Nível 3). Adicionalmente, os activos e passivos financeiros são classificados no Nível 3 caso se entenda que uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de *inputs* não observáveis em mercado, nomeadamente:
 - Acções não cotadas, obrigações e instrumentos financeiros derivados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar; e
 - Obrigações valorizadas através de bids indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos;



- Fundos de Investimento Imobiliário Fechados valorizados com base no valor patrimonial divulgado pela respectiva Sociedade Gestora;
- Instrumentos financeiros derivados não valorizados pelo mercado.

Relativamente aos títulos valorizados através de Modelo interno foram utilizados os pressupostos que o Banco considerou serem adequados para reflectir o valor de mercado desses activos financeiros à data de balanço, incluindo a taxa de juro de base de mercado, um *spread* reflectindo o risco de cada título determinado com base no *rating* e uma data esperada de reembolso.

Na valorização realizada em 31 de Dezembro de 2013, caso se alterasse o *spread* de risco utilizado no Modelo interno em 1% o valor dos activos financeiros não se alteraria, visto somente existir um título valorizado através de modelo interno na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

42. RECLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

Em 13 de Outubro de 2008, foi aprovada pelo IASB a IAS 39 (Emenda) e IFRS 7 (Emenda) – “Reclassificação de activos financeiros”, com base nas quais passou a ser permitida a reclassificação de alguns activos financeiros classificados como activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. As reclassificações de activos financeiros efectuadas até 31 de Outubro de 2008 beneficiaram de um regime transitório, no âmbito do qual foi permitida a sua aplicação com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008.

Decorrente das alterações ao IAS 39 descritas acima, o Banco Invest procedeu à reclassificação de obrigações, com referência a 1 de Julho de 2008 (data de reclassificação), de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Activos financeiros disponíveis para venda”, “Crédito a clientes” e “Investimentos detidos até a maturidade”, de acordo com o seguinte detalhe:

	Valor de Balanço antes da reclassificação	Reclassificações		Valor de Balanço após reclassificação
		Aumentos	Diminuições	
Activos financeiros detidos para negociação	106.016.910	-	(75 .830.272)	30.186.638
Activos financeiros disponíveis para venda	206.991.461	18.822.059	(106.921.892)	118.891.628
Crédito a clientes - títulos de dívida	-	59.946.307	-	59.946 307
Investimentos detidos até a maturidade	10.278.861	103.983.798	-	114.262.659
	323.287.232	182.752.164	(182.752.164)	323.287.232

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o valor de Balanço e justo valor dos activos financeiros reclassificados com referência a 1 de Julho de 2008 apresentam o seguinte detalhe:



2013			
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2013	Justo Valor em 31-12-2013
Activos financeiros disponíveis para venda	1.840.580	1.540.880	1.540.880
Crédito a clientes - títulos de dívida	9.361.879	9.460.955	7.591.479
Investimentos detidos até a maturidade	19.858.741	20.217.278	20.471.608
	31.061.200	31.219.113	29.603.967
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.771	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2012	13.574.736	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2013	23.660.809	n.a.	n.a.
	182.752.165	31.219.113	29.603.967
2012			
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2012	Justo Valor em 31-12-2012
Activos financeiros disponíveis para venda	1.840.580	1.394.410	1.394.410
Crédito a clientes - títulos de dívida	9.939.468	10.084.133	8.903.995
Investimentos detidos até a maturidade	42.941.960	44.077.863	44.133.394
	54.722.008	55.556.406	54.431.799
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.771	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2012	13.574.736	n.a.	n.a.
	182.752.164	55.556.406	54.431.799

O justo valor foi determinado com base nas metodologias descritas na Nota 41.



Após a data de reclassificação realizada com referência a 1 de Julho de 2008, os ganhos / (perdas) acumulados associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados e os outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e em resultados dos exercícios de 2013 e 2012, apresentam o seguinte detalhe:

	2013				
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(742.757)	146.470	-	(465.390)	95.529
Crédito a clientes - títulos de dívida	512.461	(522.947)	(1.187.278)	-	98.122
Investimentos detidos até a maturidade	-	-	167.600	-	218.709
	(230.296)	(376.477)	(1.019.678)	(465.390)	412.360

	2012				
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(408.214)	296.587	-	(762.213)	91.534
Crédito a clientes - títulos de dívida	(918.400)	233.491	(86.115)	-	240.981
Investimentos detidos até a maturidade	1.562.173	195.710	144.134	-	1.378.512
	235.559	725.788	58.019	(762.213)	1.711.027

Os valores referentes a ganhos/ (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados do exercício ou em reservas correspondem aos ganhos / (perdas) que afectariam resultados ou reservas caso as obrigações se mantivessem na carteira de Activos financeiros detidos para negociação ou Activos financeiros disponíveis para venda, respectivamente.

Os valores apresentados em Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e resultados do exercício incluem os montantes relativos a juros, prémios / descontos e outras despesas. Os valores apresentados em outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas referem-se à variação no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda após a data de reclassificação.

43. FUNDOS PRÓPRIOS

O Banco na gestão dos fundos próprios mantém uma política conservadora, mantendo um rácio de solvabilidade acima dos mínimos requeridos pelas entidades reguladoras. O Banco mantém a base de capital constituída exclusivamente por capital próprio, tendo ainda a faculdade de emitir diversos instrumentos de dívida.

Os fundos próprios do Banco são monitorizados mensalmente para se aferir sobre o grau de solvabilidade da instituição, sendo analisado as variações face a períodos anteriores e a margem existente entre as posições reais e os requisitos mínimos de capital.

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Banco são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

De acordo com o método de apuramento acima indicado, e considerando o resultado líquido do exercício em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco apresenta um rácio de solvabilidade de 21,3% e 12,7%, respectivamente.

6. Certificação Legal de Contas ✦





6. Certificação Legal das Contas

CONTAS CONSOLIDADAS (Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Invest, S.A. (Banco) e subsidiárias, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um activo total de 595.172.391 Euros e capital próprio de 92.777.806 Euros, incluindo um resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco de 24.631.263 Euros) as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, dos Resultados e Outro Rendimento Integral, de Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Invest, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2013.

Lisboa, 24 de Março de 2014

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do
Banco Invest, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer, que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Invest, S.A. (Banco), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade do Banco e das principais empresas englobadas na consolidação, os actos de gestão dos Conselhos de Administração, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados. Apreciamos ainda a eficácia dos sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna em vigor.

No âmbito das nossas funções, apreciamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de Dezembro de 2013, que incluem o balanço, as demonstrações de resultados consolidados, dos resultados e outro rendimento integral, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2013 preparado pelo Conselho de Administração, o qual, no nosso entender, esclarece sobre os principais aspectos da actividade consolidada do Banco no exercício de 2013.

Acompanhámos os trabalhos da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas do Banco ao longo do ano e apreciamos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, com data de 24 de Março de 2014, a qual não contém reservas e que mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 24 de Março de 2014

O Conselho Fiscal

Artur Carmo Barreto
Presidente

Rosendo José
Vogal

Vítor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa
Vogal

**Lisboa**

Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1 - 11º, 1070-101 Lisboa

Tel.: +351 213 821 700 Fax: +351 213 864 984 welcome@bancoinvest.pt

Porto

Pç. do Bom Sucesso, nº 131 - Ed. Península, Salas 502 a 504 - 5º, 4150-146 Porto

Tel.: +351 226 076 390 Fax: +351 226 095 297

www.bancoinvest.pt